UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC

A DIALÉTICA FORMAÇÃO ONILATERAL/REPRODUÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO MST NO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA

ANTONIO LEONAN ALVES FERREIRA

Salvador – Bahia

2008

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – Campus I
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc

A DIALÉTICA FORMAÇÃO ONILATERAL/REPRODUÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO MST NO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA

ANTONIO LEONAN ALVES FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, do Departamento de Educação – Campus I, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profª Drª Ronalda Barreto Silva

Salvador – Bahia
2008

FOLHA DE APROVAÇAO

"A DIALÉTICA FORMAÇÃO ONILATERAL/REPRODUÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO MSTNO ACAPAMENTO CARLOS MARIGHELLA"

Antonio Leonan Alves Ferreira

Dissertação submetida à Comissão Examinadora pelo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e por Professores convidados de outras instituições como parte de requisitos necessários a obtenção do grau de mestre.

Profa. Drª. Ronalda Barreto Silva _____
Universidade do Estado da Bahia – Uneb.
Doutorado em Educação.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

Profa. Drª. Nair Casagrande _____
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Educação.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento _____
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Sociologia.
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra.

Salvador 2008

F383 **Ferreira , Antonio Leonan Alves**
A Dialética Formação Onilateral: Reprodução Social dos Trabalhadores do MST no acampamento Carlos Marighella / Antonio Leonan Alves Ferreira - Salvador: 2008.
f.: il. 174

Orientadora: Profª Dr.ª Ronalda Barreto Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. 2008

1-.Movimentos Trabalhadores Rurais Sem Terra 2. Movimentos sociais rurais 3. . Trabalhadores rurais – Brasil – Educação.
CDD 370.1936

DEDICATÓRIA

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que em suas formas de Reprodução Social da vida produzem o conteúdo e a forma, o tempo e o espaço da universalidade e da liberdade.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram direta e indiretamente com este esforço para a elucidação do real.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudos o Trabalho Pedagógico no Acampamento Carlos Marighella - MST, localizado no município de Ipiaú/BA. Objetivou-se a compreensão da experiência de Formação Humana dos trabalhadores do MST no Acampamento a partir da investigação das suas formas de Reprodução Social da vida no processo histórico de Luta pela Terra, evidenciando os nexos, contradições e possibilidades em relação à perspectiva de Formação Onilateral. Elegemos a categoria analítica Trabalho Pedagógico – trato com o conhecimento, tempo e espaço pedagógico e concepção de formação humana. A abordagem de pesquisa utilizada foi qualitativa, através da observação das formas de Reprodução da vida no Acampamento, da participação em atividades políticas do MST, de entrevistas com trabalhadores do Acampamento, com coordenadores regionais do MST, da análise documental e de relatórios de pesquisa, objetivando realizar um estudo mais fidedigno, respeitando a complexa dinâmica do Trabalho Pedagógico realizado no Acampamento. Os dados mostram que as formas de Reprodução Social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella ao mesmo tempo em que consubstanciam a perspectiva de Formação Onilateral, a nega: consubstanciam na medida em que as formas de Reprodução dos trabalhadores do Acampamento negam a unilateralidade presente nas relações sociais capitalistas, afirmando o Trabalho Útil, a Organização Coletiva do Trabalho: Disciplina, Auto-organização, Organicidade, Preservação do Meio Ambiente, a Ocupação de latifúndios improdutivos, a resistência no contexto da expropriação, a humanização, o Trabalho de Base: os Objetivos, a linguagem, a Escola em seu movimento no movimento do Acampamento, a identidade de coletivo. O trato com o conhecimento e o tempo e espaço pedagógico nessas relações são ressignificados, na medida em que possibilitam uma aprendizagem atrelada à vida produtiva dos trabalhadores. Negam a perspectiva de Formação Onilateral na medida em que no âmbito dessas relações é produzido o trabalho Inútil, a expropriação (despejo) e violência, as relações de cumplicidade entre Estado/Capital (Latifundiário) e a desumanização a partir das condições objetivas de vida no Acampamento. Tais aspectos desorganizam o trato com o conhecimento, seus tempos e espaços pedagógicos, pois ao ter as suas formas de produção e reprodução da vida destruídas - incapacitando o trabalho para a transformação de “valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais”, impossibilitando o intercâmbio com a natureza -, avançam no processo e desumanização, fato que impede com que tais práticas consubstanciem a perspectiva de Formação Onilateral defendida pelo MST, inviabilizando e ao mesmo tempo criando as condições para a mesma se dá. As possibilidades reais: a construção do Assentamento Carlos Marighella; a estruturação do trabalho pedagógico na Escola a partir do processo histórico de formação e desenvolvimento do próprio Acampamento tendo o trabalho como determinante na vida dos trabalhadores; o desenvolvimento em escala mais ampliada do trabalho produtivo associado; a manutenção do trabalho de base e sua ampliação; a alfabetização dos trabalhadores. A possibilidade formal é: a necessária relação entre ciência e trabalho/produção, aspecto central para a construção do projeto histórico defendido pelo MST – o projeto Socialista. Tal possibilidade nos impulsiona a novos caminhos investigativos acerca da educação em Acampamentos e

Assentamentos de Reformas Agrária do MST na Bahia, pois a nossa hipótese é que a articulação entre ciência e produção/trabalho pode levar o Movimento a patamares superiores em termos de conteúdo e forma, de tempos e espaços e, conseqüentemente, de concepção de formação humana, potencializando a luta social expressa na forma de Luta pela Terra do MST.

Palavras-chave: Trabalho Pedagógico - Formação Onilateral - Reprodução Social – MST.

ABSTRACT

This research is a subject of study at the Educational Work Camp Carlos Marighella - MST, located in the municipality of Ipiaú / BA. The objective is to understand the experience of human formation of the workers of MST in Camp Carlos Marighella as from the investigation of their forms of Social Reproduction of life in the process of historical Fight for land, showing the connections, contradictions and possibilities in relation to the prospect of Formation Onilateral - defended by terms of education of MST. Elected the analytical category work educational - deal with the knowledge, time and space design and educational formation human. The approach of research used was qualitative through observation of the ways of life Reproduction in Camp , participation in political activities of the MST, interviews with workers in the camp, with regional coordinators of the MST, analysis and documentation of research reports, aiming to achieve a more honest, respecting the complex dynamics of Educational Work paid-up in the Camp. The data show that the forms of Social Reproduction of the workers of the MST in the Camp Carlos Marighella at the same time that involve the prospect of Formation Onilateral, it denies. Substantiate in that the forms of workers Reproduction of the camp deny the unilateral present in capitalist social relations, namely: the Work Useful, the Organization Collective Work: Discipline, self-organization, Organicidade, Preservation of the Environment, the Occupation of unproductive land, the resistance in the context of expropriation, humanization, the Work of Base: Objectives, the language as producer of life in the camp, the school in its movement in the movement camp, the identity of the collective. The deal with the knowledge and the time and space educational in these relations are resignificance, to the extent that enable an apprenticeship geared to the productive life of workers. Deny the extent that under such relations is the work produced Needless, expropriation (eviction) and violence, relations State/Capital (big land-property) and dehumanization from the objective conditions of life in the camp. These aspects disrupt the deal with the knowledge, their time and educational spaces, because to have their ways of production and reproduction of life destroyed - disabling the work for the transformation of values-of-use in possible values-of-use real, preventing the exchange with nature - and advancing the process and dehumanization, a fact that prevents that such practices substantiate the prospect of Formation Onilateral defended by the MST, unfeasibility while creating conditions for the same occurs. The real possibility: the construction of the Assentamento Carlos Marighella; the structuracion of the education work on the school from the historic process of formation and structuring of the own camp having the work like determinant in the life of the workers; the development in scale more enlarge of the productive associate work; the maintenance of the basic work and his enlargement; the literacy of the workers. The formal possibility is: necessary relation between science and work/production, central aspect for the construction of the historical project defended by MST – the socialist project. Such a possibility drives us on the new way investigation about the education in camp and Assentamentos of land reform of MST in Bahia,so our hypothesis is that the articulation between science and production/work can get the movement to a greater leavel in terms of contents and form ,of time and space

and consequently of conception of human formation, potential the social struggleit expresses in the form of struggle on the ground of MST.

Key Words: pedagogic work - formation onilateral - social reproduction – MST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Ltda
BA	Bahia
RO	Roraima
PA	Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITDA	
CETA	Confederação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Rodovia Ipiaú/BA x Ibirataia/BA, localização do Acampamento Carlos Marighella.....19
Figura 02	Produção do Acampamento Carlos Marighella.....89
Figura 03	O Estado assegura e conserva a exploração de classe! (Reintegração de posse, Faz. Dois Amigos, Ipiaú/BA, Dez/2000).....89
Figura 04	Comercialização dos produtos do trabalho no próprio Acampamento Carlos Marighella.....91
Figura 05	Água utilizada pelos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella, outubro/2007.....107
Figura 06	Casa de Farinha, Acampamento Carlos Marighella, 2004.....118
Figura 07	Escola do Acampamento Carlos Marighella, outubro/2007.....139
Figura 08	Escola do Acampamento Carlos Marighella quando da re-ocupação da Fazenda Dois Amigos, sede, 2005.....139
Figura 09	Escola do Acampamento Carlos Marighella quando da re-ocupação da Fazenda Dois Amigos, sede, 2005.....139
Figura 10	Escola do Acampamento Carlos Marighella à beira da rodovia Ipiaú/BA x Ibirataia/BA, 2004.....140

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01	Lógica reconstruída do Trabalho de Base coordenado pela Brigada Ojefesson Santos – Regional Baixo Sul da Bahia (MST).....126

SUMÁRIO

Introdução.....15
1.0 Do Processo de Produção do Capitalismo no Campo ao processo de Produção do MST.....35
1.1 A Produção do Capitalismo no Campo: expropriação e resistência do trabalhador campesino no Brasil.....44
1.2 A Emergência do MST no âmbito das relações entre Estado e Sociedade: um Movimento de Luta Social.....49
2.0 Trabalho, Educação e Movimentos Sociais: Elementos da Formação Humana.....60
3.0 O Trabalho Pedagógico no Acampamento Carlos Marighella: nexos, contradições e possibilidades em relação à Formação Onilateral.....78
Considerações Finais.....145
Referências Bibliográficas.....151
Apêndices
1. Roteiros de entrevistas.....158
2. Documentos do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos.....162

INTRODUÇÃO

O interesse pela investigação acerca da Formação Humana dos Trabalhadores Rurais do Movimento Sem Terra[1] (MST) iniciou-se durante a pesquisa sobre a "Formação Omnilateral[2] e os desafios da escola do MST em Acampamentos e Assentamentos do Sul e Sudoeste da Bahia"[3], na qual foi possível estabelecer o contato com essa realidade por meio de leituras e, fundamentalmente, pelo trabalho de campo, espaço onde pôde-se observar, e ainda observa-se, o processo de luta dos trabalhadores no conflito MST/Estado/Latifúndio pela posse da terra. As primeiras análises da pesquisa citada apontaram indícios significativos de fragmentação na Organização do Trabalho Pedagógico das escolas nos Acampamentos e Assentamentos investigados, levando-se a inferir que a formação de crianças e adultos no espaço escolar não está atendendo à perspectiva da Formação Onilateral proposta pelos cadernos de educação do Movimento (MST). O MST (1996) defende que a sua educação assuma esse caráter de onilateralidade,

> Trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer. Algumas dimensões principais são: a formação político-ideológica; a formação organizativa; a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas); a formação cultural estética; a formação afetiva; a formação religiosa (MST, 1996: 08).

A Formação Onilateral significa uma educação universal que aproxime o ser humano da liberdade e universalidade da vida humana. Significa o tempo do trabalho e do não trabalho, o tempo de fruição e gozo espiritual como tempos de produção da universalidade do gênero humano. A Formação Onilateral tem como fundamento o Trabalho Útil, que somente se efetivará em sua totalidade

---

[1]"Sem-terra designa a condição de uma determinada categoria de trabalhadores que, tendo sua origem no campo, foram obrigados a deixá-lo ou trabalhadores que continuam habitando no campo, mas como assalariados ou mesmo numa relação não capitalista de produção" (BEZERRA NETO,1998: 18).

[2]Quando nos referirmos a "Omnilateralidade" ou "Onilateralidade", trata-se da mesma perspectiva de Educação. Estaremos discutindo esse conceito com mais densidade em todo o capítulo dois dessa pesquisa. Ver Manacorda (1991); Marx (2003).

[3]Pesquisa desenvolvida por professores, estudantes e colaboradores, vinculada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ano 2004-2005.

num outro modo de produção da vida – o Comunismo. Apesar dos limites em relação à perspectiva comunista de produção da vida, bastante evidenciados na sociedade regida pelo capital – a capitalista –, identificam-se possibilidades de sua efetivação como aproximações sucessivas. Tais possibilidades se materializam a partir das contradições produzidas pela própria sociedade capitalista – a contradição indivíduo-gênero humano, no âmbito da prática social. Como nos observa Marx (2003), o Capital produz seus próprios coveiros.

Vale destacar que os propósitos educativos do MST são claros e abrangentes, conforme explicitados pelos princípios filosóficos norteadores dessa educação, que podem ser assim resumidos:

> Educação para a transformação social. Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo e para o novo, e voltada para a ação; Educação para o trabalho e a cooperação; Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; Educação com/para valores humanistas e socialistas; Educação como um processo permanente de formação/transformação humana[4].

Os princípios pedagógicos da educação no MST procuram traduzir essa filosofia, defendendo no processo de organização escolar aspectos como:

> Relação entre prática e teoria; Atitude e habilidade de pesquisa; Conteúdos formativos socialmente úteis; Educação para o trabalho e pelo trabalho; Gestão democrática; Auto-organização dos/das estudantes; Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/as; Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais[5].

Assim sendo, o entendimento de que as escolas investigadas não estão formando nas dimensões propostas pelo MST é um elemento que foi evidenciado nos espaços da pesquisa citada. No entanto, é perceptível o processo contínuo de ampliação do Movimento (MST) na região do Baixo Sul

[4] MST (1996).
[5] MST (1996).

da Bahia[6]; como também, analisando em uma perspectiva histórica, identificamos a organização coletiva dos trabalhadores no Acampamento, a formação política dos militantes, a organização coletiva da produção, a organização dos setores, dos grupos de famílias, a responsabilidade que cada um assume no processo de Luta pela Terra, dentre outras formas de luta social, indicando evidências de processos de formação mais amplos. Para tanto, o MST defende alguns objetivos estratégico-políticos para o direcionamento da luta social mais ampla:

> 1) Lutar para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados.
> 2) Lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda a sociedade.
> 3) Lutar pela garantia de trabalho para todas as pessoas com justa distribuição de renda e das riquezas.
> 4) Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
> 5) Difundir os valores socialistas nas relações sociais e pessoais.
> 6) Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovens e crianças.
> 7) Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo (MST, 2005: 62).

Diante dos objetivos do MST, entendemos que seja necessário apresentar a forma organizativa que o movimento desenvolve para alcançá-los. Segundo Fernandes (2008), atualmente, a estrutura organizativa do MST tem três partes interativas: as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações convencionais transversais. (Ver figura a seguir). As duas primeiras partes são resultados de uma ampla reflexão a respeito das formas de organização dos movimentos camponeses e outras instituições. A terceira parte mantém a forma tradicional das instituições convencionais.

---

[6] Segundo Fernandes (2000: 19), "o sentido da formação do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação". "Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico. [...]. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. […]" (FERNANDES, 2000: 288).

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

CONGRESSO NACIONAL
ENCONTRO NACIONAL
COORDENAÇÃO NACIONAL
DIREÇÃO NACIONAL
ENCONTRO ESTADUAL
COORDENAÇÃO ESTADUAL
DIREÇÃO ESTADUAL
COORDENAÇÃO REGIONAL
COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS
NÚCLEOS DA BASE

SETORES DE ATIVIDADES

SECRETARIA NACIONAL
SECRETARIAS ESTADUAIS
SECRETARIAS REGIONAIS
SETOR DE FRENTE DE MASSA
SETOR DE FORMAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE
SETOR DE COMUNICAÇÃO
SETOR DE FINANÇAS
SETOR DE PROJETOS
SETOR DE DIREITOS HUMANOS
COLETIVO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SETOR DE SAÚDE
SETOR DE GÊNERO
COLETIVO DE CULTURA
MÍSTICA

ORGANIZAÇÕES CONVENCIONAIS E TRANSVERSAIS

ANCA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA
CONCRAB – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA.

Segundo Fernandes (2008), as instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, que são formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional. Os núcleos são formados pelas famílias sem-terra nos Acampamentos e nos assentamentos. Os Assentamentos e Acampamentos elegem suas coordenações, que escolhem as coordenações regionais, que por sua vez elegem as coordenações das instâncias superiores e assim conseqüentemente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os fóruns políticos por excelência do MST.

O movimento possui uma organização por "brigadas". O Acampamento Carlos Marighella juntamente com outros Acampamentos e Assentamentos de uma determinada área formam uma brigada, a qual foi batizada de Ojefesson Santos. As brigadas são compostas por núcleos de base, por setores, por uma direção coletiva e por uma coordenação. A brigada quer dizer "a soma de partes de uma organização para desenvolver atividades diferentes com o mesmo objetivo [...]". Esta é "composta por um número de famílias que moram em alguns assentamentos e Acampamentos próximos. É com essas famílias que se organiza a brigada, distribuindo ao máximo as tarefas entre os coletivos que devemos formar".

"Os núcleos são compostos, tanto no Assentamento quanto no Acampamento, por 10 famílias mais ou menos. Há uma mulher e um homem escolhidos como coordenadores"; também é escolhida uma pessoa para secretariar as reuniões. Os Setores são organizações coletivas para discutir as problemáticas dos Assentamentos e Acampamentos e fazer os encaminhamentos de ações para a resolução dos problemas. "Desde que surgiu o MST é que temos a prática de organizar coletivos que discutem, planejam e encaminham questões relacionadas com os problemas do Assentamento e do Acampamento" (MST, 2005: 05-06).

A porta de entrada nesse processo, geralmente, são os núcleos de base de um Acampamento ou de um Assentamento. Nesses diferentes espaços são deliberadas as políticas que são executadas pelos setores de atividades e nas secretarias. Os Setores e

as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e Acampamentos. Os setores também estão articulados em diferentes escalas. Desse modo, por exemplo, o setor de educação está organizado desde a escala local, do Acampamento e do Assentamento, às escalas regionais, estaduais e nacional. E mantêm relações com governos nessas escalas para o desenvolvimento de Políticas Públicas dirigidas aos Acampamentos e aos Assentamentos (FERNANDES, 2008).

Nos trabalhos realizados nos setores estão presentes as organizações convencionais transversais na interação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, educacional, saúde e infra-estrutura entre outros. Essa é uma forma extraordinária de interação que impede o clássico isolamento de uma organização setorial, transformando-os em uma articulação em que as ações dos setores materializam-se pelas práticas territoriais e multidimensionais. Um exemplo é a educação, pensada como totalidade para o desenvolvimento territorial, voltada para a formação humanista, técnica e política dos sem-terra (FERNANDES, 2008).

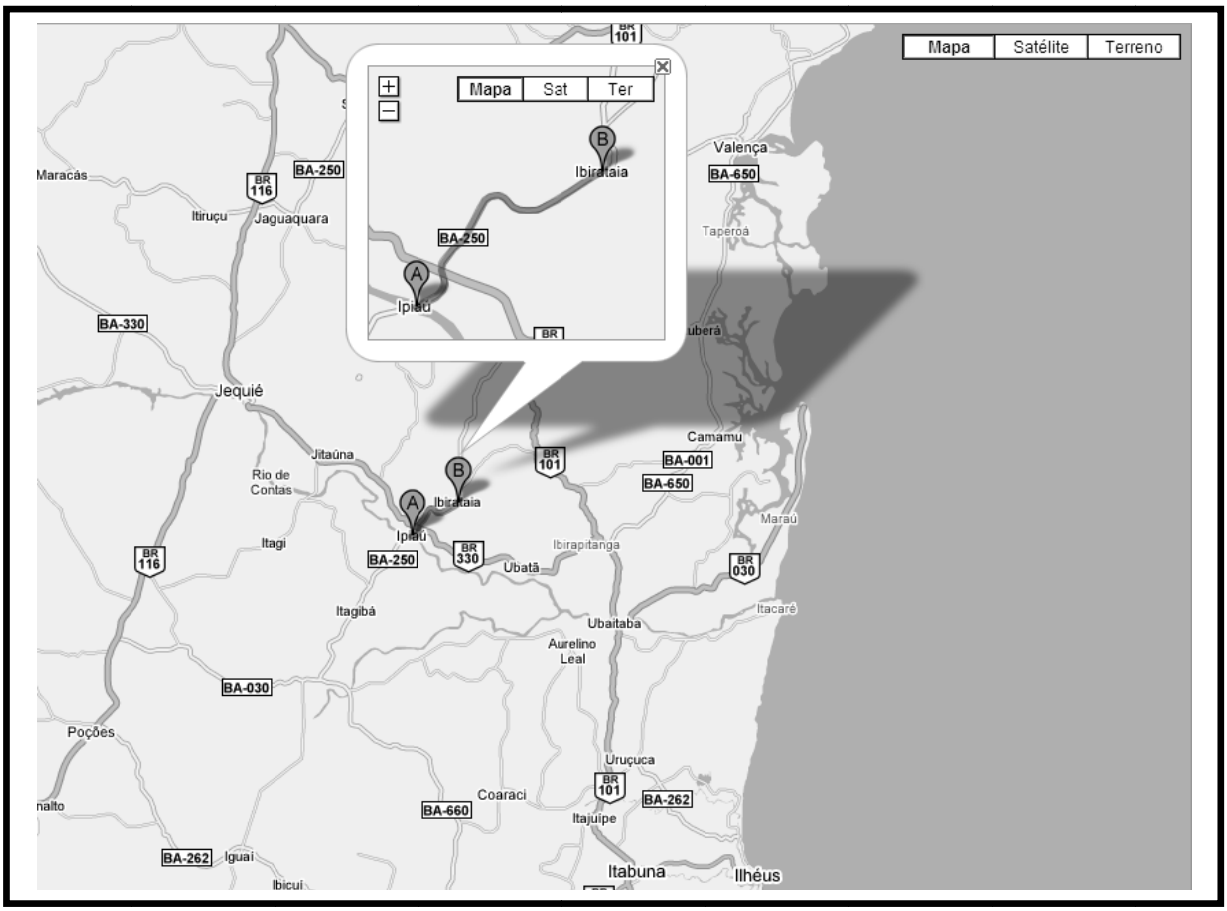
Na parte Setores de Atividades há os coletivos. Essa é uma modalidade também de caráter transversal. Por exemplo, o coletivo de cultura é formado por membros de vários setores, bem como a Mística que envolve a maior parte dos membros do movimento na realização dessa atividade. Outro exemplo é o coletivo de relações internacionais, que, embora seja um trabalho específico, é também de responsabilidade da coordenação nacional (FERNANDES, 2008).

Cada setor possui responsabilidades. Aqui destacaremos algumas responsabilidades dos setores em que desenvolveremos a investigação (MST, 2005: 06-07):

- Frente de massas: O setor de Frente de Massas é o primeiro de todos. Ele cuida das ocupações e das mobilizações.
- Produção: este setor é responsável para cuidar da produção, industrialização e comercialização nas áreas de reforma agrária.
- Educação; Saúde; Gênero; Comunicação; Cultura.
- Formação; cuidam dos cursos e da qualidade das discussões dentro do MST.

A partir de visitas ao Acampamento Carlos Marighella[7], por meio de observação de atividades políticas, aulas na escola, produção, diálogos com acampados, com coordenadores e com a professora da escola, levantamento de reportagens sobre o Acampamento na região, fundamentação histórica nos documentos do Movimento (MST) e em pesquisas acerca da formação do MST no Brasil, diagnosticamos que o processo de luta social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella se expressa na forma da prática social Luta pela Terra.

FIGURA 01: Rodovia Ipiaú/BA x Ibirataia/BA, localização do Acampamento Carlos Marighella.



Fonte: *Google* – Dados Cartográficos, 2008[8].

A Luta pela Terra expressa no Trabalho de Base, na Ocupação de latifúndios improdutivos, na Organização do Trabalho - Disciplina, Auto-organização, Solidariedade,

[7] Acampamento situado a 10 km da cidade de Ipiaú-BA, na rodovia Ipiaú-BA x Ibirataia-BA.
[8] Home page: http://maps.google.com.br/maps? Acesso em: 02 de abril de 2008.

Organicidade, Preservação do Meio Ambiente, na Organização da Escola – são as formas concretas de Reprodução Social dos trabalhadores no desenvolvimento da forma de luta do Movimento.

Importante ressaltar que a concepção de Reprodução Social observada acima, tem como referência os estudos de Lukács (apud LESSA, 1997). Esta, a Reprodução Social, extrapola a dimensão da Reprodução do mesmo, ou seja, a Reprodução enquanto processo de reposição do mesmo no âmbito das relações estabelecidas em espaços sociais diversos, segundo a perspectiva de Bourdieu (2001)[9]. Entendemos que tal perspectiva caracteriza uma concepção anacrônica e a-histórica da prática social.

No entanto, pelo contrário, a perspectiva de Reprodução Social sobre a qual tratamos neste trabalho consubstancia-se no fluxo da prática social, como movimento de produção e Reprodução do real, tendo como substância o trabalho concreto, categoria central do mundo dos homens. Esta tem como pressuposto não a Reprodução do mesmo no processo de produção da vida, mas a construção do novo no âmbito das relações sociais, sendo esta a mediação necessária entre o homem e a natureza, numa incessante relação de rupturas e continuidades. A Reprodução Social da vida constitui-se como processo de apropriação e objetivação da cultura produzida historicamente. Assim sendo, na Reprodução Social há a produção, – apropriação e objetivação, caracterizando-se como movimento mais geral e mais singular de desenvolvimento da sociabilidade.

O Acampamento Carlos Marighella, localizado na cidade de Ipiaú-BA, construído em 1999 depois de forte resistência dos trabalhadores durante nove anos na região, como já foi observado, é caracterizado por sua resistência aos diversos conflitos na área. Um dos coordenadores regionais, e um dos diretores estaduais do MST-BA, afirmam que esse Acampamento é o embrião de todo um processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de experiências para contribuir na estruturação do Movimento na região:

> Nós usamos o Marighella já há muito tempo [...], tudo como início, embrião, sabe de tudo, é, quando foi surgir a questão dos núcleos de

[9] BOURDIEU, P. Escritos de Educação. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2001 (Org. de Maria A. Nogueira e Afrânio Mendes Catani).

> família nós fizemos uma brigada de umas dez... a quinze pessoas pra ir [...] implementando a questão dos núcleos; as pessoas não têm a prática ainda, nós tamo estudando pra tentar aperfeiçoar [...].[10]

Assim, segundo o MST (1996), em seus cadernos de educação e formação, a formação humana proposta pelo movimento não se restringe apenas ao espaço da escola, mas também à prática social no processo de Luta pela Terra.

Nessa mesma perspectiva, os estudos da professora Roseli Caldart[11] (2000, 2004, 2005), vem apontando que a formação humana mais ampla nas áreas agrárias vem sendo estabelecida por meio de práticas sociais construídas/desenvolvidas pelo MST, constituindo-se numa possível "Pedagogia da Luta pela Terra", que se amplia e se afirma nos processos de luta social em áreas de Reforma Agrária, quando se torna considerável o avanço do movimento histórico de Luta pela Terra no Brasil.

No entanto, faz-se necessário investigar se tal formação construída/desenvolvida na prática social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella vem atendendo a perspectiva de Formação Onilateral proposta pelos seus cadernos de educação e formação, quer dizer, se na processualidade objetiva os trabalhadores vem experienciando elementos de uma formação humano genérica em-si (desenvolvimento das faculdades de uma individualidade possível no âmbito da sociabilidade capitalista) ou uma formação humano-genérica para-si (desenvolvimento do ser humano genérico – universal - e, portanto, onilateral).

Em nosso estudo, destacamos a importância de entendermos as diversas formas de práticas sociais construídas/desenvolvidas pelos trabalhadores do MST no processo de Luta pela Terra. Importante destacar que tais práticas são caracterizadas como formas de resistência do trabalhador à expropriação sofrida no âmbito da sociabilidade capitalista.

---

[10] Coordenador Estadual do MST-BA. GARCIA, F. M. Formação Omnilateral e os Desafios da Escola do MST em Acampamentos e Assentamentos no Sudoeste da Bahia. Jequié: UESB, 2004, 3 p. (Relatório Técnico de Pesquisa). Entrevista concedida aos membros da pesquisa citada, da qual fui colaborador.

[11] Membro do Coletivo Nacional de Educação do MST.

Assim, a partir da análise dos dados desenvolvida nesta pesquisa, podemos inferir que há um nexo (relação intrínseca) entre a Luta pela Terra do trabalhador do MST e a sua formação humana. Entendendo a Luta pela Terra como uma forma de Atividade Humana que objetiva o novo, ou seja, que tem a potencialidade de criar uma "nova" cultura determinada historicamente – formas de resistência, formas de organização, modos de vida, valores – no cotidiano[12] dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella, investigamos o seguinte problema: Os cadernos de educação do MST apontam como princípio filosófico para a formação humana dos trabalhadores a perspectiva de Formação Onilateral. Contudo, ao tempo em que indicamos evidências de fragmentação dessa perspectiva de formação no âmbito da escola do Acampamento, evidenciamos práticas sociais que extrapolam os muros da escola consubstanciando-se no âmbito das relações sociais do Acampamento como movimento mais amplo de formação humana dos trabalhadores. Em síntese, propomos uma investigação acerca da dialética Formação Onilateral/Reprodução Social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella, no processo de Luta pela Terra por eles vivenciado, tendo como manifestação concreta mais geral a Luta pela Terra, que se desdobra nas formas mais elementares de Reprodução Social desses indivíduos no MST. Nesse sentido, a nossa questão central configura-se da seguinte forma:

Em que medida as formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella vêm consubstanciando a perspectiva de Formação Onilateral proposta pelo MST em seus cadernos de educação?

Diante disso, o nosso objetivo é compreender a experiência de Formação Humana dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella a partir da investigação das suas formas de Reprodução Social da vida no processo histórico de Luta pela Terra – nexos, contradições e possibilidades em relação à perspectiva de Formação Onilateral.

[12] O entendimento de cotidiano aqui referido insere-se numa concepção dialética, que tem a contradição como categoria central para a identificação dos limites e das possibilidades para o avanço em direção à construção de uma outra "sociabilidade"; esta construção tem como elemento básico o processo de "individuação" (LESSA, 1997).

De forma mais específica buscamos compreender os determinantes históricos da formação e desenvolvimento do Acampamento Carlos Marighella, como também, identificar os nexos, contradições e possibilidades evidenciados no âmbito das formas de prática social de Luta pela Terra, tendo como referência o projeto de Formação Onilateral proposto pelo MST. Os fundamentos teóricos que deram suporte à nossa investigação foram: 1. A expropriação-resistência do trabalhador campesino no âmbito do processo de produção do capitalismo no campo, tanto em nível mais geral quanto em nível particular (Brasil), e a emergência do MST no âmbito das relações entre Estado e Sociedade; 2. Trabalho, Educação e Formação Onilateral. Em termos de categorias de análise trabalhamos com o Trabalho Pedagógico – trato com o conhecimento, tempo e espaço pedagógico e concepção de formação humana.

A abordagem de pesquisa utilizada foi qualitativa, por meio da observação das formas de Reprodução da vida no Acampamento, da participação em atividades políticas do MST, de entrevistas com trabalhadores do Acampamento, com coordenadores regionais do MST, da análise documental e de relatórios de pesquisa, objetivando realizar um estudo mais fidedigno, respeitando a complexa dinâmica do Trabalho Pedagógico realizado no Acampamento.

O contato inicial com a realidade do Acampamento Carlos Marighella se deu no início de 2004, quando da minha participação em projeto de pesquisa vinculado à UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) que abarcava três áreas de Assentamentos e Acampamento na Região Sul e Sudoeste da Bahia – Assentamento Amaralina (Vitória da Conquista), Assentamento Chê Guevara (Wenceslau Guimarães) e o Acampamento Carlos Marighella (Ipiaú). Nesses espaços buscamos estabelecer o contato com a coordenação do MST na região e com a coordenação do Acampamento e dos Assentamentos investigados. Nesse momento fomos aproximando-nos dos trabalhadores com mediações de uma rede de pesquisadores que já desenvolvia pesquisas e outros projetos com/sobre o MST na Bahia – LEPEL/FACED/UFBA (Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física e Esporte & Lazer). A coordenadora da pesquisa fazia parte do quadro docente da UESB e era membro pesquisador do LEPEL, o que facilitou o nosso contato com o Movimento. Nesse período realizamos algumas visitas às áreas de Reforma Agrária, sendo estendido até o ano de 2005, período em que se

encerrou o projeto de pesquisa. As análises preliminares da pesquisa apontavam os seguintes elementos:

- Foram identificadas algumas categorias, criando, assim, a necessidade de aprofundamento, a saber: conteúdos de ensino e projeto pedagógico; formação humana e os antagonismos entre a lógica do MST e a capitalista; trabalho como princípio educativo; formação docente para a escola do MST; relação Movimentos Sociais e a produção do conhecimento na UESB. Tais elementos foram significativos na medida em que são compreendidos como problemáticas significativas da prática pedagógica da escola do MST nos Assentamentos e Acampamento investigados. Assim, para fortalecer a relação entre Universidade (UESB) e os Movimentos Sociais, buscarmos soluções para os problemas encontrados. Nesse mesmo ano (2004), realizamos no mês de abril (no período de 14 a 16) a 1º Semana de Luta pela Terra, evento científico com finalidade de trazer para a reflexão acadêmica a História do MST, sua proposta de Educação e Formação de Professores.

Dentre as conclusões da pesquisa citada pôde-se observar que, além da fragmentação do trabalho pedagógico no âmbito da escola dos Assentamentos e Acampamento investigados, houve um esvaziamento no que se refere às formas de resistência dos trabalhadores nos Assentamentos. Por outro lado, foi, e ainda é evidente no âmbito do Acampamento Carlos Marighella, a resistência dos trabalhadores; isso nos levou a construir hipóteses investigativas para a orientação da nossa pesquisa.

Apesar dos trabalhadores nos Assentamentos terem conquistado a terra, terem uma escola de alvenaria e algumas formas de produção e reprodução da vida em desenvolvimento, identificamos que a resistência na Luta pela Terra havia sido fragmentada e, por sua vez, a formação humana dos trabalhadores.

Investigando a história desses Assentamentos pudemos entender que o processo de conquista da terra, realizado por esses trabalhadores, não foi produzido nas condições evidenciadas no Acampamento Carlos Marighella, caracterizadas pelo conflito, pela expropriação e pela resistência. Os Assentamentos estavam vivendo sob as condições

objetivas de vida difíceis (ausência de financiamentos para produção, desarticulação entre os trabalhadores, estruturação do Assentamento em lotes); mas, no entanto, não identificávamos o desejo da luta social expressa na forma de Luta pela Terra, que fora evidenciada no Acampamento Carlos Marighella.

Em entrevista realizada com um dos membros do coletivo nacional de Educação do MST, a Profª. Nalva Bôgo, pudemos identificar em sua análise elementos que nos ajudam a entender a situação vivenciada na realidade investigada na pesquisa citada, trazendo-nos outros elementos significativos. Quando perguntada sobre as dificuldades identificadas nos Acampamentos, Assentamentos lote, Assentamentos Agrovila e sua relação com a escola e a proposta de educação do Movimento, a professora responde:

> A proposta de educação do Movimento eu acho ela mais viável dentro do Acampamento, porque o Acampamento é aquele "rolão", lá mesmo que as pessoas se educam a cada dia, e como os acampados não tem muita formalidade, então você consegue realmente implementar uma Pedagogia do Movimento. Quando formaliza a escola dentro do assentamento, aí entra a formalidade, o diretor, a secretária, entra toda essa questão burocrática que a gente precisa ter cuidado; é meio problemático. Na questão dos assentamentos, é assim: hoje o MST [...] vive um dilema que é um pouco essa questão – se você bota uma agrovila e o assentamento é grande demais, se o assentamento vir morar na agrovila, o lote fica vazio, se ele mora no lote e trabalha no lote, a casa da agrovila fica vazia. Então o Movimento está pensando hoje numa nova forma de organização de assentamento, que seria construir pequenas agrovilas. Nos Acampamentos o pessoal já é separado por grupos, a cada dez famílias forma o grupo, então construir pequenas agrovilas para centralizar apenas a escola, onde essa escola fique localizada nas pequenas agrovilas, que a gente não sabe se vai dar certo, mas é uma forma de repensar para não fazer aquela grande agrovila e depois construir um assentamento deserto, porque nos lotes as pessoas não vão, ou eles ficam nos lotes. Como é que o cara vai morar aqui no assentamento? tem assentamento que tem 12km de terra. Pra ir trabalhar, é inviável; ou então o cara fica aqui e a casa da agrovila fica vazia, ele vai para o lote, aí como esse filho vem estudar? é um problema que a gente está enfrentando atualmente[13].

Nesse caso, podemos identificar o Acampamento como espaço evidente da Luta pela Terra desenvolvida pelo MST, e foram tais elementos identificados na realidade que nos

[13] Entrevista concedida pela prof. Nalva Bôgo ao prof. Lauro Xavier Neto, em 04 de maio de 2004, durante o 5º CONED (Congresso Nacional de Educação).

inquietou, levando-nos a desenvolver o estudo sobre a formação humana do trabalhador do Acampamento Carlos Marighella.

A partir desses dados, encaminhamos projeto de pesquisa ao mestrado em Educação e Contemporaneidade/PPGEduc/UNEB, no sentido de investigarmos, de forma mais específica, os elementos da formação humana desses trabalhadores.

Nesse tempo, afastamos-nos do Acampamento para aprofundarmos o estudo teórico acerca do problema de pesquisa, como também para melhor estruturar o projeto.

No ano de 2006 tivemos contato com os trabalhadores e detectamos que a situação do Acampamento tinha se tornado mais difícil (muitos despejos, quer dizer, aprofundamento do processo de expropriação) devido às ofensivas dos latifundiários e do Estado na região, dificultando a desapropriação da Fazenda Dois Amigos.

Nesse período, os trabalhadores foram encaminhados pela justiça do município de Ipiaú para um espaço nas imediações da rodoviária da cidade. Os trabalhadores afirmavam que a justiça havia proposto um prazo para resolver a questão na forma da lei, porém o prazo estava se esgotando e, segundo esses, se não fosse resolvido a questão, estariam dispostos a reocupar a terra.

Retornamos no início de 2007 ao Acampamento e identificamos que os trabalhadores haviam reocupado a fazenda e novamente expropriados; no entanto, dessa vez o despejo foi realizado de forma pacífica, num acordo proposto pelo Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva, numa tentativa de intervenção do governo federal e estadual para atenuar os conflitos no campo e resolver a questão da terra na região.

Em outubro de 2007 retornamos ao Acampamento Carlos Marighella para realizar a coleta formal dos dados da pesquisa. As condições no Acampamento não estavam das melhores; a situação dos trabalhadores havia piorado bastante; no entanto, identificávamos a resistência como o motor de todo o processo de Luta pela Terra.

Para a coleta de dados estruturamos um roteiro[14] para orientar as nossas entrevistas[15]. Esse roteiro foi estruturado respeitando a própria organização do Movimento. Trabalhamos com espaços/tempos que poderiam nos ajudar a responder o problema da nossa pesquisa:

1. O **Roteiro de entrevistas 01** foi realizado com os trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella de forma geral. Nesse, tivemos como objetivo produzir uma visão histórica mais específica do Acampamento Carlos Marighella, destacando o seu processo de construção e sua realidade atual. O público alvo foram os trabalhadores que estão no Acampamento desde a primeira ocupação, em 1999. As questões foram organizadas acerca das ocupações e mobilizações, a expropriação (despejo) e a formação política.

2. O **Roteiro de pesquisa 02** foi realizado com os coordenadores do Acampamento Carlos Marighella. O objetivo foi produzir uma visão histórica, mais específica, do Acampamento Carlos Marighella, destacando, também, seu processo de construção e a realidade atual.

3. O **Roteiro de pesquisa 03** foi organizado especificamente para os Setores do Acampamento – Setor de Frente de Massa, Setor de Produção e Setor de Formação –, tendo como objetivo produzir uma visão histórica do desenvolvimento dos Setores no Acampamento e sua realidade atual. Destacamos nesse momento as ocupações e mobilizações, constituindo o que definimos como formas mais específicas da resistência atreladas ao Setor de Frente de Massa, além do Processo de Trabalho orientado pelo Setor de Produção e o trabalho político formativo, ligado ao Setor de Formação.

4. O **Roteiro de pesquisa 04** foi organizado para entrevista com os coordenadores e Diretores regionais do MST. Tratou-se de produzir uma visão histórica, mais geral, do Acampamento Carlos Marighella, destacando-se o seu processo de construção e sua realidade atual. As questões foram assim desenvolvidas em torno da fundação do Acampamento: como se deu a escolha da fazenda Dois Amigos, atual Acampamento

[14] Os roteiros da pesquisa estão anexos no trabalho.
[15] Na análise dos dados apresentamos aspectos de entrevistas que mais evidenciaram a totalidade das relações sociais identificadas no Acampamento, quer dizer, as entrevistas que expressavam o conteúdo e a forma, o tempo e o espaço, e a concepção de formação humana no âmbito do trabalho pedagógico produzido no processo da luta pela terra do MST.

Carlos Marighella? Como se deu a ocupação da fazenda? Inquirimos acerca dos aspectos sobre a história da Luta pela Terra no Acampamento Carlos Marighella e uma análise da conjuntura regional em que está inserido o Acampamento, destacando seus primeiros momentos de organização, desenvolvimento e a atualidade. Fizemos isso buscando identificar determinantes mais gerais que orientaram as relações no processo de Luta pela Terra.

Elaboramos um roteiro posterior para entrevista com o proprietário da fazenda Dois Amigos. No entanto, no período das entrevistas, não foi possível encontrar o proprietário da fazenda na cidade, visto que estava, segundo seu advogado, em consulta médica em Salvador-BA. Esse roteiro não se efetivou; porém, a nossa participação na Audiência Pública acerca do processo de desapropriação da fazenda Dois Amigos possibilitou-nos identificar a posição do proprietário na pessoa do seu representante legal, como também em documento sobre as condições do referido processo de desapropriação, encaminhado ao Desembargador Gercino José da Silva pelo representante legal do proprietário.

Apesar de já termos aproximações com os trabalhadores, entendemos que fosse necessário contato com a UNEB – Campus de Ipiaú, na pessoa do Prof. Tarcísio Cordeiro, pois este desenvolveu estudos também sobre o Acampamento Carlos Marighella. Por meio desse pesquisador fomos atualizando os dados acerca da realidade do Acampamento. O mesmo nos cedeu as entrevistas realizadas para o desenvolvimento da sua pesquisa, além das fotografias e da sua dissertação de Mestrado, no sentido de colaborar com a nossa investigação.

O contato com o Acampamento Carlos Marighella, em meio a toda essa dinâmica de expropriação, caracterizou-se, inicialmente, como uma grande teia de relações não perceptíveis à luz de uma noção empírico-espontânea. Nesse sentido, o campo da pesquisa nos levou a questionar a nossa base teórica a partir de perguntas como: A ocupação determina a construção de uma nova sociabilidade no âmbito da sociabilidade capitalista? Que sociabilidade nova é essa? Extrapola a dinâmica unilateral presente nessas relações? Há uma relação entre a ocupação em nível mais geral e em nível mais específico? Há subjetivação na ação política? Quais subjetivações? Prática social no processo de Luta pela Terra? Quais? Entender a prática social, como é produzida, quais

os momentos de sua produção? Entender o movimento de objetivação e apropriação nas práticas. A sociabilidade impulsiona a individuação e a individuação impulsiona a sociabilidade? Como se constitui a Totalidade Social? Entendíamos que a compreensão do processo de complexificação do Acampamento, desde a sua ocupação até os momentos atuais, seria fundamental para a compreensão das singularidades em sua particularidade. Mas, o que se complexificou?

Entender a complexificação, a partir das ocupações e expropriações, bem como as lições da Luta pela Terra, trazidas pelos trabalhadores, poderia ser um caminho significativo para trilhar em torno da dimensão pseudoconcreta, aparente, acerca da realidade investigada. Isso nos levou a refletir sobre outra questão: O que há de pedagógico no Acampamento? Essas foram as questões e/ou reflexões que emergiram no processo inicial de contato com a realidade, ainda pseudoconcreta, do Acampamento

Segundo Kosik (1976), o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.

> Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente. Apresenta-se como um campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e espaços para satisfazer a esta – o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico de realidade.

Um exemplo desse processo pode ser evidenciado em nossa pesquisa quando tratamos do processo de desumanização dos trabalhadores. Apreendendo a realidade à primeira vista, é impossível identificar elementos de humanização em tal processo de desumanização identificado na realidade investigada. Segundo Kosik (1976), é justamente por esse motivo que o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, e com isso não pretende apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas, especialmente, e sobretudo, duas qualidades da *práxis* humana.

A reflexão elaborada sobre a realidade é uma apreensão do fenômeno em suas relações dialéticas. Na análise do Acampamento Carlos Marighella, buscamos apreender a realidade em perspectiva histórica. Para tanto, o desenvolvimento dessa perspectiva de investigação só seria possível com a imersão na totalidade do Acampamento Carlos Marighella a partir de suas singularidades.

Segundo Lessa (2002), a Totalidade Social é constituída por atos singulares de indivíduos concretos em situações sociais concretas. O elemento constitutivo da totalidade social são os indivíduos. Sem individuação não há Totalidade possível, não havendo reprodução social, e, portanto, não havendo a construção do novo no âmbito das relações sociais. Assim, se a síntese das individualidades não for capaz de, ao longo do tempo, consubstanciar indivíduos cada vez mais capazes de atos crescentemente complexos, como seria sequer possível imaginar o desenvolvimento de relações humano-genéricas cada vez mais complexas.

Entendemos que a identificação desses atos no âmbito dessas relações poderia nos ajudar a delinear o roteiro proposto anteriormente, concebendo esse a todo o tempo em movimento, constituindo-se na processualidade social do Acampamento.

À medida que fomos adentrando à realidade, por meio das entrevistas com os trabalhadores, a "essência" foi se revelando aos poucos: "e nós entendeu que a gente tem direito, que a gente não tá fora da sociedade como nós pensava antes. O Movimento trouxe isso pra nós"[16].

De forma mais sistemática, no período de 18 a 31 de outubro de 2007, realizamos entrevistas com 14 trabalhadores. Nesse mesmo período pude realizar algumas observações no Acampamento, como também identificar as formas de reprodução social da vida dos trabalhadores, além da participação em evento agropecuário da cidade de Ipiaú/BA, em que foi realizada palestra sobre a Questão Agrária no Brasil e na região do Baixo Sul, bem como informações sobre o processo de entrega de títulos de terra para pequenos agricultores que não os possuía. Tal projeto vem sendo realizado pelo governo

[16] Entrevista realizada com acampado do Carlos Marighella, em 19 de outubro de 2007.

do Estado da Bahia, buscando atenuar os conflitos no campo e garantir direitos aos trabalhadores.

Com relação à análise dos dados, baseamo-nos em Minayo (1996). Essa pesquisadora tem como referência o Materialismo Histórico Dialético para o desenvolvimento de sua proposta. Organiza o processo a partir de quatro etapas no desenvolvimento da investigação (trata-se do caminho da resposta), a saber:

De como é produzida a totalidade da informação:

1. Ordenação dos dados da realidade: engloba tanto as entrevistas como o conjunto do material de observação e dos documentos coletados sobre a investigação. Essa etapa inclui: a) transcrição das entrevistas; b) releitura do material; c) organização dos dados em determinada ordem, o que já supõe um início de classificação; d) organização dos dados de observação também em determinada ordem, de acordo com a proposta analítica. Essa fase dá ao pesquisador um mapa horizontal de suas descobertas (MINAYO, 1996).

2. Classificação dos dados: segundo Minayo (1996), não é o campo que traz o dado, na medida em que o dado não é “dado”, é “construído” – é fruto de uma relação entre as questões teoricamente elaboradas e dirigidas ao campo e num processo inconcluso de perguntas suscitadas pelo quadro empírico às referências teóricas do investigador. Do ponto de vista dialético, a classificação é um processo que, tendo presente o embasamento teórico dos pressupostos e hipóteses do pesquisador, é feito a partir do material recolhido. Operacionalmente essa fase compreende uma leitura exaustiva dos textos prolongando uma relação interrogativa entre eles – trata-se de uma “leitura flutuante”. Daqui apreendemos: as estruturas de relevância dos atores sociais; as idéias centrais que tentam transmitir; os momentos chaves de sua existência sobre o tema em foco. Essa atividade ajuda o pesquisador a, processualmente, estabelecer as categorias empíricas, confrontando-as com as categorias analíticas teoricamente estabelecidas como balizas da investigação, buscando as relações dialéticas entre ambas.

Diante disso, foram identificados os seguintes elementos: Expropriação (Despejo)-Resistência, Trabalho Útil-Trabalho Inútil, Humanização-Desumanização, Estado/Capital (Latifundiário)-Trabalho, Ócio, Trabalho Alienado, Educação Escolar no Acampamento, Comunicação/Dialogicidade, Organização Coletiva do Trabalho – Auto-organização, Disciplina, Preservação do Meio Ambiente, Solidariedade, Organicidade –, Ocupação, Trabalho de Base, Objetivos, Conflito no Campo, Violência no Campo, Conjuntura Política, Direito – a propriedade privada. Todos esses elementos foram identificados a partir das entrevistas, da observação e dos documentos.

Organiza-se um "Corpus" de comunicações a partir dos respectivos grupos, setores entrevistados, da observação e da leitura dos documentos. Nesse momento fazemos uma leitura transversal de cada corpo, recortando-se cada entrevista ou documento em termos de unidade de registro a serem referenciadas por tópico de informação ou por temas. Em seguida faz-se o enxugamento da classificação por temas mais relevantes que podem surgir tanto para comprovação de hipóteses como material exploratório de campo (MINAYO, 1996).

O critério que buscamos para o estabelecimento dos temas mais relevantes foi a regularidade, como também a sua relevância para a pesquisa. Assim, definimos nessa fase os seguintes temas: Expropriação (Despejo)-Resistência, Trabalho Útil-Trabalho Inútil, Humanização-Desumanização, Estado/Capital (Latifundiário)-Trabalho, Escola, Organização Coletiva do Trabalho, Auto-organização, Disciplina, Preservação do Meio Ambiente, Solidariedade, Organicidade, Ocupação, Trabalho de Base, Objetivos.

Pode-se dizer que num processo de aprofundamento da análise, a relevância de algum tema, uma vez determinado a partir da elaboração teórica e da evidência dos dados, permite refazer e refinar o movimento classificatório. Os múltiplos temas serão reagrupados em categorias centrais, concatenando-se numa lógica unificadora (MINAYO, 1996).

Assim, ao aprofundarmos a investigação a partir da categoria de análise Trabalho Pedagógico – trato com o conhecimento, tempo e espaço pedagógico, concepção de formação humana, buscando o confronto com os elementos teóricos –, apontamos as seguintes categorias empíricas (ou de conteúdo, como sugere KUENZER, 1998) a partir de uma lógica reconstruída tendo como referência a realidade onde se dão as relações sociais: Ocupação, Estado/Capital (Latifundiário)-Trabalho, Expropriação (Despejo)-Resistência, Trabalho Útil-Trabalho Inútil, Organização Coletiva do Trabalho - Auto-Organização, Disciplina, Preservação do Meio Ambiente, Solidariedade, Organicidade -, Humanização-Desumanização, Trabalho de Base, Objetivos, Escola.

3. Análise Final: As duas etapas anteriores – ainda que o marco teórico esteja presente a todo o tempo – fazem uma inflexão sobre o material empírico, que é, como dissemos, o ponto de partida e o ponto de chegada. Esse movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral é o verdadeiro movimento dialético visando ao concreto pensado. O produto final é sempre provisório, resultado de todas as etapas de pesquisa, é o concreto pensado do qual nos fala Marx. Mas a sua compreensão jamais é contemplativa. Ela inclui num mesmo projeto o objeto, o sujeito do conhecimento e as próprias interrogações em movimento totalizador. A interpretação, além de superar a dicotomia objetividade *versus* subjetividade, exterioridade *versus* interioridade, análise e síntese, revelará que o produto da pesquisa é um momento da *práxis* do pesquisador. Sua obra desvenda os segredos de seus próprios condicionamentos (MINAYO, 1996).

Na análise final deste trabalho, propomos um caminho de volta ao ponto de partida, identificando os nexos, as contradições e as *possibilidades reais* e *possibilidades formais* para a Formação Onilateral do Trabalhador do MST no Acampamento Carlos Marighella, como também, já identificamos possibilidades de novos estudos tendo como referência os resultados dessa pesquisa (CHEPTULIN, 1982).

Diante disso, a exposição da pesquisa foi realizada da seguinte forma: no item 1.0 abordamos o processo de produção do capitalismo no campo em nível mais geral e em nível mais particular, no Brasil. Abordamos ainda aspectos históricos acerca do MST e seu processo de constituição como um Movimento de luta social.

O item 2.0 trata das relações entre Trabalho, Educação e Formação Humana no âmbito de Movimentos Sociais, apontando os fundamentos mais essenciais da perspectiva de Formação Onilateral. Destacamos a necessidade da retomada do debate acerca da categoria Trabalho, investigando suas relações, do ponto de vista da utilidade e do valor, como um movimento que se consubstancia e consubstancia a forma de produzir a vida em sociedade, para daí adentrarmos nas relações mais específicas acerca da nossa temática em estudo, a saber: A dialética Formação Onilateral/Reprodução Social dos trabalhadores do MST do Acampamento Carlos Marighella.

O item 3.0 trata da análise dos elementos da realidade do Acampamento Carlos Marighella: 1. Trata-se do contexto histórico do grupo social em estudo e sua inserção na produção (enquanto classe e segmento de classe) e suas condições de reprodução; 2. trata-se do encontro com os fatos empíricos, quer dizer, da análise do Trabalho Pedagógico propriamente dito (MINAYO, 1996). Isso se organizou no sentido de termos elementos teórico-práticos para responder o problema proposto nesta pesquisa.

1.0 Do processo de produção do capitalismo no campo ao processo de produção do MST

> "Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada" (MARX, 1978: 329.)

A ocupação da terra apresenta-se como uma possibilidade histórica superadora da grande contradição que demarca o processo de produção do modo capitalista de produzir a vida, a saber: a expropriação do trabalhador do campo. O enigma que rondava a "Assim Chamada Acumulação Primitiva", e o seu segredo, fora desvendado por Marx (2003) em *O Capital*.

A "Questão Agrária" perpassou/perpassa todo o processo de produção da sociedade sob a qual vivemos, quer dizer, a tese defendida por Marx é que o modo de produção capitalista é uma categoria histórico-social produzida na relação social capital[17] (meios de produção e força de trabalho), no âmbito da relação campo-cidade, ou seja, a produção do capitalismo no campo, por meio da expropriação do pequeno produtor, marca o processo de desenvolvimento do capital em escala ampliada.

Esse é o solo histórico que determina, ainda hoje, a vida de milhões de pessoas no Brasil; é o contexto que produz movimentos sociais de luta pela terra nos vários Estados brasileiros; é o contexto que impulsiona a aglomeração na cidade de milhares de trabalhadores na tentativa de superar suas necessidades, "do estômago ou da fantasia"[18].

---

[17] Marx em sua obra de maturidade, *O Capita*, nos alerta que este, o capital, é uma relação social, quer dizer, é produzido historicamente nas relações entre seres humanos. Assim, a tese naturalista da Economia Política Clássica acerca do valor, como se esse fosse intrínseco à mercadoria, cai por terra, pois, para o processo de valorização do capital são necessários, no mínimo, os meios de produção e a força de trabalho.

[18] Parafraseando Marx (1985: 262).

Para tanto, entendemos que o trabalho, como atividade de auto criação humana[19], é o impulsionador de todo esse movimento da realidade, como uma categoria social que contém o cerne do processo de trabalho, como também, o cerne do processo de valorização do capital (o denominado ΔD). É a contradição Trabalho Útil *versus* trabalho valor que produz e dá movimento à realidade posta no âmbito da sociedade capitalista. A *propriedade privada dos meios de produção e a força de trabalho assalariada são os capitais constante e variável,* respectivamente, que dão movimento ao processo de produção capitalista, a saber:

> A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1985: 262).

Segundo Marx (1985: 262), tal separação é fruto do processo de esgotamento do modo de produção feudal, desencadeando a "estrutura econômica da sociedade capitalista". A decomposição daquela liberou os elementos desta, como podemos observar nas palavras de Marx:

> O produtor direto, o trabalhador, somente pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercador para ela, ele precisa ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para os nossos escribas burgueses da história. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência oferecidas pelas velhas instituições feudais lhes foram roubadas. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1985: 262).

[19] Ver Konder (1992)

O que caracterizou o trabalho no modo de produção feudal foi a servidão voluntária. Havia uma espécie de "contrato" entre o proprietário e o servo. Segundo Marx (1985: 264), "o poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos". Não havia o trabalho assalariado, não havendo, portanto, a possibilidade da produção ampliada do capital. A força de trabalho só é transformada em mercadoria com o processo de esgotamento do Feudalismo. O trabalhador livre assume uma posição privilegiada dentro do movimento de produção do capital e a sua expropriação acelera o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, "A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital predominava fortemente sobre o constante" (MARX, 1985: 277).

Em estudos acerca da propriedade fundiária - enquanto parte da mais-valia produzida pelo capital, quando se transformou por influência deste e do modo capitalista de produção em propriedade feudal ou em pequena economia camponesa de subsistência[20]-, Marx (1991: 706) analisa que "o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro". Para entendermos melhor tal processo, convidamos Marx a realizar os devidos esclarecimentos:

> Depois que consideramos a violenta criação do proletariado livre como os pássaros, a disciplina sanguinária que os transforma em trabalhadores assalariados, a sórdida ação do soberano e do Estado[21], que eleva, com o grau de exploração do trabalho, policialmente, a acumulação do capital, pergunta-se de onde se originam os capitalistas, pois a expropriação do povo do campo cria, diretamente, apenas grandes proprietários fundiários.

[20] Ver MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política - O Processo Global de Produção Capitalista, Livro III, Volume VI, 1991: 706, Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

[21] Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos "voluntários" e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1985: 275).

> No que concerne à gênese do arrendatário[22], podemos, por assim dizer, tocá-la com a mão, porque ela é um processo lento, que se arrasta por muitos séculos. Os próprios servos, ao lado dos quais houve também pequenos proprietários livres, encontravam-se em relações de propriedade bastante diferentes e foram, por isso, emancipados também sob condições econômicas muito diferentes (MARX, 1985: 280).

A expropriação do trabalhador vem sendo abordada como aspecto determinante do processo de ampliação do capital na modernidade; porém, a "idéia jurídica da propriedade privada livre" não é um produto da modernidade, ela é uma determinação do próprio processo de desenvolvimento do capital histórico-socialmente, no qual a mercadoria em sua forma embrionária vem sendo desenvolvida no âmbito de relações sociais. Ela, a idéia jurídica da propriedade livre, "só aparece no mundo antigo na época da dissolução do organismo social, e no mundo moderno com o desenvolvimento da produção capitalista"[23], como nos esclarece Marx:

> A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade. [...]. Para isso, em nada contribui o mero poder jurídico desses proprietários de usar e abusar de porções deste planeta. O emprego delas depende por inteiro de condições econômicas que não se

---

[22] Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é o *bailiff*, ele mesmo um servo. Sua posição é idêntica à do *villicus* da Roma Antiga, apenas em esfera de ação mais estreita. Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário a quem o *landlord* fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Torna-se logo *metayer*, meio arrendatário. Ele aplica uma parte do capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos dividem o produto global em proporção contratualmente determinada. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra, para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, o qual valoriza seu próprio Capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-produto em dinheiro ou *in natura*, ao *landlord* como renda da terra. Enquanto, durante o século XV, o camponês independente e o servo agrícola, que trabalha como assalariado e, ao mesmo tempo, para si mesmo, se enriquecem mediante seu trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção permanecem igualmente medíocres. A revolução agrícola, no último terço do século XV, que prossegue por quase todo o século XVI (com exceção de suas últimas décadas) enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu o povo do campo. A usurpação das pastagens comunais etc. permitiu-lhe grande multiplicação de seu gado, quase sem custos, enquanto o gado fornecia-lhe maior quantidade de adubo para o cultivo do solo. No século XVI acresce ainda um momento decisivamente importante. Naquela época, os contratos de arrendamento eram longos, freqüentemente por 99 anos. A contínua queda em valor dos metais nobres, e, portanto, do dinheiro, trouxe ao arrendatário frutos de ouro. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente mencionadas, o salário. Uma fração do mesmo foi acrescentada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços de cereal, lã, carne, enfim de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem sua colaboração, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, foi contraída em valores monetários ultrapassados. Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*. Não é de admirar, portanto, que a Inglaterra, nos fins do século XVI, possuísse uma classe de "arrendatários de capital", bastante ricos para a época (Marx, 1985: 280-281).

[23] Ver MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política - O Processo Global de Produção Capitalista, Livro III, Volume VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 1991: 707.

> subordinam à vontade deles. A própria concepção jurídica significa apenas que o proprietário lida com a terra do mesmo modo que o faz com as mercadorias o respectivo dono (MARX, 1991: 707).

Nesse sentido, as reflexões acerca da Questão Agrária, em perspectiva histórica, são centrais para entender os fundamentos do modo de produção da vida na sociedade capitalista e de suas possibilidades de superação, pois a produção do capitalismo no campo marca o desenvolvimento do capital em escala mais ampliada. Assim, segundo Marx (1985), o poder do capital determinou a propriedade fundiária, e não a idéia jurídica da propriedade livre, quer dizer, a propriedade fundiária é resultado de um longo processo de desenvolvimento das relações sociais de produção, da relação social capital, não sendo determinada pelo Estado em sua concepção clássica.

Importante ressaltar que o modo capitalista de produção da vida gerou importantes resultados, tais como: a racionalização da agricultura, "capacitando-a pela primeira vez para ser explorada em escala social", a dissociação da propriedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição, "e ainda separou de toda a terra, como condição de trabalho, da propriedade fundiária e do proprietário, [...] o arrendatário" (MARX, 1991: 708-709). No entanto, "comprou esse progresso histórico ao preço de todos os demais: de início reduzindo ao empobrecimento completo os produtores imediatos" (MARX, 1991: 709).

Diante disso, pode-se observar que a Acumulação Primitiva é, "portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" (MARX, 1991: 262). Quer dizer, a propriedade individual, baseada no próprio trabalho, não impulsiona o modo de produção capitalista, mas sim, a propriedade da sua força de trabalho, o trabalhador livre, a saber:

> A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Na verdade, esse modo de produção existe também durante a escravidão, a servidão e outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva,

> o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose (MARX, 1985: 292-293).

> Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção. Assim como a concentração destes últimos, exclui também a cooperação, divisão do trabalho dentro dos próprios processos de produção, dominação social e regulação da Natureza, livre desenvolvimento das forças sociais produtivas. Ele só é compatível com estreitas barreiras naturalmente desenvolvidas da produção e da sociedade. Pretender eternizá-lo significaria, [...], "decretar a mediocridade geral". Em certo nível de desenvolvimento, produz os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento agitam-se forças e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e parcelados em socialmente concentrados, portanto da propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital. Ela compreende uma série de métodos violentos [...]. A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinhamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 1985: 293).

As idéias expostas anteriormente aluzem à tese de Marx acerca da infra-estrutura (econômica) e da superestrutura (jurídica e política) da sociedade. Segundo Marx (1978), as idéias dominantes sempre foram as idéias da classe dominante. Essa relação de classe determina as relações sociais. O que sustenta essa divisão em classes é o poder econômico. As reflexões acerca da propriedade fundiária evidenciam claramente a determinação do poder do capital como uma relação social que desencadeia uma série de outros poderes. Essas idéias fazem parte das teses de Marx acerca do Estado.

No entanto, a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade individual, mas a produção capitalista produz sua própria negação. Portanto, a transformação da propriedade privada em propriedade social é um processo possível e mais rápido, do ponto de vista histórico, do que a transformação em propriedade parcelada da propriedade camponesa de subsistência que foi um processo longo e difícil (MARX, 1985: 293-294). "Lá, tratou-se da expropriação da massa do povo

por poucos usurpadores, aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo" (MARX, 1985: 294).

Numa análise mais contemporânea acerca das relações entre Estado e sociedade, segundo Gramsci apud COUTINHO (1999), há um processo de reestruturação no âmbito das relações sociais mais amplas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, do conseqüente avanço do nível de consciência dos trabalhadores, caracterizado especificamente pela organização destes (a formação dos grandes sindicatos de massa é um aspecto que evidencia esse fato), novas relações se estabeleceram no âmbito do Estado capitalista.

A "Teoria do Estado Ampliado" de Gramsci partira do pressuposto que as idéias se transformaram em matéria, caracterizando um movimento diferenciado na organização do Estado. Essa transformação deu sustentação à organização do que Gramsci chamou de superestrutura da sociedade, composta pela Sociedade Civil (os aparelhos privados de hegemonia) e Sociedade Política (o jurídico e o político). A primeira tem como característica central ser espaço do conflito, um palco de lutas sociais onde se travam relações de forças, caracterizando-se por ser um espaço de contradições e possibilidades; e a segunda, o espaço de consenso.

Em síntese, entendemos que na compreensão do "Estado Ampliado" de Gramsci um fato que ganhou grande destaque foi a disposição das massas em grandes organizações; ou seja, a *práxis* política experienciada nas sociedades de capitalismo avançado ganhando outras dimensões. Isso quer dizer que houve a materialização das "idéias" no âmbito das lutas sociais, fenômeno que evidenciou, segundo o pensamento gramsciano, a compreensão de tais organizações no âmbito da superestrutura da sociedade, como também, pela autonomia que tais grupos sociais vinham conquistando no espaço do Estado-coerção (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999).

Contudo, na atualidade, identifica-se, por meio de pressões do capitalismo globalizado, da reestruturação produtiva, uma dinâmica diferenciada no âmbito de tais aparelhos privados de hegemonia: enfraquecimento das lutas e movimentos sociais por meio da sua

institucionalização, cooptados por um discurso que clama a possibilidade de “terceira via”, de humanização do capitalismo, de fim das ideologias em prol da concepção de uma “democracia radical”, que se caracterizaria pelo cumprimento de princípios democráticos tais como: igualdade e liberdade, (re)afirmando consensos (im)possíveis como o Estado e o mercado.

Há uma tendência histórica para a institucionalização dos movimentos e lutas sociais em Estados “ditos” democráticos, funcionando como uma espécie de coerção do Estado para com as lutas sociais. Entendemos a institucionalização das lutas sociais como processos de apropriação política realizada pelo Estado sobre grupos sociais que questionam a organização social vigente, ou seja, uma forma de controle por ele estabelecida: a coerção (FERREIRA, 2005).

Com a institucionalização das lutas sociais, o Estado espera submeter tais grupos às normas e leis, transferindo a esses a responsabilidade de velar pelo seu cumprimento. Assim, a institucionalização acaba clarificando uma forma de dominação, pois as deliberações do Estado sobrepõem às dos grupos sociais, funcionando como controle social (FERREIRA, 2005).

Alguns elementos históricos que podem contribuir na constatação dessa hipótese são lançados na afirmação de Gohn (2003:29), na obra *Movimentos Sociais no Início do Século XXI - antigos e novos atores sociais*:

> Uma observação preliminar, que deverá ser comprovada via dados de pesquisas empíricas, diz respeito ao impacto das novas ações sobre o arcabouço institucional estatal que preside as interações, negociações, nos conselhos, fóruns etc. *A priori*, parece-nos que o movimento social e/ou conjunto de atores sociais que estão participando dessas novas ações e interações, estão conseguindo pouco em termos de mudança do conjunto de instrumentos concretos que orientam e presidem as relações. Se esta hipótese for verdadeira, cumpre observar que nos anos 70/80 os movimentos sociais tiveram força para impactar ou criar instrumentos jurídicos novos, de nível local ou constitucional. Temos, portanto, um parâmetro para compararmos o porquê dessa diferença de impacto. No passado, usualmente, as regras burocráticas e as prescrições jurídicas eram alteradas pelas ações coletivas dos movimentos, utilizando vias paralelas. Com o tempo, o paralelo se tornava o instituído pelo uso. De certa forma, isso está ocorrendo atualmente à medida que se aposta na

> cultura de crença no alternativo como força social. Entretanto o processo é estimulado pelo Estado: o campo de experimentação ocorre na esfera pública - recorte do público e o privado não estatal, onde o conflito é minimizado.

A própria autora percebe as transformações que as relações institucionais vêm provocando no âmbito das lutas sociais, principalmente na década de noventa, com a implementação das políticas neoliberais no Brasil, destacando que o próprio Estado estimula o consenso, minimizando o conflito social. Contudo, dá pistas para novos caminhos investigativos, quando observa acerca do "impacto das novas ações sobre o arcabouço institucional estatal que preside as interações, negociações, nos conselhos, fóruns etc." no século XXI[24].

Todavia, diante dos limites de ativação absolutos do Capital na modernidade: desemprego crônico, as questões ambientais, as relações entre Estados nacionais e capitalismo transnacional, relações étnicas e de gênero, a tendência não vem se deslocando para o atendimento às demandas referentes às questões sociais historicamente defendidas pelos movimentos e lutas sociais (MÉSZÁROS, 2002). Pelo contrário, a forte tendência para o aprofundamento da destruição das forças produtivas é uma realidade posta, o que demonstra que o capital avança para novas formas de qualificação, impondo dificuldades aos movimentos.

A evidência de tais limites de ativação absolutos do Capital significa o crescente aprofundamento das contradições do capital no âmbito do modo de produção capitalista, fato que vem reafirmando o fim de suas possibilidades civilizatórias. Assim, Mészáros (2002), considera que o processo de auto-emancipação da sociedade não pode restringir-se apenas ao âmbito da política, pois as contradições da sociedade do capital se articulam em "essência" nas relações de produção e nos processos produtivos no modo de produção capitalista.

Realizamos até o momento uma leitura acerca da produção do capitalismo no campo em nível mais geral, e seus desenvolvimentos na sociedade contemporânea. No próximo momento buscamos aproximar uma leitura pontual acerca da produção do capitalismo no

[24] Ver Gohn (2003: 29).

campo brasileiro, no sentido de situar alguns elementos históricos acerca do processo de expropriação e resistência no Brasil.

1.1 A Produção do Capitalismo no Campo: Expropriação e Resistência do Trabalhador Campesino no Brasil

> [...] a força de trabalho assume as configurações que o sistema econômico-social impõe. Há um sistema que produz o escravo, que é mantido no interior da fazenda, consumindo apenas alimento, vestuário e senzala. Outro sistema vai gerar o colono, cuja remuneração será em espécie ou dinheiro, mas que continuará no interior da fazenda, onde terá habitação e lote de terra para culturas de subsistência. Esta será uma forma intermediária do desenvolvimento da unidade no sentido de uma empresa organizada em bases "racionais". Mas essa evolução somente se completa com a expulsão do trabalhador do interior da fazenda, fenômeno que está ocorrendo em algumas regiões do país. Neste caso o empresário não terá uma unidade estruturada de forma híbrida, onde coexistam elementos dos sistemas patrimonial e capitalista. Agora a fazenda é definida como uma empresa organizada "racionalmente". E do trabalhador, que deve habitar fora da unidade, compra-se a força de trabalho avaliado em dinheiro. No bairro, patrimônio, vila ou cidade onde habitar, ele comprará os seus sapatos, a sua roupa, os medicamentos, o arroz e o feijão. Da fazenda, de onde o trabalhador extraía anteriormente os seus meios de subsistência, levará somente o salário (diário, semanal ou mensal), como operário da indústria (IANNI, 2004: 112-113).

No item anterior deste capítulo, buscamos entender de forma mais geral, porém, com elementos particulares e singulares, o processo de expropriação do trabalhador no âmbito do processo de produção do capitalismo no campo. Agora adentramos à realidade brasileira com o intuito de situar tal processo a partir das relações que se desenvolveram neste lugar social. Ressaltamos que não temos a intenção de realizar uma análise historiográfica, mas somente alguns apontamentos acerca do processo de expropriação do trabalhador do campo e seus desdobramentos na atualidade.

Iniciamos este item com a citação anterior, que por si só, é explicativa. Não é mera coincidência com o processo da "Acumulação Primitiva" explicitado em *O Capital*. Trata-se do processo singular de produção e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tendo como particularidade o processo de produção do proletariado, quer dizer, do processo de

expropriação do trabalhador do campo e de valorização do capital. Segundo Ianni (2004: 146-147), “a acumulação primitiva está chegando ao fim no Brasil. Pouco a pouco expropriam-se os antigos proprietários, isto é, os índios, sitiantes ou posseiros, os que não tem títulos; e as terras se transformam em terras griladas ou tituladas”. Esclarecendo melhor:

> Essa expropriação se realiza através da grilagem , mas entendo grilagem não simplesmente como artimanha de papéis de cartório, de títulos falsos; a grilagem também como prática da violência privada, como uma técnica da apropriação econômica. Jagunço e pistoleiro fazem parte desse processo de transformação da terra devoluta, tribal, ocupada, em propriedade privada, com título jurídico formalmente correto. Nesse sentido temos, não simplesmente uma etapa final do processo da acumulação primitiva, mas talvez uma etapa final de esgotamento da fronteira interna. Pouco a pouco as terras estão se transformando em propriedades, monopolizadas, como “reserva de valor”. Se isso de fato está ocorrendo, podemos prever que breve estará esgotada a fronteira de expansão da sociedade brasileira. Então, uma nova realidade econômica, social e política pode se abrir (IANNI, 2004: 147).

Ao destacar o processo de criação e desenvolvimento do proletariado no Brasil, partimos da centralidade da “Crítica da Economia Política” acerca do processo de valorização do capital, quer dizer, partimos da única mercadoria que tem a capacidade de produzir todas as demais, a saber: a força de trabalho.

Em *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, Ianni (2004:104) observa os nexos internos e as contradições que perpassaram o processo de produção e desenvolvimento da força de trabalho no Brasil, e o faz com as devidas preocupações teóricas, de um sociólogo, acerca da dimensão sócio-cultural presente nessas relações, como podemos observar:

> [...] a substituição do escravo pelo trabalhador livre processou-se lenta e contraditoriamente. Verificou-se todavia, progressivamente, ao mesmo tempo que transformações mais amplas. O próprio sistema sócio-cultural sofria alterações radicais, ao mesmo tempo que evoluía a estrutura econômica e que o trabalho escravizado era restringido em sua área de dominação. [...]. Os incidentes relativos à execução e cumprimento dos contratos de trabalho entre o fazendeiro e os colonos revelam como eram profundas as implicações sociais e culturais do processo em curso. Na realidade, os contratos de parceria não poderiam ser cumpridos fielmente num ambiente em que as condições sócio-culturais não eram plenamente

> satisfatórias para a elaboração de atitudes e normas de comportamento adequado à sua vigência. [...] os senhores das fazendas, formados no meio de escravos, inconscientemente concebiam tudo em termos do trabalho escravizado. De fato, esse foi um dos entraves à incorporação de outras formas de trabalho produtivo. Havia, na ordem patrimonialista, que começava a desfazer-se, elementos suficientemente vigorosos para impedir ou prejudicar aquela transformação. No processo de racionalização do comportamento humano e da organização burocrática das empresas, as motivações, as atitudes, as normas sociais, etc. somente encontram possibilidades de concretização quando se apóiam em condições sócio-culturais adequadas. Mesmo as atitudes sociais emergentes precisam encontrar suportes sociais e culturais no meio em que ocorrem.

Fizemos essa ressalva por considerar que a dimensão das relações sociais extrapola as relações puramente econômicas; no entanto, as entrelaçam e produzem, não imediatamente, mas, mediata e historicamente, alterações nas condições materiais e imateriais que fundam a sociedade brasileira. Diante disso, podemos afirmar a impossibilidade de negar que o processo civilizatório capitalista adentrou à realidade brasileira e a fez produzir, nos seus moldes relações sociais fundadas em relações de valorização de capital.

Ao buscarmos entender a dinâmica do “processo civilizatório capitalista no Brasil”, o campo nos salta aos olhos, ou, como afirma Ianni (2004: 07), é possível dizer que todos os momentos notáveis da história da sociedade brasileira foram influenciados pela questão agrária; portanto, “há muito campo nessa história”. Segundo Ianni,

> A estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos vigorosos, que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior. É que o processo capitalista de produção acaba envolvendo as áreas pré-capitalistas, integrando-as num todo. A expansão, sob suas diversas modalidades, é inerente à dinâmica do sistema, quando já estruturado em certo grau. Em conseqüência, o capitalismo transforma de algum modo os sistemas “marginais”, seja modificando-lhes as estruturas seja anexando-os como apêndices (IANNI, 2004: 100)

As observações anteriores nos dão possibilidades para visualizar elementos significativos do contexto brasileiro acerca da Questão Agrária e suas relações com o desenvolvimento

do capitalismo neste país. Nesse contexto, identifica-se a resistência a esse processo de transformação das relações sociais de produção, fato que demarca duas formas de modo de vida diferenciados: a patrimonialista e a capitalista.

A resistência dos trabalhadores do campo, manifestação concreta da luta social, constitui-se em seu processo histórico de produção como uma necessidade de sobrevivência. Com a expansão do capital no campo, houve uma alteração nas relações sociais até então vigentes, relações essas fundadas em bases patrimonialistas. A corrida pelo desenvolvimento e o advento da industrialização foram elementos significativos que impulsionaram tais alterações.

Assim, a maximização dos lucros gerou uma ampliação do capital constante e uma diminuição do capital variável, contribuindo dessa forma para a expansão da economia de mercado. No entanto, segundo Ianni (2004: 105), "o processo de proletarização do homem do campo encontra alguns obstáculos nos arrendatários e sitiantes, que não estão preparados para perder os escassos meios de produção que possuem e, muito menos, a relativa autonomia econômica":

> Quando uma área da economia natural é alcançada pela expansão da economia de mercado, as terras evidentemente são valorizadas; em conseqüência, o conflito de interesses se aguça. Numa região em que há *posseiros*, isto é, indivíduos que, sem deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo, as tensões se acentuam, especialmente com aqueles que possuem títulos legais de sua posse; ou então com os chamados grileiros, que obtêm escrituras falsas de propriedade. O mesmo ocorre com os pequenos arrendatários e sitiantes, que resistem apenas transitoriamente às pressões do sistema (IANNI, 2004: 105).

Nesse sentido, "a interação dialética dos 'sistemas' de produção, [...], transforma o modo de utilização do trabalho, provocando a proletarização" (IANNI, 2004: 114):

> Isto significa que se alteram os requisitos "tradicionais" de convivência. À medida que se modificam as condições inerentes ao complexo rural, onde foram gerados alguns dos problemas focalizados, elaboram-se pouco a pouco outras condições econômico-sociais de interação, propiciando a emergência de atritos e tensões entre as classes sociais envolvidas. Problemas tais como níveis de salários, tipos de contratos de trabalho e organização dos trabalhadores em sindicatos começam a ser postos pelas novas condições de vida. Ainda que prejudicados pelo excesso da oferta

> sobre a procura de trabalho e pela manipulação de técnicas tradicionais de resolução de tensões, os trabalhadores agrícolas paulatinamente estão sendo levados a propor-se essas questões em termos políticos. Os problemas que até o presente foram regulados segundo as posições relativas dos indivíduos, definidos isoladamente, exigem soluções políticas novas. À medida que as condições de competição no mercado de trabalho se modifiquem e assim que a "cidade" deixar de ser a solução possível, ainda que precária, para o desemprego no campo, em algumas áreas os assalariados agrícolas começarão a aglutinar-se em torno de reivindicações de classe (IANNI, 2004: 115, grifos nossos).

Quer dizer, há uma reconfiguração das relações sociais, e no seu escopo está a produção ampliada do capital, tendo na utilidade do trabalho a centralidade desse processo, pois somente ele pode potencializar a produção do capital. Tais aspectos interferem diretamente no cotidiano dos trabalhadores, que passa a ser constituído pelas tensões de classe, pelas necessidades advindas do processo de desorganização das formas de produção não-capitalistas, porém, não tão menos exploradoras.

Diante desse processo de expropriação, as Ligas Camponesas iniciaram seu processo de organização em Pernambuco, onde sitiantes e arrendatários organizaram-se em associações para aumentar o seu poder de resistência aos latifundiários (IANNI, 2004: 107). "Nasce como uma reação [do] trabalhador rural, 'incluindo camponês e operário', às condições econômicas e sociais adversas [...]. Expressa uma reação à forma pela qual se reparte o produto do trabalho, quando uma pequena parcela deste é retida pelo próprio trabalhador" (IANNI, 2004: 124). "Segundo as expressões de Francisco Julião, as ligas camponesas[25], reunindo 'foreiros e pequenos proprietários de terra', almejam o 'combate pelos meios pacíficos das formas mais cruéis e odiadas de exploração do trabalhador que arrenda a terra para nela se fixar e manter-se'" (IANNI, 2004: 107). Enfim,

> A constituição do proletariado agrícola é um fenômeno que resulta das transformações dos modos de produção. Este mesmo processo geral, que modifica, redefine ou elimina agregados, colonos, arrendatários, parceiros, sitiantes, pecuaristas, latifundiários etc. está operando no sentido de redistribuir os grupos humanos em duas categorias principais. Na nova estrutura em emergência, os assalariados, sob as suas diversas formas, e os proprietários dos meios de produção, também sob as mais diferentes configurações, serão as classes sociais fundamentais (IANNI, 2004: 112).

[25]Movimento de luta pela terra que nas décadas de 1950 e 1960 contribuiu bastante na luta contra o latifúndio no interior no Nordeste. Ver Martins (1995) e Bezerra Neto (1998).

No próximo item, buscaremos, a partir das reflexões acerca da constituição proletariado agrário realizadas até o momento, identificar o MST como um Movimento de Luta Social, que tem a sua principal expressão a Luta pela Terra. Tais relações são estabelecidas no âmbito do Estado e da Sociedade Civil.

1.2 A Emergência do MST no âmbito das relações entre Estado e Sociedade: um Movimento de Luta Social

No seio da sociabilidade capitalista, em meio às contradições e conflitos sociais, políticos, econômicos e culturais, pela expropriação e violência, pela negação de direitos, pela ausência de espaço para produção material, são produzidas estratégias de sobrevivência por uma grande parte de trabalhadores expulsos dos processos de produção formal, como nos observa Frigotto (2003: 172):

> [...] no mesmo período em que frações da burguesia brasileira, [...], atentas às transformações mundiais e preocupadas com seus destinos, redefinem seus organismos de classe e criam novos, no âmbito das classes trabalhadoras emergem um partido de massa (e de classe), um sindicalismo de 'novo tipo', movimentos sociais urbanos e movimentos sociais do campo que estão redefinindo as relações entre Estado e sociedade em bases diversas da tradição oligárquica, fisiológica e paternalista. Nessa redefinição aparece claramente o embate pelo controle democrático do fundo público [...]. Outra característica dessas lutas é que não se reduzem ao momento econômico-corporativo, mas contêm elementos ético-políticos.

Diante desse contexto, os movimentos sociais avançam no sentido de contestar a expropriação e violência do trabalhador, propondo em suas bases a construção de uma sociedade mais democrática, movimentos sociais que fizeram e fazem a história do nosso país, movimentos de resistência, que, por meio de mortes se fizeram crescer vidas. Dentre esses, podemos citar os Quilombos, Canudos, a Guerra do Contestado, o Cangaço, as Ligas Camponesas, as mobilizações sindicais e políticas, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), dentre outros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social organizado, forjado devido ao "processo de expansão do capital no campo [que] gerou hordas de sem-terra ou pequenos proprietários semifalidos[26]", surgiu a partir do final da década de 1970 no país - recebendo grande influência das Ligas Camponesas - como a continuidade de um processo histórico de organização da classe expropriada sob o vigente modo de produção. Ao inovar em suas formas de organização e de lutas, tem também se apresentado como um espaço de formação política/humana a partir da constante inserção na dinâmica da luta de classes, constituindo-se como frente de práticas sociais e ações políticas consistentes.

O MST vem "reconstruindo a história da luta camponesa no país", demonstrando e resgatando em suas estratégias o legado das lutas que a classe trabalhadora tem travado ao longo de sua história. Nessa perspectiva, o MST se organizou em vinte e três unidades da federação, constituindo formas alternativas para a "superação" da exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, desenvolvendo a organização de atividades e instâncias de deliberação.

O MST se empenha na perspectiva da construção do processo de Reforma Agrária ampla no Brasil, socialmente referendada pelas classes populares e construída nas bases no movimento social. Contudo, as preocupações do Movimento vão além, apontam para a construção de uma outra sociedade, onde as relações sejam desenvolvidas pelo trabalho coletivo, onde haja a distribuição igualitária dos conhecimentos e bens produzidos pela humanidade.

Essa estruturação se inicia a partir da construção da organicidade do Movimento em Acampamentos de Reforma Agrária, organizados pelos próprios trabalhadores numa a estrutura para o desenvolvimento da área. O MST, desde a sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento da ocupação como forma de Luta pela Terra. "O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada Estado onde iniciou a sua organização, o fato

[26] GOHN, 2000, p. 238

que registrou o seu princípio foi a ocupação”[27]. “Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifúndios e o Estado” (FERNANDES, 2000: 19). Fernandes (2000: 21-22) ainda destaca que

> As experiências que expandem as possibilidades dessa luta foram construídas na persistência da autonomia política dos sem-terra. Condição reforçada pela organicidade do movimento, que se transformou numa organização ampla e atuante em diversas dimensões da vida dos sem-terra. A inexistência de uma política de Reforma Agrária não impediu que o MST se territorializasse para todas as regiões brasileiras, lutando contra a exclusão e a exploração. Nesse sentido a luta pela terra é uma luta popular, de que as instituições, entre elas o Estado, procuram se apropriar politicamente. Por essa via, o movimento se reproduz mas não só pela lógica do desenvolvimento das relações econômicas, mas também na construção de relações políticas: por meio da ocupação da terra.

O processo histórico de luta dos camponeses representa a resistência e o enfrentamento à cumplicidade Estado/Latifundiário, presentes em nossa história social e política, e essas relações, em contextos mais atuais, continuam sendo uma das principais contradições da democracia no Brasil quando tratamos das questões agrárias, além das referentes ao Sociometabolismo do Capital[28] e seus impactos na classe trabalhadora.

A década de 1990 é oposta à década anterior em que houve uma grande mobilização de massas pela defesa da democracia. Segundo Leher (2002:196), a década de 90 caracteriza-se pela [...] combinação de tensões provenientes da esfera econômica – a crise estrutural do capitalismo, - e da esfera política. A Queda do Muro de Berlim engendrou uma formulação ideológica dominante em que velhos elementos do senso comum insistem em ecoar: o neoliberalismo e a ideologia da globalização.

---

[27] Ver Fernandes (2000: 19).

[28] O termo é utilizado por István Mészáros na obra *Para além do capital*, para indicar o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao Capital, como também as suas inter-relações como Estado moderno. Para Mészáros, o sistema de *sociometabolismo do capital* é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé Capital, Trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem esse sistema.

Nesse contexto, a violência política toma conta dos movimentos sociais; dentre eles, o MST foi o mais atingido pela estrutura do Estado e seus veículos de controle da informação. O movimento, com as perdas acumuladas historicamente, promoveu várias ocupações que geraram conflitos, entre os quais podemos citar o massacre de Corumbiara/RO em 09/08/1995 e Eldorado-Carajás/PA em 17/04/1996, além de outras chacinas que ocorreram nesse contexto repressivo.

Um outro tipo de violência é a judicial - foram realizadas várias prisões de trabalhadores e trabalhadoras rurais e aberto vários processos contra os mesmos (FERNANDES, 2000; COMPARATO, 2000).

Ainda assim, o MST se destaca perante outros movimentos sociais devido às suas ações políticas e sua estrutura organizacional - ações coletivas estratégico-políticas que foram dando cada vez mais visibilidade ao movimento.

As ocupações representaram e representam forte meio de enfrentamento ao Sociometabolismo do capital, que compreende as relações entre Capital, Trabalho e o Estado moderno. No que diz respeito a este último aspecto, Mészáros (2002: 106-107) observa o seguinte:

> A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância do reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo [...] Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado.

Nesse contexto, o Estado assume papel fundamental no desenvolvimento do capital, promovendo a construção de uma estrutura repressiva, e mesmo num contexto de crise estrutural do capital, que por sua vez gera crises políticas sucessivas, em vez de promover a democratização das instituições e ampliar o debate acerca das problemáticas no ambiente social, o mesmo, devido às pressões externas globais, acaba reafirmando as demandas do capital.

Segundo Coutinho, em sua obra *Gramsci: um estudo de seu pensamento político* - na qual busca refletir acerca do Estado, partindo inicialmente das produções de Marx, Lenin e Engels, para, posteriormente, de forma bastante contundente, colaborar, a partir dos estudos de Gramsci - com a ampliação do conceito de Estado é necessário "mostrar os tópicos concretos onde ele [Gramsci] estabelece com Marx e Lênin não uma relação de continuidade, mas uma autêntica relação dialética de conservação/renovação"[29], tendo como centro da análise o conceito de "Sociedade Civil", contribuindo dessa forma para a ampliação da teoria marxista "Clássica" do Estado.

> A grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; [...] A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classes, razão por que ele só existe *quando* e *enquanto* existir essa divisão (que decorre por sua vez, das relações sociais de produção); e a *função* do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. Marx, Engels e Lênin examinaram também a *estrutura* do Estado: indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em Geral (e, como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe (COUTINHO, 1999: 125).

Sendo assim, Marx nos mostra a essência das contradições no contexto mais amplo da teoria política, quando afirma ser o Estado uma estrutura classista burguesa. Contudo, Marx não pôde acompanhar o desenvolvimento da sociedade num contexto de capitalismo avançado, como nos relata Coutinho:

---

[29] Ver COUTINHO (1999: 101).

> Marx, portanto, não pôde conhecer – ou não pôde levar na devida conta – os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem[30], etc. Não pôde em suma captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela "trama privada" a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de "sociedade civil", de "aparelhos privados de hegemonia". Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso são "privados") e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Ao cunhar a expressão "sociedade civil" para designá-los, Gramsci, como vimos, se afasta terminologicamente de Marx (COUTINHO, 1999: 125-126).

Nessa perspectiva, segundo Gramsci apud Coutinho (1999:127)

> [...] o Estado em sentido amplo, "com novas determinações", comporta duas esferas principais: *a sociedade política* (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil,* formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, [...].

Duas problemáticas diferenciam essas esferas: 1. a função que cada uma exerce na organização da vida social e 2. a materialidade (sócio-institucional) própria[31]. Ou seja, "Gramsci registra aqui o fato novo de que a esfera ideológica nas sociedades capitalistas avançadas mais complexas ganhou uma autonomia material", e é essa autonomia relativa que funda a sociedade civil (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999: 127-128). Diante disso, Gramsci, amplia o conceito de democracia, na qual as organizações sociais assumem lugar relativamente importante, mediando as relações entre o Estado e a Economia.

Todo esse contexto de conflitos gera desequilíbrios na estrutura do capital levando à ausência de unidade, fundamentalmente em três aspectos principais para a sustentação e desenvolvimento do sociometabolismo do capital - produção e controle, produção e

[30] Marx também não pôde ver os movimentos sociais mais amplos como o MST, com toda sua organicidade e organização estrutural no enfrentamento do Estado e da Propriedade Privada.
[31] Ver Gramsci (apud Coutinho, 1999, p. 128).

consumo e, produção e circulação (MÉSZÁROS, 2002: 107-111) -, promovendo uma maior intensificação das retificações por parte do Estado moderno, este passando "a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças [...] que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, num sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado, [...] [com] grande mobilidade e dinamismo" (MÉSZÁROS, 2002: 107).

Segundo Mészáros (2002: 216), diante do contexto de esgotamento das possibilidades civilizatórias do capital, que traz em seu bojo limites que são impossibilitados de ser transcendidos sem que o modo de produção mude para um modo qualitativamente diferente, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida [...] que normalmente circunscrevem a margem global de ajuste das práticas reprodutivas viáveis sob as circunstâncias existentes.

A transformação de tais parâmetros da ordem estabelecida caracteriza o que Mészáros (2002: 222) define como "mecanismos de reprodução sociometabólica do capital[32]", que mantém a estabilidade do sistema em meio a antagonismos estruturais "explosivos absolutamente impensável sem a superposição de camadas artificiais de complexidade, cuja função essencial é a perpetuação da ordem dominante e o retardamento do 'momento da verdade'".

Em sua obra *Para Além do Capital*, Mészáros (2002) anuncia que os limites de ativação absolutos do capital, caracterizados pelo desdobramento da crise atual e emergente, como as premissas estruturais problemáticas do próprio sistema, já se materializam no âmbito das relações sociais.

Dentre os limites anunciados por Mészáros (2002), podemos destacar dois dos mais importantes: 1. o desemprego crônico; 2. a destruição do meio-ambiente. Esses limites

[32]O termo é utilizado por Mészáros na obra *Para Além do Capital*, para indicar o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital, como também as suas inter-relações com o Estado moderno. Para Mészáros, o *Sociometabolismo do Capital* é mais poderoso e abrangente, tendo como núcleo constitutivo o tripé Capital, Trabalho e Estado, sendo que essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem esse sistema (MÉSZÁROS, 2002: 15-16).

carregam em suas relações internas contradições e possibilidades por serem frutos do processo desigual e contraditório desenvolvido pelo capitalismo mundial. As contradições, que já foram destacadas acima, afetam milhões de trabalhadores em todo o mundo, como também geram impactos que camuflam a exploração de classe, atingindo toda a população de forma geral.

Segundo Mészáros (2002), na atualidade, há um processo de "sociometabolismo do capital" que promove uma relação de reprodução entre Capital, Trabalho, Estado, e que só fundindo essa relação metabólica é que poderemos perspectivar mudanças mais essenciais na ordem estabelecida, como nos observa Antunes[33], quando referencia uma das teses citadas pelo autor, demonstrando que a mesma já vem apontando possibilidades para o enfrentamento das contradições geradas pelo sociometabolismo do capital:

> Como a lógica do capital estrutura seu sociometabolismo e seu sistema de controle no âmbito extraparlamentar, qualquer tentativa de superar este sistema de sociometabolismo que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está impossibilitada de derrotá-lo. Só um vasto movimento de massas radical e extraparlamentar pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital. Conseqüentemente, o processo de auto-emancipação do trabalho não pode restringir-se ao âmbito da política. Isso porque o Estado moderno é entendido pelo autor como uma estrutura política compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para a conversão do capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do capital. Solda-se, então, um nexo fundamental: o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. A crítica radical ao Estado ganha sentido, portanto, somente se a ação tiver como centro a destruição do sistema de sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002: 18-19).

As palavras de Antunes traduzem bem o real significado e a importância que possuem os movimentos sociais na atualidade, pois diante do contexto de Sociometabolismo do Capital, os movimentos sociais emergem como possibilidade histórica para a sustentação da luta política por uma sociedade mais justa. O MST vem desenvolvendo ações estratégicas, tanto do ponto de vista político, quanto social e educativo.

---

[33] Ricardo Antunes na apresentação da obra de Mészáros à edição brasileira de *Para Além do Capital*.

Segundo Fernandes (2000), o sentido da formação do MST está na sua "espacialização e territorialização"[34], pelas quais, "ao expandirem sua estrutura, desafiam-se na busca de novas condições para a superação das suas realidades. E nessa marcha, nas experiências que desenvolvem, espacializam as memórias da luta, que servem de referência para a mística do movimento", contribuindo para a educação dos trabalhadores no processo histórico de luta pela terra (FERNANDES, 2000: 22).

Ao elucidar a educação como um processo histórico-social constituído no contexto da luta pela terra, o MST reivindica a sua própria pedagogia, destaca que esta se caracteriza pelo modo através do qual o Movimento vem historicamente formando o sujeito social de nome Sem-Terra, e educando as pessoas que fazem parte dele, no dia-a-dia de sua organização.

Essa compreensão ampla de educação, expressada pelo MST, pode ficar mais evidente e compreensível na seguinte afirmação: "O MST descobriu que os Acampamentos e os assentamentos são uma Escola. Ele acredita que as participações nas mobilizações e nas lutas educam o Sem-Terra - Educação que é aprofundada pela reflexão sobre a vida, a prática" (MST, 2000:05).

Dessa forma, busca resgatar a concepção de educação enquanto formação humana integral, demonstrando que tem sido essa a prática encontrada no MST desde sua criação, ou seja, a transformação dos "desgarrados da terra" e dos "pobres de tudo" em cidadãos dispostos a lutar por um lugar digno na história.

Hoje, a identidade de ser Sem-Terra é indicada como algo que simboliza bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou que luta por ela. O Sem-Terra tornou-se "[...] uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de coletivo", a saber:

[34]Gostaria de salientar que os elementos citados, espacialização e territorialização, são categorias construídas como resultado de dez anos de pesquisa do professor Fernandes (2000), contribuição muito importante para fundamentar as primeiras investidas neste trabalho.

> Somos Sem-Terra do MST! [...] Essa identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser das pessoas e da sociedade, cultivando valores radicalmente humanistas, que se contrapõem aos valores anti-humanos que sustentam a sociedade capitalista atual (MST, 2000: 05).

Assim, para essa construção, o Movimento torna-se a grande escola, onde o coletivo deixa de ser um detalhe, e passa a ser a raiz da pedagogia que forma novos sujeitos sociais e que educa seres humanos, envolvendo a vida como um todo, em que certos processos educativos que sustentam a identidade Sem-Terra jamais poderão ser realizados dentro de uma escola. Devido a isto, e a todo processo de luta, afirma o MST: "[...] o Acampamento vira uma escola: a escola da vida e uma escola de vida" (MST, 2001: 14). Parafraseando Caldart (1997), "[...] a educação é mais do que escola na pedagogia do MST".

Nesse sentido, evidencia-se que a educação do MST é uma particularidade de um projeto cultural mais amplo, pois,

> Com o MST, temos uma mística. Cultivamos símbolos. Temos um jeito de viver e um jeito de falar: Ocupamos palavras. Temos um grande objetivo que é a Reforma Agrária. Objetivo este que só se realiza plenamente com o alvorecer de uma sociedade nova. Na caminhada para concretizar esse objetivo descobrimos que a vivência dos NOSSOS VALORES ajuda a construir o caminho. Ajuda a resistir contra anti-valores semeados pela sociedade atual. Mais, os Valores é que dão o tempero de nossa ação. Na vivência dos valores nos tornamos mais humanos e mais lutadores e lutadoras (MST, 2000: 05).

Sendo assim, o MST organiza-se no sentido de enfrentar os conflitos da realidade, conflitos esses que geram determinadas práticas sociais, que promovem, conseqüentemente, processos mais amplos de formação humana. Uma luta social que forma sujeitos sociais, políticos, humanos é a que produz um movimento sociocultural maior do que ela mesma, como observa Caldart (2000: 12):

> Afirmar que uma luta social produz e reproduz um movimento sociocultural que é maior do que ela mesma, significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas ao modo de

> vida das pessoas em uma sociedade: mexe com valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., enfim, provoca a reflexão da sociedade sobre si mesma. Por isso as ações de seus sujeitos acabam tendo um sentido histórico e uma influência política que extrapola o seu conteúdo específico, os interesses sociais imediatos, e a consciência política que produziu não somente as ações, mas seus próprios sujeitos.

Enfim, pode-se observar ainda, a partir de evidências[35], que todo esse processo de formação extrapola as dimensões da área agrária, desencadeando relações político-sociais, econômicas e culturais que envolvem o ambiente regional, ampliando o olhar das comunidades citadinas sobre o Movimento (MST), pois, como cidadãos, lutam pelos seus direitos, cobrando por meio de ações políticas sistemáticas melhores condições de educação, saúde, habitação, trabalho aos governantes dessas cidades que envolvem os Acampamentos e assentamentos de reforma agrária, fazendo reluzir à população a expropriação do trabalhador do campo e a força do movimento social organizado. A dimensão do trabalho em seu processo educativo orienta essa dinâmica de luta, e é sobre esse aspecto que iremos desenvolver o próximo capítulo desse trabalho.

[35]Dados de relatório de pesquisa, citada anteriormente, que foi desenvolvida por um coletivo de professores e alunos da UESB no Sul e Sudoeste da Bahia.

2.0 Trabalho, Educação e Movimentos sociais: elementos da Formação Humana.

> A teoria segundo a qual os homens fazem a sua própria história, mas em condições previamente dadas, contém as teses fundamentais da concepção marxista da história: por um lado, a tese da imanência e, por outro, a da objetividade. À primeira vista, o princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade implica naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados. [...]. Não se deve jamais entender a "circunstância" como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a "circunstância" é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém as inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas. E, ao contrário, quando os homens se colocam fins, o campo de determinação não é apenas o âmbito e a orientação de suas colocações, pois os seus atos teleológicos e todas as demais objetivações desencadeiam igualmente novas séries causais (HELLER, 2004: 01-02).

> [...] as componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que "esteve sempre presente" na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das *possibilidades* imanentes à humanidade, ao gênero humano. (HELLER 2004: 04, grifos nossos).

No intuito de dialogar com a epígrafe inicial deste capítulo, e dando prosseguimento à nossa análise, entendemos que a essência humana são as objetivações possíveis, graduais e contínuas, previamente elaboradas no pensamento pela humanidade a partir de necessidades objetivas e subjetivas, tendo como referência a dimensão teleológica, os fins. Essa perspectiva de entendimento da realidade, de produção de conhecimento e das possibilidades de construção do novo tem como fundamento o trabalho, atividade prática humana. Tal atividade prática humana, trabalho, numa relação de objetivação/subjetivação se eleva a patamares mais universais da concepção do sujeito humano, constituindo-se como um impulso à criação e auto-criação humana no processo de Reprodução Social[36]. Segundo Konder (1992: 107),

[36] Sobre a reprodução social falaremos mais adiante.

> Não há como pretender explicar o ser humano, esgotá-lo numa interpretação teórica, reduzir seus movimentos a qualquer lógica, (por mais sofisticada que seja), porque sua atividade desborda de qualquer conhecimento, na medida em que está sempre inventando algo novo e introduzindo elementos 'causais' nos melhores esquemas interpretativos. O ser humano nunca pode ser suficientemente conhecido em sua realidade imediata, que é uma realidade que está sendo constantemente superada. Por isso, o acesso a ele se dá através de uma mediação essencial, constituída pela atividade que ele desenvolve incessantemente na transformação do mundo e em sua autotransformação. Foi o que reconheceu Jean-Paul Sarte, em crítica da razão dialética: a realidade humana, na medida em que se faz, escapa ao saber direto.

Tal inferência colabora muito com o entendimento da dinâmica que estamos nos aproximando enquanto pesquisador, da dinâmica que orienta este trabalho. Tal perspectiva de ver a realidade é a dialética, o movimento, a relação, a negação da negação e a produção do novo no processo de objetivação; no entanto, faz-se necessário uma observação: entender e produzir a realidade numa perspectiva dialética não significa que não possamos entender a dinâmica, em nosso caso, do processo de formação de seres humanos, não significa que não consigamos identificar categorias significativas no que se refere às relações entre as objetivações e as subjetivações, em nosso caso, dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella. Faz-se necessário, para o avanço da Teoria Pedagógica Crítica, que a prática seja investigada e que a partir dela sejam criadas possibilidades de nos tornarmos homens e mulheres melhores; no entanto, com uma ressalva: entendendo o movimento dessas práticas historicamente. Como nos afirma Konder (1992: 107), isso não significa que o ser humano seja incognocível - podemos conhecê-lo pelos caminhos de um "saber indireto", "por meio da exteriorização das potencialidades no trabalho e nas suas atividades que se desdobram a partir do trabalho".

Quer dizer, a exteriorização é uma característica especificamente humana; esta possibilita a produção do conteúdo material e imaterial da vida e da sociedade, da história e da cultura. "A exteriorização nos proporciona as pistas que podemos seguir. 'Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida', [...] 'assim, são eles'. As pessoas são seres [...] sensíveis [...]; [...] as forças essenciais que as movem, as impelem à ação" (KONDER,1992: 107); porém, a "ação pressupõe alguém que a realiza. Só há ações concretas onde existem sujeitos concretos agindo" (KONDER,1992: 107).

Assim, o trabalho concreto foi e é a possibilidade mais ampliada de exteriorização, pois sem ele não haveria mundo dos homens; quer dizer, o trabalho é a categoria ontológica fundante do mundo dos homens, pois ele possibilitou a construção do novo na relação homem-natureza e nas demais relações sociais, num longo processo de exteriorização. Para tal afirmação faz–se necessário dois "esclarecimentos": primeiro, segundo Lessa (2002: 221), "por ser fundante, [o trabalho] não é anterior ao ser social por ele fundado"; segundo, em nenhum momento o complexo da fala está sendo esquecido, pode-se afirmar que este influencia o trabalho e o trabalho influencia a fala, como nos afirma Lessa (2002: 221):

> Se é o desenvolvimento socioglobal que determina os horizontes de possibilidades, bem como as necessidades que impulsionam o desenvolvimento da fala, não menos verdadeiro é que tais possibilidades e necessidades são mediações portadoras do impulso fundante dado pelo trabalho ao ser social. Pelo fato de ser categoria fundante no contexto da ontologia Lukacsiana, não significa que o trabalho seja anterior à fala e à sociabilidade, nem que a fala e a sociabilidade possam ser derivadas diretamente do trabalho.

Assim sendo, "categoria fundante não significa categoria anterior ou primeira, mas sim categoria na qual encontramos, na forma mais pura, a essência do novo ser, a síntese entre teleologia e causalidade que funda a causalidade posta" (LESSA, 2002: 223).

Na verdade, segundo Lessa (1997), há os chamados momentos predominantes, nos quais são estabelecidas mudanças qualitativas, definidas como saltos ontológicos, como podemos observar: um salto ontológico de uma esfera ontológica puramente biológica para a esfera ontológica do ser social, num longo processo de evolução, inaugurou o mundo dos homens. Contudo, este último salto, possibilitou o surgimento de uma nova esfera que promoveu profundas mudanças no mundo natural até então existente. A esfera ontológica do ser social através do trabalho possibilitou uma relação de diferenciação e distanciamento entre homem e natureza, o que engendrou vários processos de desenvolvimento no mundo dos homens (LESSA, 1997). Essa diferenciação e distanciamento inaugura o mundo dos homens; quer dizer,

> Esse processo de constituição de formas sociais cada vez mais puras, cada vez menos determinadas pelas categorias e processualidades naturais, tem

> como nódulo essencial aquele complexo processo de acumulação por meio do qual, ao construir o mundo material, o ser humano se constrói também enquanto gênero (processo de sociabilização) e enquanto individualidade (processo de individuação). O impulso à sociabilidade cada vez mais genérica, mediada, é a essência do trabalho. È nele que encontramos a pulsão ontológica, que tem na articulação teleologia/causalidade o seu núcleo, para o ser genérico (LESSA, 2002: 220).

A individuação e a sociabilidade são constituídas como duas processualidades constitutivas da Reprodução Social. No processo de formação da individualidade humana, os indivíduos se apropriam de determinadas objetivações construídas histórico-socialmente pelos homens – conhecimentos, saberes, valores, ou seja, elementos materiais e imateriais que possibilitam a construção de novas objetivações, impulsionados pelo desenvolvimento da prática social que, por sua vez, impulsionam novas formas de sociabilidade que, por sua vez, impulsionam novos processos de individuação; quer dizer, há uma relação intrínseca entre a formação do indivíduo e a constituição da totalidade social no processo de Reprodução Social. “Individuação e sociabilidade apenas existem enquanto determinações reflexas” (LESSA, 1997: 102). A Reprodução Social é um conjunto de *mediações e categorias* sociais, um “complexo de relações e categorias que compõem o processo do devir-humano dos homens” (LESSA, 2002: 221). Segundo Lessa (1997: 221),

> Para Lukács, os elementos constitutivos da totalidade social são os atos singulares e indivíduos concretos em situações sociais concretas. E, de modo análogo, o elemento constitutivo da totalidade social são os indivíduos. Sem individuação não há sociabilidade possível, não há reprodução social. Se a síntese das individualidades não for capaz de, ao longo do tempo, consubstanciar indivíduos cada vez mais capazes de atos crescentemente complexos, como seria sequer possível imaginar o desenvolvimento de relações humano-genéricas cada vez mais complexas.

No entanto, nos processos de formação humana, nem todas as objetivações apropriadas pelos indivíduos conduzem à formação humano-genérica para-si, quer dizer, à formação do homem como ser universal, emancipado, solidário, que se reconhece no outro como espécie humana, como gênero humano. Importante ressaltar que genericidade humana não está apenas ligada a uma postura pessoal, particular; esta é envolvida por uma dimensão mais ampla do desenvolvimento social, de formas de produção material e

imaterial da existência humana, que não as formas de produção da vida no modo de produção capitalista. Assim, nos processos de Reprodução Social são constituídas também sociabilidades que impulsionam o processo de transição de uma formação humano genérica em-si, (formação do indivíduo alienado) à formação humano-genérica para-si (DUARTE, 1999).

Daí a reafirmação da centralidade do trabalho na sociedade em que vivemos, pois, com o processo de subsunção do trabalho ao capital, o trabalho constitui-se como demiurgo humano, construtor de desumanizações cada vez mais crescentes, uma atividade humana expropriada, quer dizer, "a consciência que o homem tem da própria espécie altera-se por meio da alienação, de modo que a vida genérica se transforma para ele em meio" e não em fim (MARX, 2003: 117). Marx (2003: 117) nos observa que

> É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela, a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em conseqüência, o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem: ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado [a objetivação]. Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção [objetivado], rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico).

Assim,

> Uma enorme quantidade de atos cotidianos envolve, direta e indiretamente, uma opção do indivíduo por valores que expressam as necessidades postas pelo desenvolvimento do gênero ou que cristalizam os seus interesses imediatos enquanto individualidade. A tensão que contrapõe a necessária particularidade de uma existência individual à não menos necessária universalidade do desenvolvimento do gênero força o indivíduo a optar constantemente por um ou por outro valor. Isso possibilita a elevação à consciência, por parte do indivíduo, da contradição real, posta pelo fluxo da *práxis* social, entre a reprodução da individualidade e a totalidade (LESSA, 1997: 100-101).

Assim, a concepção de trabalho como atividade humana é entendida aqui como uma categoria mediadora do processo de formação humano-genérica para-si. O trabalho como

impulsionador de subjetividades cada vez mais crescentes no fluxo da prática social, numa perspectiva humano-genérica para-si, é, segundo Marx, o trabalho produtor de valores-de-uso, pois este possibilita o intercâmbio material entre homem e natureza para a satisfação de necessidades humano-genérica para-si, e não para a produção do valor. Vamos entender melhor a utilidade do trabalho; Segundo Marx (1985: 45-46),

> A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor-de-uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores-de-uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. [...]. O valor-de-uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor-de-troca.

As idéias expostas anteriormente são resultados de um processo prático histórico de desenvolvimento da *forma valor*. Não vamos abordar a totalidade da *forma valor* neste estudo, apenas buscaremos trazer alguns fundamentos, como o fazemos agora, para o entendimento de uma outra perspectiva de Formação Humana, que não a centrada no valor-de-troca.

Como foi observado por Marx (2003), anteriormente, a utilidade é uma propriedade da mercadoria; sem essa, não haveria possibilidade do capital. A utilidade é destacada por nós como centralidade para uma possível reestruturação das relações de trabalho e Formação Humana no âmbito de relações sociais em espaços de resistência, pois, a utilidade do trabalho regula a produção de mais-valor, quer dizer, a produção de capital.

Numa perspectiva mais ampla do processo de trabalho, ampla no sentido de se criar as condições necessárias para a aproximação da dimensão humano-genérica para-si, a utilidade como propriedade produzida socialmente pela humanidade no intercâmbio entre homem e natureza possibilita-nos almejar dimensões de relações humanas necessárias perante o contexto de esgotamento das possibilidades civilizatórias capitalistas. A potencialidade criadora, que é gerada do Trabalho Útil, confunde-se com a dimensão

mais universal da concepção do sujeito Humano.

O Trabalho Útil é uma produção social para satisfazer necessidades individuais e coletivas, é o trabalho que emancipa o homem em suas relações sociais, trabalho que nega, em sua essência, a possibilidade da produção do capital, no entanto ao mesmo tempo a afirma. Uma das grandes contradições da sociedade capitalista centra-se justamente na crítica à exploração do trabalho, o trabalho assalariado para a geração de valores-de-uso, ele mesmo, "portadores materiais do valor-de-troca". Em síntese: a mercadoria possui a característica de ser útil ao homem; sem a utilidade, não haveria a possibilidade da troca entre elas, pois ambas não seriam necessárias à humanidade.

A Economia Política Clássica, a partir de seu representante ilustre, Adam Smith, afirma que a mercadoria possui um valor intrínseco a ela; quer dizer, a mercadoria possui propriedade que a aferem valor, como por exemplo, o ferro, o ouro etc. No entanto, numa análise mais exigente das relações sociais, também mais próxima do objeto a ser analisado, Marx (1985: 46) afirma que

> O valor-de-troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores-de-uso de uma espécie se trocam contra valores-de-uso de outra espécie; uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor-de-troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor-de-troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrensèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*[37].

A crítica marxiana à Economia Política Clássica centra-se na incapacidade da percepção dos seus ilustres fundadores de que uma mercadoria não pode produzir-se sozinha, ela necessita de algo externo a ela para a sua concretização, a saber: O trabalho humano útil, como elemento essencial e motor de todo esse processo. No entanto, "como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso" (MARX, 2003: 59).

Sendo assim, destacamos a utilidade do trabalho como elemento emancipador no âmbito de relações sociais mais amplas. Ao produzirmos o Trabalho Útil e necessário à

[37] Quer dizer uma contradição em termos.

humanização, negamos a possibilidade da produção e desenvolvimento da forma do valor. Não queremos dizer aqui que tal desenvolvimento se trata de uma simples operação matemática; pelo contrário, trata-se de um longo processo histórico de desenvolvimento, e, por sua vez, a sua negação, quer dizer, a negação do valor, também possui uma dimensão histórica. Assim, segundo Marx (2003: 59),

> Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transformação. Pondo de lado o seu valor-de-uso, abstraímos, também, as formas e elementos materiais que fazem dele valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumirão todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho humano, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se todas a uma única espécie de trabalho - o trabalho humano abstrato.

Essa é a potencialidade que impulsiona a sociabilidade capitalista. O trabalho abstrato "rói como camundongos" as mentes humanas e cria a dimensão fetichizada da coisa, do produto, da mercadoria. O trabalho abstrato, escamoteia as relações sociais, subordinando-as ao capital, juntamente com a propriedade privada e o trabalho assalariado, tripés que dão sustentação à sociabilidade capitalista. Vejamos mais de perto, a partir de Marx (2003: 60):

> Vejamos o que é esse resíduo dos produtos do trabalho. Nada deles resta, a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são os valores, valores-mercadorias.

Entretanto, faz-se necessário destacar que "uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontaneamente na selva etc." (MARX, 2003: 62-63). Como foi observado anteriormente, e a nossa discussão centra-se nesse aspecto, uma coisa pode ser útil e

produto do trabalho humano e não ser mercadoria. “Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social” (MARX, 2003: 63).

É dessa dinâmica de reprodução e produção do novo que se origina a dimensão mais ampliada do trabalho humano, atividade intencional, direcionada a um objetivo, produzida a partir da relação do homem com a natureza, a saber:

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua força ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 2003: 211-212).

A utilidade do trabalho produzida no intercâmbio entre homem e natureza, constituída no âmbito da contradição Trabalho x Capital, relações de exploração do trabalhador no âmbito de relações sociais unilaterais, fundada no seio da sociabilidade capitalista, impulsiona a perspectiva de formação onilateral, a saber: a perspectiva de Formação Onilateral emerge como possibilidade superadora dessa contradição na medida em que se funda no pleno desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, e

sobre a sua própria natureza. A Formação Onilateral se realiza sobre a base do trabalho, ou melhor, da sua atividade vital (MANACORDA, 1991). A onilateralidade é considerada como fim da educação.

Segundo Manacorda (1991: 81), “a onilateralidade é [...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e [...] de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais”, de que tem estado excluído devido à divisão social do trabalho.

Nesses termos, a formação onilateral parece estar a uma grande distância da nossa realidade; porém, a realidade é construída por relações contraditórias e são estas que movem a história; quer dizer, *a possibilidade não é a realidade mas é também a realidade* na medida em que se estabelece uma perspectiva de fins, como também na medida em que o acúmulo cultural possibilita-nos identificar as condições objetivas possíveis em processos histórico-sociais, e ainda, na medida em que as contradições do próprio capital na sua fase capitalista impulsiona a produção de formas de resistência a sua hegemonia. Porém, entendemos a Formação Onilateral não apenas como um fim que se deseja alcançar, mas como um processo que vai sendo construído no seio da própria sociedade capitalista.

Se adentrarmos à realidade dos movimentos de luta sociais, identificaremos processos avançados de uma outra perspectiva de formação humana que extrapola a dimensão unilateral que é evidenciada nessa sociedade. Mas sabemos que isso não é o suficiente; é necessário transformar as relações sociais, as relações de classe, superando a divisão do trabalho nessa sociedade, o trabalho assalariado, a propriedade privada. Para tanto, segundo Manacorda (1991:81),

> O demiurgo involuntário desse processo é o capital que, na medida em que aspira sem descanso à forma universal da riqueza, impele o trabalho ‘para além dos limites de sua necessidade e cria, assim, os elementos materiais para o desenvolvimento da individualidade rica, que é onilateral tanto em sua produção quanto em seu consumo.

Para ilustrar tal perspectiva de análise, citamos como exemplo o desemprego estrutural

na atualidade. Esse vem assolando as diversas economias capitalistas, pois a substituição de trabalho vivo por trabalho morto gera impactos sociais catastróficos que o capital não terá condições de sustentar por muito tempo. Assim, segundo Manacorda (1991: 81),

> À medida que o curso da posterior pesquisa permitir melhor determinar o processo de desumanização, e a divisão do trabalho se tornar uma divisão específica não apenas no interior da sociedade, mas também no interior da fábrica com a perda de todas as especializações, e o operário apareça acossado e arrastado pelo variar de uma tecnologia, isto é, de uma ciência operativa, dele separada, mas que muda incessantemente suas condições de trabalho e lhe demanda uma versatilidade sem conteúdo, então também a perspectiva do trabalhador onilateral se configurará de forma mais determinada e concreta.

Nesse sentido, identificamos que o capital em seu desenvolvimento desigual e contraditório cria as possibilidades para aproximações de processos mais amplos em termos de formação humana, pois são as contradições que movem o processo histórico-social no capitalismo, destruindo e criando, humanizando e desumanizando, sendo esta, segundo Manacorda (1991: 81), a positividade da unilateralidade presente na sociedade capitalista; quer dizer,

> Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas relações sociais e também relações de comunidade estão submetidas aos próprios controles de comunidade, não são um produto da natureza, mas da história. [...] a universalidade do desenvolvimento das faculdades em que a individualidade se torna possível pressupõe exatamente a produção sobre a base de valores-de-troca que, primariamente, produz com a universalidade a alienação do indivíduo em relação a si mesmo e aos demais, mas também a universalidade e onilateralidade das suas relações e capacidades.

O aspecto acima refletido por Manacorda trata do processo de transformação da individualidade em-si (desenvolvimento das faculdades de uma individualidade possível no âmbito da sociabilidade capitalista) em individualidade para-si (desenvolvimento do ser humano genérico – universal – e, portanto, onilateral).

As reflexões realizadas ajudam-nos a compreender o contexto em que se insere a luta dos trabalhadores do campo, tanto no que diz respeito às questões de fundo acerca da

produção do capitalismo no campo em nível mais geral e em nível mais particular, quanto às reflexões acerca do trabalho e seus elementos internos do processo de conhecimento, produção da realidade e a Formação Onilateral como possibilidade que emana das contradições da própria realidade.

As necessidades objetivas impulsionam o movimento da história para tempos nunca antes vistos em sociedade alguma. Para o enfrentamento de tais dificuldades, faz-se necessário um engajamento de forma coerente, não fragmentado, se quisermos realmente almejar um projeto alternativo de sociedade. Os Movimentos Sociais, em especial o MST, inserem-se nesse desafio para a construção de relações de trabalho mais amplas, de condições de vida mais dignas para os povos do campo.

No entanto, o MST está inserido numa sociedade capitalista, onde as relações se dão a partir da troca de mercadorias, da venda da força de trabalho, da propriedade privada; isso acaba dificultando o desenvolvimento de ações mais consistentes em alguns espaços de atuação do Movimento (BEZERRA NETO, 1998). Essa lembrança é necessária, pois, como nos afirma Sérgio Lessa (2005), várias foram as fragmentações que inviabilizaram a construção de um projeto mais digno de sociedade no âmbito de lutas sociais. Dentre elas, uma das principais é a fragmentação teoria/prática, que gera o "praticismo revolucionário", não se constituindo como possibilidade histórica para a luta dos trabalhadores, a saber:

> Nos dias em que vivemos, há uma concepção teórica que é comum à maioria das pessoas que se propõem «revolucionárias»: ao tratar da relação entre a prática -- para continuarmos imprecisos -- «transformadora» e a teoria, a prática é fetichizada até se transformar na esfera *produtora* e *resolutiva* da teoria. Como se os problema teóricos colocados pela prática revolucionária pudessem ser resolvidos no interior da própria prática *sem qualquer esforço teórico*.
>
> Em poucas palavras, a forma de agir dos que se propõem a «revolucionar a vida» consubstancia uma radical separação entre a teoria e a execução. Na imediaticidade cotidiana da enorme maioria das pessoas, a reflexão teórica e a prática política são hoje antinômicas (2005: 02).

Segundo Lessa, as teorias pós-modernas, ou os desvios do marxismo, contribuem para a afirmação de um elemento “teórico-ideológico” importante acerca do “Praticismo contemporâneo”:

> Um [...] elemento teórico-ideológico importante na conformação do praticismo contemporâneo é a influência nada desprezível das teorizações, herdeiras da crise do marxismo europeu que, desenvolvendo as raízes irracionalistas do estruturalismo, propugnam a "morte do sujeito" e se dirigem à pós-modernidade. Tanto na sua forma inicial, quando as individualidades são reduzidas a meros suportes dos movimentos das estruturas, como na sua fase de máximo desenvolvimento, quando a negação do ativo papel histórico dos homens conduz à negação do processo histórico enquanto portador de uma racionalidade imanente, elas contribuem para a consolidação dos elementos teleológicos, fatalistas e místicos já atuantes entre os revolucionários. Acima de tudo porque, ao disjuntarem o indivíduo da sociedade e a subjetividade da objetividade, tais teorias convertem em "mistério" a existência dos indivíduos, e da subjetividade da qual são portadores, enquanto demiurgos da história, com todas as mediações cabíveis entre eles e as classes sociais. Entre os praticistas essas teorias contribuem para a consolidação do fetichismo da prática e das concepções que ignoram o papel decisivo da teoria para o rompimento da ordem burguesa (Idem: 11).

Segundo Lessa (2005: 12), isso traz duas conseqüências fundamentais:

> Frente à incapacidade para entender o momento histórico, assim como para compreender a si próprios, os revolucionários terminam por fazer, da necessidade, virtude: como são incapazes de se constituir enquanto uma alternativa estratégico-global ao mundo burguês, passam a compreender o «fazer política» como a busca de uma eficiência cotidiana no enfrentamento com a burguesia, centrando todos os seus [parcos] esforços teóricos na busca de uma alternativa ao poder burguês *que não implique na revolução*. Raciocinam eles que, se temos que ser alternativa à burguesia, temos que saber como administrar o Estado burguês melhor do que a própria burguesia, mostrando assim ao «povo» (pois a essa altura, a centralidade da classe operária já foi perdida) que os revolucionários são confiáveis e, por isso, a eles deve ser entregue o poder político.
>
> Não percebem que este reformismo não tem a menor possibilidade de sucesso, pois administrar o Estado burguês tem apenas um significado histórico possível: colocar-se a serviço da burguesia. Pequenas melhorias na administração pública, aqui e ali, são os melhores resultados possíveis de se colocar a serviço dos donos do capital, e tais «sucessos» apenas reforçam a ordem burguesa! Com isto não queremos sugerir uma condenação *in totum* da luta parlamentar, mas apenas sublinhar que ela

> pode ser taticamente necessária, mas jamais deixará de ter este conteúdo essencial.

Nesse sentido, Lessa traz uma das questões fundamentais para a reflexão sobre o nosso objeto de estudo:

> Ação sem teoria, uma vida cotidiana carente de toda reflexão teórica, reprodução ampliada da ignorância a cada geração, prática política reformista, se transformou no *modus vivendi* dos militantes políticos. Os revolucionários, de seres essencialmente curiosos e inconformados com o «destino», se converteram, pela mediação do stalinismo, em meros praticistas, ignorantes, fatalistas e reformistas, que há muito perderam contato com a tradição revolucionária. A forma de *práxis* política resultante dessa degenerescência é o praticismo de nossos dias (LESSA, 2005: 14).

Assim, Lessa (2005: 15-16) nos alerta para a falsa *práxis*, ou o praticismo, que constitui a fragmentação da relação teoria/prática pelo cotidiano, como nos observa abaixo:

> Para Marx, não há atividade humana que não seja uma síntese de pensamento e transformação do real. Toda e qualquer ação humana é, na concepção marxiana, uma transformação do real orientada por uma prévia-ideação. Em poucas palavras, a especificidade ontológica do ser social está na sua capacidade de teleologicamente transformar o real.
> Tanto a atividade humana mais primordial, a transformação direta da natureza para a produção de valores-de-uso, como a atividade social mais desenvolvida, como a luta política ou a produção de obras-de-arte, são sempre e necessariamente sínteses de prévias-ideações com as determinações causais do mundo objetivo. A consciência, nessa medida e sentido, é órgão e *médium* decisivo da reprodução social: sem ela não há mundo dos homens.
> O desenvolvimento de uma objetividade social cada vez mais densa, ao invés de diminuir, aumenta a importância da subjetividade. E este complexo fenômeno pode ser introdutoriamente compreendido se nos ativermos ao fato de que, até para a produção da mercadoria a mais simples, nas sociabilidades mais evoluídas, é necessário uma cadeia de ações práticas e coordenadas entre diferentes indivíduos. Esta coordenação exige que eles sejam convencidos a agir de modo apropriado, e para isto é necessário a gênese e o desenvolvimento de relações sociais que atuem diretamente sobre a subjetividade. Essa necessidade é o fundamento último da gênese do direito, do Estado, dos costumes, da moral, da ética, etc. Uma parte ponderável das energias humanas é consumida nesse trabalho de moldagem das subjetividades

> para que elas se comportem, nas mais diversas situações, da maneira socialmente esperada.

Nesse sentido, Marx nos observa que é a realidade que determina as idéias, que possibilita uma transformação significativa na consciência dos homens, que geram transformações na sociedade, que geram transformações nos homens. Contudo, tais circunstâncias sozinhas acabam, como nos mostra Lessa, numa reprodução de uma vida social individual, alienadora, não produzindo realidades diferenciadas por meio de consciências diferenciadas, mas sim realidades estanques e praticismo, como nos observa MARX (apud LESSA, 2005: 16):

> A indissociabilidade entre teoria e ação na *práxis* humana, [...], tem seu fundamento na concepção de que, ao contrário do ser natural, o mundo dos homens é um *construto humano*. Enquanto a natureza se desenvolve de acordo com sua causalidade própria, cujo desdobramento se dá com a ausência da consciência, o mundo dos homens pode existir apenas através da transformação conscientemente orientada do real. Tudo no ser social exibe uma gênese, existência e reprodução apenas possíveis através de ações humanas que objetivam prévias-ideações. A objetividade humana, ao contrário da natureza, é composta não por simples objetos, mas por objetivações, diria Lukács em sua *Ontologia do Ser Social*.
> Esta indissociabilidade entre pensamento e ação, entre prévia-ideação e objetivação, entre a teleologia e a causalidade social, é que permite a Marx afirmar que é o «ser material do homem que determina sua consciência». As necessidades socialmente construídas pelos homens, através da transformação teleologicamente posta do real, impulsionam os homens à busca de uma compreensão cada vez mais aprofundada da realidade. Como esta busca se dá tendo em vista possibilidades e necessidades socialmente produzidas em cada momento histórico, as concepções do real, que a cada momento os homens podem alcançar, são também distintas, historicamente determinadas. Pensamento e ação, compreensão do real e transformação do mesmo, subjetividade e objetividade são, em Marx, momentos distintos que apenas podem existir em insuperável articulação no mundo dos homens. E isto porque, acima de tudo, o ser social é uma síntese entre subjetividade e objetividade, entre teleologia e causalidade.
> Nessa medida, entre o velho e o novo se interpõe uma mediação decisiva e ineliminável, segundo a concepção marxiana, que é a subjetividade. A importância do momento subjetivo para as revoluções, segundo Marx, pode ser melhor compreendida se nos detivermos sobre a peculiaridade dos momentos revolucionários em relação à vida cotidiana. No dia-a-dia, as pessoas agem impulsionadas pelas determinações oriundas, em última análise, da reprodução do capital. O operário vai à fábrica e age como se o lucro do patrão fosse produzido pelo capital, e não pela sua força de trabalho. A dona de casa compra a mercadoria como se isto fosse um ato

> natural e inevitável, como se a vida não pudesse ser de outra forma. As relações monogâmicas de casamento, e a propriedade familiar a ela associada, se impõem no dia-a-dia como se fossem as coisas mais naturais, inevitáveis. As determinações da vida regida pelo capital ganham uma fatalidade e uma ahistoricidade quase absolutas. Desse modo, a reprodução do capital termina por penetrar, através de inúmeras mediações, nos atos humanos mais irrisórios e cotidianos, determinando a reprodução social com uma intensidade desconhecida das sociedades pré-capitalistas. Nunca a reprodução da vida material jogou um peso tão grande na determinação da totalidade social como ocorre na sociabilidade burguesa.

A "sociabilidade burguesa" é um elemento presente no cotidiano da vida das pessoas no capitalismo, principalmente nesta atual fase, e no cotidiano dos trabalhadores não é diferente.

Uma das características centrais que marcam o projeto moderno é a necessidade de liberdade humana; tanto na Política, quanto nas Artes, na Ciência, na Filosofia, na Estética, essa necessidade é perceptível. Nesse sentido, Lessa (1997), refletindo sobre alguns pensadores modernos, observa que, apesar das diferenças entre os pensadores humanistas Hobbes, Locke e Rousseau, os três afirmam que o mundo dos homens é resultado concreto das ações humanas e propõem ações coletivas para ordenar a sociedade segundo a *natureza humana*.

Nesse contexto, também identificam-se projetos de formação humana; no entanto, o projeto humanista dos filósofos citados acima caracteriza-se numa concepção a-histórica da natureza humana, pois, segundo Lessa (1997: 113), "a natureza humana dos filósofos modernos era pouco mais que a generalização, para toda a história, das características mais essenciais da humanidade estranhada pelo capital". Só identificaremos uma concepção mais ampla da liberdade humana com a produção teórica de Marx e Engels (séc. XIX), os quais apontam uma concepção também humanista, porém histórica e determinada pelas relações sociais de produção da existência humana, assumindo o trabalho como categoria central que inaugura o mundo dos homens. Essa concepção fundamenta grande parte da pedagogia moderna quando exerce influência, principalmente, no âmbito de grupos sociais contra-hegemônicos. Segundo Arroyo (1998: 156),

> O objetivo da pedagogia moderna não tem sido outro senão entender os processos complexos de humanização e ajudar os educandos nessa trajetória. O que diferencia a pedagogia moderna é ser "humanista" ou estar a serviço de um projeto-processo de autoconstrução como humanos e não estar a serviço de um projeto pré-definido de fora. Educar nada mais é do que humanizar, caminhar para a emancipação, autonomia responsável, a subjetividade moral, ética.

O destaque feito por Arroyo reflete bem as nossas preocupações e o nosso foco de estudos, pois ao partir da questão: como se formam os seres humanos no âmbito de movimentos de lutas sociais, destacamos a necessidade de uma releitura da pedagogia moderna à luz de novas iniciativas pedagógicas produzidas no âmbito dos movimentos de lutas sociais contemporâneos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST possibilita na contemporaneidade a retomada do processo de amadurecimento da teoria pedagógica crítica, pois, com o desenvolvimento de relações sociais mais amplas nos espaços de socialização construídos por esses trabalhadores nos Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária, tem-se na história político-social brasileira a possibilidade para o desenvolvimento de experiências contra-hegemônicas mais sistematizadas e teleologicamente orientadas. Sendo assim, Arroyo (1998: 144) observa que

> O olhar sobre os processos de trabalho, sobre os movimentos sociais e a dinâmica cultural parte da preocupação com essas questões. Dirige o foco da teoria pedagógica a seu cerne. Traz o refletir pedagógico para o ponto de origem da pedagogia moderna, que tem por base que os seres humanos não nascem prontos de acordo com um projeto da natureza ou de qualquer deus ou arquiteto extra-humano, mas que se tornam humanos e eles próprios definem a tentativa de influir no seu desenvolvimento. A humanização como projeto, como *telos*, como pedagogia, é o ponto de partida de toda ação pedagógica fora ou dentro da escola. Uma das grandes contribuições, mas não a única, do nosso olhar de educadores sobre os processos de trabalho, os movimentos sociais e a dinâmica cultural foi revelar-nos essas realidades como educativas. Fomos entendendo a moderna teoria da educação como processo de produção e não de inculcação, nem de mera transmissão de conteúdos e competências.

Assim, Arroyo (1998: 155) afirma que a universalidade da concepção de educação se concebe no sentido de dar conta da universalidade, pluriculturalidade, omnilateralidade

das dimensões humanas e humanizadoras a que todo indivíduo tem direito por ser e para ser humano. Enfim,

> esta universalidade da ação educativa é a concepção universal da *paidéia*, do humanismo renascentista, da ilustração, do socialismo utópico e científico, dos movimentos sociais [...] pela igualdade e diversidade, da pedagogia do trabalho e da libertação, do trabalho como princípio educativo.

No próximo capítulo, buscaremos adentrar no âmbito das formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella, no sentido de identificar e analisar o seu conteúdo interno, suas contradições e possibilidades em relação à Formação Onilateral, a partir do Trabalho Pedagógico – trato com o conhecimento, tempo e espaço pedagógico e concepção de formação humana. Os aspectos identificados contribuíram para a ampliação da compreensão acerca das práticas sociais em desenvolvimento no Acampamento; especificamente as mais atreladas às condições de produção da vida desses trabalhadores.

3.0 O Trabalho Pedagógico no Acampamento Carlos Marighella: nexos, contradições e possibilidades em relação à Formação Onilateral.

O Trabalho Pedagógico em desenvolvimento nos processos de produção e reprodução da vida no Acampamento Carlos Marighella fica evidenciado no âmbito das formas de Reprodução Social dos trabalhadores, tanto no Trabalho de Base em que são construídos os Objetivos que orientarão o desenvolvimento do Acampamento, quanto na Ocupação, forma de objetivação da Luta pela Terra, construída a partir de necessidades de sobrevivência. O Trabalho Pedagógico fica evidente, também, na Organização do Trabalho no Acampamento para o desenvolvimento da produção, que garantirá a sobrevivência.

A Organização do Trabalho impulsiona a Disciplina, a Auto-organização, que é definida a partir de objetivos coletivos para a superação de necessidades; a Solidariedade, a Organicidade, a Preservação do Meio Ambiente, aspecto vital para os trabalhadores; a Escola, uma produção material que se constrói no movimento de Luta pela Terra, produto de representações simbólicas que determinam uma nova forma de entender o mundo e o seu ser, a sua existência; as relações Expropriação (despejo)-Resistência, Trabalho Útil-Trabalho Inútil, Humanização-Desumanização, Estado/Capital(latifundiário)-Trabalho identificam-se como dialéticas que se negam e se afirmam a todo momento na realidade do Acampamento Carlos Marighella, expressando-se unilateralmente-onilateralmente a partir de seus determinantes, impulsionando possibilidades de processos mais ampliados de formação humana.

Assim, entendemos que o Trabalho Pedagógico vem se desenvolvendo nas tensões de classe, tendo a Luta pela Terra como eixo orientador da Luta Social mais geral do MST na particularidade do Acampamento, a saber: A Luta pela Terra – uma ação política de intervenção, de objetivação, direcionada por objetivos gerais e singulares que se expressam no particular – os gerais são as diretrizes orientadoras do Movimento e os singulares emergem do processo real de luta social no Acampamento; a terra, em sua forma mais atrasada, como reserva de valor, é mantida pela forma Latifúndio, tendo a

legislação (Estado) como parceira para a manutenção das relações de dominação, impulsionando, dessa forma, a tensão de classe.

Entendemos que cada forma de Reprodução Social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella consubstancia o desenvolvimento do Trabalho Pedagógico que acontece no espaço não-escolar, que, por sua vez, possui relações que extrapolam a forma didática tradicionalmente conhecida por nós. O Trabalho Pedagógico, atrelado à prática social, dirige-nos ao interior do processo de formação humana, aos seus elementos mais internos. Segundo Arroyo, "a prática social tão complexa de apropriação das forças materiais e sócio-culturais em que participam os trabalhadores modernos é o processo mais eficaz na formação de um novo ser humano" (1991: 214). Faz parte de uma outra forma de fazer educação, trata-se da realização da educação atrelada diretamente à prática social, ao trabalho. Tal relação consubstancia o trabalho educativo.

Segundo Saviani (Saviani, 1991: 21) o "trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens"[38]. Assim, o objeto da educação diz respeito à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos para que eles se tornem humanos, e, de outro lado, a descoberta das formas mais adequadas de atingir este objetivo. Nesse sentido, havendo um Trabalho Pedagógico, há um conteúdo e uma forma, como também, há um tempo e espaço de relações pedagógicas sobre o qual se desenvolvem as relações educativas.

Segundo Cheptulin (1982: 265), o conteúdo do objeto é formado pelas interações que existem entre os elementos e os aspectos que o constituem, e pelas ações que ele exerce sobre os outros objetos ao seu redor. Uma parte dentre eles é concernente ao domínio interior e a outra parte ao domínio exterior. Com relação à forma, o autor explica que essa é a reflexão dos laços entre os elementos, quer dizer, "os momentos que constituem o conteúdo da estrutura do conteúdo e não da manifestação". Tal estrutura "inclui tanto os

[38]Ver Saviani (1991: 21).

processos internos, como os externos da coisa, do objeto; a forma penetra tanto no domínio interior, como no domínio exterior, tanto na essência, como no fenômeno".

No que diz respeito às relações espaço/temporais, Cheptulin (1982: 181) afirma: "A extensão das formações materiais particulares e a relação entre cada uma delas com as outras formações materiais particulares que a rodeiam é o espaço**"**. Quanto ao tempo, o autor entende que este é "a duração da existência das formações materiais e a relação de cada uma delas com as formações anteriores e posteriores**"**. No entanto, não há como haver espaço e tempo sem movimento, pois é este que possibilita a existência dos outros, que, por sua vez, só existe através da matéria; quer dizer, a matéria condiciona a existência do movimento, do tempo e do espaço. Sem uma matéria em movimento não há como produzir relações espaço/temporais. Portanto, "se o espaço e o tempo estão ligados ao movimento, e se o movimento é um atributo da matéria, o tempo e o espaço estão, no entanto, organicamente ligados à matéria, dependem das formas de seu movimento e, portanto, de sua existência" (CHEPTULIN, 1982: 186). Segundo Serpa (2005), o tempo e espaço é a totalidade possível das relações, os quais não estão separados. Interpretar o tempo e espaço como relações, significa considerar uma dinâmica de transformação. Nesse sentido, entendemos que o Trabalho Pedagógico compreende uma relação entre espaço, tempo e movimento.

Assim, às formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento estão atrelados o conteúdo e a forma, o tempo e o espaço em que se desenvolvem as relações de produção e reprodução. A partir do entendimento desses elementos, identificamos a concepção de formação humana do trabalhador do MST.

Essas formas de Reprodução constituem a totalidade dos processos sociais e educativos em desenvolvimento, como movimento reflexo da sociabilidade/individuação[39]; quer dizer, são formas de Reprodução Social da vida que se consubstanciam no fluxo da prática social intencional desses indivíduos. Assim, segundo Lessa (2002: 220), "ao construir o mundo material, o ser humano se constrói também enquanto gênero, (processo de

[39]Ver Lessa (2002).

sociabilização) e enquanto individualidade (processo de individuação). O impulso à sociabilidade cada vez mais genérica, mediada, é a essência do trabalho".

Nesse sentido, podemos inferir que as formas de produção e reprodução da vida no Acampamento vêm consubstanciando a formação de individualidades cada vez mais crescentes; porém, se essas individualidades não estiverem atreladas a uma concepção de "Ser" humano enquanto gênero – ser humano universal –, será inevitável o fracasso da luta social.

Segundo Gramsci apud OLIVEIRA, (1996: 11), a questão que nos interessa é "o que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode 'se fazer', se ele pode criar sua vida". Para Gramsci, o homem se transforma à medida que se transformam as relações sociais, e estas, estando sempre em transformação, significa que o homem está sempre se mudando. Entendemos que o homem é uma síntese dessas relações, na medida em que ele atua enquanto um a gente; mas não um mero ser singular que concretiza uma atividade individual, mas sim, uma atividade social (OLIVEIRA, 1996: 14). Assim, segundo Oliveira (1996:14),

> A natureza social daquele indivíduo não tem um caráter abstrato e eterno, mas uma forma concreta (porque histórica) de uma determinada sociedade. Isto é, a natureza da atividade humana (seu modo e o seu processo de concretização das relações sociais) desenvolve-se com base nas condições históricas dadas. Ela não tem uma simples existência que surge aqui e ali, mas é um produto do processo histórico do homem, da sociedade. A atividade vital do homem singular – o trabalho –, portanto, não é uma atividade isolada, mesmo quando um indivíduo singular determinado está desenvolvendo uma atividade solitária.

Tal atividade é resultado de um acúmulo histórico, fruto do processo de apropriação-objetivação[40] do homem em suas relações sociais de produção da vida. Falamos isso para entender que no processo de investigação acerca da formação humana do trabalhador,

> Ao analisarmos o indivíduo enquanto síntese de múltiplas relações sociais, não podemos, principalmente em si tratando da atividade educativa, reduzir essa análise ao ser, à realidade concreta existente

[40] Ver Duarte (1999). Sobre esse aspecto falaremos mais adiante.

> nesse momento histórico, mas é preciso assumir um posicionamento em relação ao dever-ser, tanto no que se refere ao indivíduo, quanto no que se refere ao gênero humano (OLIVEIRA, 1996: 15).

Assim, nesse movimento, as formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella requerem uma análise mais singular, mais específica, tendo como referência o Trabalho Pedagógico – trato com o conhecimento (conteúdo e forma), tempo e espaço pedagógico e concepção de formação humana, para identificarmos a realidade e as possibilidades dos trabalhadores em termos de educação.

Segundo Gramsci, a possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa, isso tem importância em termos axiológicos daquilo que se faz Gramsci apud OLIVEIRA (1996: 9-10). Nesse sentido,

> Possibilidade quer dizer 'liberdade'. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidades, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário 'conhecê-las' e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem nesse sentido é vontade concreta: isto é aplicação efetiva do querer abstrato ou impulso vital aos meios concretos que realizam essa vontade.

Assim, o movimento de investigação da concreticidade em estudo se deu no sentido da busca dos elementos determinantes acerca da realidade e das possibilidades do Trabalho Pedagógico no Acampamento. Para tanto, faz-se necessário trazermos mais elementos para dar sustentação à análise do Trabalho Pedagógico, entendendo este como um processo que produz, no âmbito de relações sociais, o conteúdo e a forma do processo educativo.

Partimos do entendimento de Marx (2003) acerca do trabalho, quer dizer, do trabalho como produtor de valores-de-uso no intercâmbio do homem com o meio externo, o qual, ao modificá-lo, modifica a sua própria vida, a sua própria existência, a sua própria natureza. Assim, entendemos o trabalho como possibilidade para a construção do novo no processo de apropriação-objetivação da vida humana, a partir de necessidades exclusivamente humanas. Analisando essa questão em Marx, Duarte (1993) observa:

> O homem, ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva quanto subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. Por sua vez, essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo homem, isto é, ele deve se apropriar daquilo que de humano ele criou. Tal apropriação gera nele necessidades humanas de novo tipo, que exigem nova atividade, num processo sem fim (31-32).

Tal perspectiva de entendimento do trabalho se afirma ao compreendermos que a apropriação do mundo da cultura é uma condição essencial para o desenvolvimento da Reprodução Social, para o desenvolvimento da Sociabilidade e da Individuação no processo de objetivação do gênero humano. Só o acúmulo cultural pode possibilitar ao homem a saída da condição unilateral a que está submetido e a que, também, contribuiu para sua construção.

Assim, debruçamo-nos na análise do Trabalho Pedagógico no Acampamento por entendermos que o MST é um Movimento pedagógico e, por ser pedagógico, produz uma dinâmica cultural. O Acampamento é pedagógico na medida em que, a partir de uma unidade, busca materializar as propostas do Movimento em nível mais geral na sua particularidade. O nosso intuito foi compreender tal dinâmica cultural, o processo de apropriação/objetivação desta, buscando identificar as suas relações com a formação humana defendida pelo MST – a Formação Onilateral.

A compreensão do Trabalho Pedagógico no Acampamento possibilitou-nos o conhecimento da dinâmica do Movimento nesse espaço, pois, segundo Freitas (apud SOUZA, 2003: 246), o Trabalho Pedagógico é um modo de organização para pensar e produzir as relações de saber entre sujeito e mundo concreto, o mundo do trabalho socialmente produtivo, assim como, condição de sustentação das relações estabelecidas entre os sujeitos, que, apesar de contraditórias e conflitantes, são marcadas por algumas regularidades.

As reflexões realizadas por Freitas (1995) e Marx (2003) não tratam exclusivamente do espaço da escola. Como acabamos de perceber, os autores compreendem o trabalho em sua dimensão mais ampla, o trabalho humano como produtor do novo em suas relações sociais. Nesse sentido, segundo Marx (2003:214),

> No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido.

Marx trata da corporificação do trabalho num valor-de-uso no processo do Trabalho, entendendo este como essencial para a produção da vida humana, pois, nele, produz-se a sua própria vida. Assim, a investigação do Trabalho Pedagógico nos processos de produção e Reprodução Social da vida na particularidade do Acampamento – entendendo-o como um espaço que possibilita o pensar e a produção de saberes, de conhecimento, especificamente no espaço não-escolar –,possibilitou-nos a compreensão de como vem se dando o processo de formação humana desse trabalhador.

Entendemos, a partir de Arroyo (1998), Frigotto (1998) e Kuenzer (1998), que há a necessidade de identificarmos as práticas ainda não escolarizadas pelo modelo taylorista/fordista da forma escola que temos, produto do processo de desenvolvimento do capital em escala mais ampliada. Os autores afirmam que há a necessidade de irmos ao cerne da Teoria Pedagógica Crítica, e este, ao confundir-se com a prática social, com as formas de produção e Reprodução da vida, num tempo e espaço de relações sociais estabelecidas historicamente nas lutas sociais e formas de resistência dos trabalhadores, no trato com o conhecimento dado aos conteúdos que emergem a partir de necessidades humanas, nos levam a identificação de elementos materiais e imateriais que podem consubstanciar o desenvolvimento do Trabalho Pedagógico no âmbito de processos de escolarização mais amplos.

Feitas essas reflexões, passamos à análise, propriamente dita, da problemática orientadora deste trabalho. Buscamos construir uma lógica de organização do conhecimento a partir de dois eixos, segundo Minayo (1996): 1. trata-se do contexto histórico do grupo social em estudo e sua inserção na produção (enquanto classe e segmento de classe) e suas condições de reprodução; 2. trata-se do encontro com os fatos empíricos, quer dizer, da análise do Trabalho Pedagógico propriamente dito.

1) A Ocupação

Vários foram os impactos sociais e políticos do MST em diversos Estados brasileiros. Especificamente na Bahia, podemos destacar a grande mobilização de camponeses na região Sul e Sudoeste (TOSTA et al, 2000), que, desde julho de 1989, vem desenvolvendo ocupações, desencadeando conflitos no enfrentamento do Estado e do Latifúndio no processo de Luta pela Terra.

O contexto da Luta pela Terra na região do Baixo Sul da Bahia[41], região onde se localiza o Acampamento Carlos Marighella, nosso objeto de estudo, foi iniciado em finais da década de 1980 e início da década de 1990 pelo MST com a ocupação de latifúndios improdutivos[42] em Camamu/BA e em Itagibá/BA, não se consolidando devido à ofensiva latifundiária. No entanto, em finais da década de 1990, é retomada a dinâmica de ocupações na região. Destaca-se nesse contexto a ocupação da Fazenda Dois Amigos, em Ipiaú/BA:

[41] Região onde se localiza o Acampamento Carlos Marighella, além de quatro Acampamentos e cinco Assentamentos. Essa região que o MST define como Brigada Ojefesson Santos é uma homenagem a um trabalhador que foi militante do MST nessa Brigada.

[42] A produtividade ou improdutividade do imóvel rural é auferida mediante a averiguação da exploração econômica e racional do mesmo, conforme previsto no artigo 6° da Lei 8.629/93, segundo índices fixados pelo órgão federal competente. Busca-se averiguar o grau de utilização (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). De acordo com a mencionada lei, para que determinado imóvel seja considerado produtivo, o GUT deve atingir 80% e GEE deve atingir 100%. Não atingindo esses índices, deve o imóvel ser declarado improdutivo, portanto passível de desapropriação. No entanto, para que a propriedade rural cumpra a sua função social prevista na Constituição Federal não basta ser produtiva; mesmo que atinja os 100% de produtividade, é necessário também que preencha todos os requisitos previstos no artigo 185 da CF. ARAÚJO, Clóves dos Santos. *O judiciário e os conflitos fundiários no B*rasil. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2005.

> O MST vem desenvolvendo ocupações desde julho de 1989, quando ocuparam a Faz. Erva da Bahia no município de Camamu-BA, atual assentamento Mariana e na Faz. Lindóia, no município de Itagibá-Ba (em 1992) em que a ofensiva latifundiária (a fim de manter o secular monopólio da terra que vem atrasando o desenvolvimento da região), invocou a jagunçada, a lei e a justiça para jogar a truculência armada nos ativistas. O movimento recua a fim de acumular forças e retorna em 1998, tendo os seus objetivos não realizados por ter vazado o plano de ocupação da Faz. Conceição. Ocupam então a Faz. Coroa Verde, município de Barra do Choça-BA, e se retiram, pois a mesma já havia sido indicada ao INCRA (através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para a vistoria. Entretanto a partir de agosto de 1999 dá início a uma séria de ocupações, seguidas de crescentes tensões: Fazs. Santo Antônio, Santa Maria e Barra do cedro em Itagibá-Ba; Santana em Itamarati-BA; e Conceição e Dois Amigos, em Ipiaú-Ba. Nesta última foi criado o Acampamento Carlos Marighella, que já resistiu a dez despejos e prisões de seus acampados, conseguindo ainda a desapropriação do referido Latifúndio. Enquanto não soluciona a questão jurídica, vão extraindo da terra os seus alimentos e vendendo o excedente. Estão dispostos a morrer lutando na busca da cidadania, que lhes foi negada pelo Estado, a retornarem às suas antigas condições de miséria. Vida cão, vida Severina[43].

Em 22 de novembro de 1999, às três horas da manhã, cinqüenta trabalhadores ocuparam a Fazenda Dois Amigos e iniciaram o processo legal para a desapropriação do latifúndio, espólio de Rosalino Astrogildo Pinheiro, situada no município de Ipiaú/BA, com área de 734.6649 *ha* (setecentos e trinta e quatro hectares, sessenta e seis ares e quarenta e nove centiares)[44], como pode ser percebido na fala dos trabalhadores:

> Três horas da manhã, o caminhão chegou, era assim. A entrada da fazenda era tão bonita, pra não dizer aos contrários, e só tinha uma estradinha assim; aí de um lado e do outro era mato quase cobrindo a estrada, [...] o pessoal não passa lá depois das sete horas não, com medo de assalto e várias vezes aconteceu assalto lá, [...] depois que nós chegamos foi que parou, [...] porque a gente meteu mão, roçou tudo, fez Acampamento; aí começou os pouquinhos de pessoas, dessa cinqüenta nós ficamos com três pessoas, [...], não foi três famílias não, inclusive um é aquele coordenador da gente que você viu lá hoje, o Fulgêncio. Ficou eu, Fulgêncio e uma mulher. Aí a gente ficou alternando os turnos pra dormir: um olhava e o outro cochilava, aí quando aquele chegava a hora, ia lá, acordava, o outro vinha e ele ia cochilar até o dia amanhecer. Aí no

[43] Rev. NÓS E VÓS – Pela Prática da Liberdade. Ano I, N° 01 – 2° semestre/2002.
[44] Ver OFÍCIO/INCRA/GAB/BA/Nº 4596/2006. Assunto: Criação de projeto de Reforma Agrária. Salvador, 17 de outubro de 2006.

> outro dia apareceu mais três pessoas; nós formando seis e foi assim que a gente teve gente de oitenta pessoas naquele Acampamento na área[45].
>
> A gente chegou aqui mais ou menos assim três pra quatro horas da manhã, entendeu? [...] como a gente não foi direto pra sede, foi um negócio até pacífico [...], que a gente ocupou, quebrou aquela cerca, [...] que é tradição no movimento, e aí a gente passou pra dentro da fazenda [...] e ficamos. Quando deu seis horas a gente já tava com os barraco tudo pronto, e fizemos o barraco e ficamos aqui[46].
>
> A organização que eu participei foi uma coisa, que essa área é tão [...], como eu vou dizer assim, tão perigosa, tão bem articulada, os fazendeiros, que essa ocupação não foi divulgada nem entre a gente; foi uma coisa de última hora, foi num instante que o pessoal falou assim: tem uma área em Ipiaú, [...] a gente não falou porque não poderia escapar de jeito nenhum, e agora a área é essa, tem coragem de ir? Eu falei: claro; caímos pra dentro, não teve divulgação, não teve preparação, tem que vim aqui, organizar o povo daqui [...]. Foi uma coisa mesmo, a direção só entre si mesmo[47].

A ocupação é um espaço/tempo bastante significativo para o Movimento, pois se caracteriza como uma ação objetiva na realidade. Segundo Fernandes (2000: 19), a ocupação é uma das formas de recriação do campesinato. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores; no entanto, o capital não recria na mesma intensidade que exclui. Devido a isso, "por meio da ocupação da terra, os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e subordinando-se a ele, porque ao ocupar e conquistar a terra se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção" (MARTINS apud FERNANDES, 2000: 280).

Assim, Fernandes observa que a ocupação, para além de ser uma realidade determinadora, espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro dos trabalhadores do MST, é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. E continua: "criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico [...]. É condenar

---

[45] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, em 31 de outubro de 2007.
[46] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, em 29 de outubro de 2007.
[47] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, em 31 de outubro de 2007.

famílias sem terra que lutam pela recriação de suas existências [...]. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração de terras”[48].

No entanto, a ocupação é apenas uma das processualidades no âmbito da “nova” sociabilidade que se desenvolve no Acampamento. As tensões que cercam o modo de produção da vida nessa sociedade afetam também os trabalhadores do MST, demarcando seus limites, mas também, impulsionando condições de possibilidades, a saber:

> Olhe bem, uma ocupação, um fim, às vezes tem [...] pessoas que não vai com aquele intuito, não vai com aquele pensamento de ir pra ocupação a nível de Movimento, [...], tem pessoas que vão pra ocupação ou por farra, [...], gosta da ocupação porque lá na ocupação a adrenalina é muita, [...], mas eu não penso assim; se tem ocupação, então a gente vai pra ocupação, tendo tudo aquilo focalizado nos princípios do Movimento, [...], então toda ocupação pra mim ela é importante; por que ela é importante? Porque é o início de mais uma luta de um Acampamento; então, se ele dá certo [...] é uma maravilha[49].

Podemos destacar na narrativa do trabalhador a sua percepção acerca da dinâmica das ocupações realizadas pelo MST na região, apontando contradições que podem inviabilizar o processo social de Luta pela Terra. No entanto, ao perceber tal dinâmica, fica evidenciada a sua dimensão de projeto, seus objetivos e os objetivos do próprio Movimento, como podemos observar: “ocupação a nível de Movimento”; “ocupação [...] focada nos princípios do Movimento”. A sua narração observa que a ocupação em nível de Movimento insere-se em uma outra forma de organização e de objetivo para o desenvolvimento da luta, pois, segundo o trabalhador, a construção de mais um Acampamento significa o avanço da Luta pela Terra na região. Os valores que são construídos e revalorizados nesse processo contribuem em termos de conteúdo no âmbito do Trabalho Pedagógico em desenvolvimento. Segundo Fernandes (2000: 282), a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência, como se pode perceber na narrativa do trabalhador acerca do processo de ocupação da Fazenda Dois Amigos:

---

[48] Ver Fernandes (2000: 281).

[49] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, em 29 de outubro de 2007.

> Nós começamos a montar os barracos; aí logo de imediato veio a perseguição na mesma semana. Passavam os [...] que diziam funcionários da fazenda, dando risada da cara da gente e uns até xingava a gente, e passou o dono da fazenda e falou que ia atirar na cabeça da gente que ele não queria estragar o couro e ia mandar atirar só na cabeça pra preservar o couro, [...], mas a gente não se intimidou e até hoje a gente não tem medo dele não, a gente começou a fazer barraco, [...], ali já produzimos e produzimos bem, vivíamos já a nível de produtor, de lavrador até dignamente, de a gente colher saca de feijão, [...] a gente fazer trinta saco de farinha, toda semana tá vendendo tudo aí na feira[50].

Figura 02: Produção do Acampamento Carlos Marighella

Foto: Arquivo coletivo do Acampamento, 2005.

Figura 03: Comercialização dos produtos do trabalho no próprio Acampamento Carlos Marighella

Foto: Arquivo coletivo do Acampamento, 2005.

[50] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, em 31 de outubro de 2007.

A Fazenda Dois Amigos foi ocupada pelos trabalhadores devido à sua improdutividade. Segundo o coordenador político da regional Baixo Sul[51] do MST/BA, "essa área teve um índice de improdutividade muito grande, qualquer um do INCRA pode relatar isso, e isso já vêm se arrastando há muito tempo"[52]. O coordenador ainda observa que foram realizadas vinte e seis prisões de trabalhadores nos processos de despejos da Fazenda Dois Amigos, como também, violência armada: "pistolagem, levamos muito tiro de pistoleiro ali dentro, isso é bom ressaltar novamente"[53].

Assim, entendemos que a ocupação caracteriza-se como tempo e espaço de uma processualidade do Trabalho Pedagógico, na medida em que o movimento de produção da realidade faz-se a partir de seu próprio movimento; quer dizer, o reconhecimento do espaço e a sua inserção no tempo como produtos da Luta pela Terra gera uma percepção diferenciada – em termos de formação humana –, nos trabalhadores: a noção de que a ampliação de mais um Acampamento significa avanço da Luta pela Terra na Região; a sua inserção na produção, na comercialização dos produtos possibilita a projeção, a inserção na luta, a produção de valores e sua revalorização. Com esse processo, os conteúdos são construídos a partir das relações de produção da sua própria vida, da sua própria existência, pois é nesse processo que eles se apropriam do conteúdo Luta, Política, Direito, Latifúndio, Desigualdade Social.

Segundo o MST (1996), no *Caderno de Educação* nº 08, ítem 2 – "Princípios Filosóficos", a educação deve ser para a ação:

> Isto é, queremos preparar sujeitos capazes de intervenção e de transformação prática [material] da realidade. Não podemos nos contentar com o desenvolvimento apenas da chamada "consciência crítica", que é aquela onde as pessoas conseguem denunciar/discutir sobre os problemas e suas causas, mas não conseguem ir além disso e até se iludem que, por estarem falando sobre um determinado problema, já o

[51] Designação dada à região pelo Movimento Sem Terra.
[52] Fala do representante do MST, em audiência pública, dia 31 de outubro de 2007, às 13 horas, em Ipiaú-BA, para falar sobre a violência no campo e a reforma agrária na região de Ipiaú/BA, principalmente os conflitos agrários na Fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú/BA, e o processo de desapropriação da referida Fazenda.
[53] Fala do representante do MST, em audiência pública, dia 31 de outubro de 2007, às 13 horas, em Ipiaú-BA, sobre a violência no campo e a reforma agrária na região de Ipiaú/BA, principalmente os conflitos agrários na Fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú/BA, e o processo de desapropriação da referida fazenda.

> estão solucionando. Se o que pretendemos é participar dos processos de transformação social, então precisamos dar um passo adiante. Nossa educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada "consciência organizativa", que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção na realidade. Para isso, os processos pedagógicos precisam ser organizados de modo a privilegiar essa perspectiva de ação. O que não pode ser confundido com uma visão "pragmatista" do conhecimento que desvaloriza todo saber que não pode ser colocado, imediatamente, em prática. Isso é um desvio e também não leva às transformações desejadas. Às vezes é preciso estudar teorias bem abstratas e difíceis para melhor entender e preparar uma ação. A questão é ter sempre presente as finalidades práticas desses estudos. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a própria ação tem uma dimensão educativa que nenhum estudo teórico pode substituir.

Tais dimensões ficam evidentes no diálogo entre o pesquisador e a acampada do MST, bem como o conteúdo que é produzido nesse processo:

> Entrevistada: [...] no primeiro despejo foi tendo violência, jogou gente de menor, prendeu, levaram para Jequié, aí soltaram os de menor, ficaram os outros. Aí vai sempre acontecendo, acontecendo o despejo. Então, quando teve o segundo despejo, já foi mais violento; cada despejo que ia tendo ia sendo mais violento. Aconteceu o terceiro despejo, foi o que prendeu dezessete pessoas, inclusive o meu marido também. Ficaram dezessete dias presos. Então a gente foi vivendo essa vida assim; aí começou nós também a entender as coisas, porque esse tempo ainda nós não entendia, chegava, botava pra fora, nós saía, mas nós não tinha reação nenhuma. Aí quando nós foi entendendo nós começou a agir, nós colocou fogo na pista, nós ficou de sete horas da manhã até três horas, o fogo aí na pista, a polícia de um lado, a gente de outro.

Figura 04: O Estado assegura e conserva a exploração de classe! (Reintegração de posse. Faz. Dois Amigos, Ipiaú/BA, Dez/2000).

Fonte: Rev. NÓS E VÓS – Pela Prática da Liberdade. Ano I, N° 01 – 2° .semestre/2002.

> Pesquisador: A senhora disse que começou a entender, entender o quê?
>
> Entrevistada: Depois que a gente foi entendendo, foi vivendo o Movimento, a gente foi entendendo que não era assim; o Movimento não é assim. Aí nós foi entendendo. Aí começaram, quando, quando eles chegavam nós pôs fogo na pista, aí eles ficou ali... sei que saímos da fazenda, fizemos barraco na beira da pista. Aí nós entrava. Eu sei que nesse período nós ficou só na pista três mês, mas também foi os três mês que nós plantava; nós tinha o nosso produto pra vender na feira. Aí a partir desses três mês que nós ocupou, quando deu o despejo e nós entrou de novo, nós ocupou já a fazenda toda, não ocupou só a frente, ocupou a fazenda toda.
>
> Entrevistada: Assim a gente vai vivendo o Movimento e vai entendendo as coisas do Movimento, porque a gente chega no Movimento meio sem entender como é o Movimento, como é que pode viver ali no Movimento, como é a coisa, como é o nosso direito, e a partir daquele momento que nós vai convivendo dentro do movimento, a gente vai entendendo o direito que a gente tem.
>
> Entrevistada: A gente ia pra curso, ia pra caminhada, ia pra encontro, então a partir desse momento nós começou a entender que não era assim. Já fui em vários encontros, já viajei muito; só em Brasília eu fui duas vezes. Em Brasília foi um congresso que teve. Eu já participei de várias marchas, de encontro.
>
> Entrevistada: Aprendi muito coisa importante, porque quando a gente às vezes vive lá fora, a gente não sabe o direito da gente, e quando a gente vive nesse mei, a gente sabe tudo que possa ser o direito da gente. Porque eu não sabia, às vezes eu trabalhava mas eu não sabia que o direito da mulher tem que ser igual ao direito dos homens, eu não sabia que a gente precisava de ter um estudo melhor para os filhos da gente; então hoje eu sei, eu me preocupo com isso, meus dois filhos agora vai fazer o primeiro ano, então é isso que eu aprendi, porque se eu tivesse lá fora eu não sabia de nada, porque eu não vivia no meio da sociedade. A gente fica mais fora do meio da sociedade, a gente não vive no meio da sociedade, então eu dentro do Movimento eu vivo dentro da sociedade, porque, quando eu saio, a gente conhece várias pessoa de todos lugares, de todos os Estados do Brasil. Cada pessoa que a gente conhecia passava umas palavra boa pra gente[54].

O destaque da militante acerca da aprendizagem atrelada à prática nos possibilita identificar os conteúdos culturais produzidos nessa dimensão de produção social.

Assim, a forma é a ação prática na realidade estrategicamente elaborada pelo Movimento: a organização dos barracos, a organização dos setores, dos grupos, o desenvolvimento da produção. Vejamos que a inter-relação entre o conteúdo e a forma cria a possibilidade

[54] Entrevista com militante do MST, Acampamento Carlos Marighella, 2007.

material e imaterial do vir a ser de cada trabalhador, do seu devir. A citação acima nos apresenta a dimensão teleológica do projeto de educação do MST; e os dados da nossa pesquisa, a objetivação da dimensão proposta. Isso possibilita afirmar que as estratégias de reprodução dos trabalhadores estão atreladas a dimensões de projeto; quer dizer, há um projeto sendo posto em prática na singularidade de Acampamento Carlos Marighella. Alguns desses elementos aparecerão em outros itens no decorrer da análise.

2) Estado/Capital(Latifundiário)-Trabalho: Expropriação e Resistência

As ações do Movimento não são espontâneas, como aparecem aos nossos sentidos num primeiro momento de contato com a realidade, pelo contrário, são ações articuladas, estrategicamente elaboradas, envolvem a pesquisa, o diálogo e muito trabalho dentro e fora dos Acampamentos e Assentamentos. Temos como exemplo o processo de identificação dos latifúndios improdutivos e as estratégias jurídico-políticas tenazmente organizadas pelo movimento na região. "Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar a terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma definindo uma metodologia de luta popular"[55]. Assim, quando questionado sobre o processo de identificação dos latifúndios improdutivos, como também sobre o processo legal de vistoria[56] da fazenda em análise, o trabalhador responde, perguntando: "Agora, olhe, em cima disso aí eu vou te responder te fazendo uma pergunta, [...], como é que você acha que a gente vai saber que um latifúndio é improdutivo? Você já parou pra pensar nisso?"[57] E continua:

> Você passa aí na frente de uma fazenda dessa, tá toda zelada, coisa bonita, a cerca tudo novinha, aquele capim tá aquela coisa maravilhosa, tá produzindo! mas vá no fundo, como você viu hoje lá, aquela latifundiária[58] tá devendo ao banco, tá devendo os encargos sociais dos funcionários, que não paga, e aí o que é que acontece? Aquela área tava sendo produtiva? A única forma de saber se uma área é improdutiva, meu amigo, não tem jeito, tem que quebrar a cerca dela, tem que passar pra

[55] Ver Fernandes (2000: 282).
[56] Procedimento legal realizado pelo INCRA para averiguar se uma área (fazenda) cumpre a sua função social.
[57] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, em 31 de outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[58] O coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos refere-se a audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2007, em Ipiaú-BA, para discussão do processo de desapropriação de latifúndio na região, Acampamento do Movimento CETA.

> dentro, tem que começar fazer ela produzir, tem que tirar o fruto do chão da terra, que ali é coisa rápida, desde a hortaliça, ao feijão, o milho, [...] também aí sim, aí você pressiona o latifundiário ele fica doido, ele aciona logo a polícia, o juiz, tudo aí começa, esse processo de desapropriação, [...] quando automaticamente ele quer tirar a gente da terra, ele já abriu um espaço, porque que a gente [...] já encaminhou pra que o INCRA venha vistoriar. Aí nós finca ele; se o fazendeiro der o primeiro passo, pra gente é melhor que ele já se identificou com a justiça, aí já sabe quem é ele, aí já puxa uma ficha dele, sabe tudo direitinho e facilita pra gente [...][59].

A fala do trabalhador deixa muito claro alguns elementos estratégicos acerca do processo jurídico-político de Luta pela Terra, mas fundamentalmente mostra a sua consciência acerca do contexto em que está inserido, expondo-nos a dimensão do processo de formação que vem sendo desenvolvido pelo Movimento, assim como elementos de uma metodologia.

Quando o mesmo observa: "tem que fazer ela produzir, tem que tirar o fruto do chão da terra"[60], identificamos a dimensão do trabalho, da produção, como aspectos determinantes na vida dos trabalhadores. Há uma metodologia que os orienta, a saber: "cabe à Frente de Massa tá observando fazendas que tão em estado improdutivo, aí indica pra ser vistoriado, a gente [...] passa pra direção [...]. A direção vai e faz um levantamento da documentação [...] no cartório, [...] e encaminha pra o Incra vistoriar" [61]. Observa, ainda, que algumas fazendas, devido à irregularidades na documentação, são ocupadas antes da vistoria, e conclui: "então a Frente de Massa é [...] a porta de entrada do movimento"[62].

No processo histórico-social de produção de suas vidas, desenvolvem experiências que tem sua lógica construída na *práxis*. "Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, [...], a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação"[63]. É a evidência concreta de que a Luta pela Terra tem um

---

[59] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[60] Idem.
[61] Idem.
[62] Idem.
[63] Ver Fernandes (2000: 282).

movimento próprio, essencialmente político e, por isso, pedagógico, produzido a partir das condições materiais que determinam a forma social de produção da vida em nossa sociedade.

Assim, o Acampamento Carlos Marighella já resistiu a dezoito despejos e prisões de seus acampados; no entanto, o processo de desapropriação da fazenda vem se dando de forma muito lenta. A fazenda vem sendo partimentalizada e vendida na tentativa de inviabilizá-la para a desapropriação[64]. Para termos uma idéia mais concreta da situação, vamos observar como ela se apresenta ao coordenador regional do MST:

> [...] enquanto isso, vai sendo fatiada, vendido os pedacinhos e daqui a pouco fica inviabilizada pra Reforma Agrária, [...] e como é que vai ficar os trabalhadores? [...] O senhor[65] cumpriu com sua palavra, mandou alimentação, mandou lona, as pessoas saíram [...] até antes do prazo, saímos de lá, fomos pra beira da pista, tamos lá até hoje, nenhum desses daqui encostou lá dentro da área e nem foi lá olhar como é que tá a situação da área porque foi o acordo que nós fizemos, [...] e nós tamos cumprindo; aí quando marca uma reunião dessa, nós estamos aqui presente, chegamos no horário, aí vem pra quê? alguém que não tem condição de decidir, mas deveria ter alguém que tivesse condição de decidir aqui, porque esse foi o acordo que nós fizemos; eu acho que tá escrito aí[66] que na reunião viria a presença do proprietário pra gente resolver o problema e nós tamos aqui esperando mais uma vez!!! [...] e aí vem essa proposta agora que eu nem sei como é que eu vou falar com os companheiros[67]; vamos ficar mais um dia ali, vamos esperar mais um pouquinho e aí como é que vai ficar as coisas; as coisas vão se acirrando e pode ter certeza que eu não tenho interesse nenhum [...] de falar assim: vamos lá dentro pra criar mais conflito, pra colocar gente pra cadeia, pra chamar atenção, [...] porque nós já fomos pra cadeia, nós ocupamos a praça aqui por cinco dias e quatorze companheiros nossos foi presos na cadeia, aí foram pra Jequié, ficaram lá mais de cinco dias na triagem sofrendo igual fosse bicho. Tem cinqüenta e seis dias de penitenciária, foi quando nós ocupamos ali Itagibá, cinqüenta e seis dias de penitenciária, e nossos companheiros estão aí até hoje com seqüelas disso aí, porque não são bandidos, são trabalhadores, aí a gente não quer criar um conflito desse pra ser preso de novo, e até onde a gente vai com isso protelando? [...] porque é desde noventa e nove, nós tamos de olho lá naquela área lá e é só confusão, é tiro, é cadeia, é sofrimento, é gente que já morreu ali, foi atropelado por carro e nós estamos ali até hoje; então vamos procurar

[64] Há na legislação os critérios para definir se uma área pode ser indicada para a desapropriação, tais critérios tem relação com a produtividade, com o tamanho da áreas, dentre outros aspectos.
[65] Refere-se ao Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho.
[66] Refere-se ao documento convocatório para a audiência pública em outubro de 2007, com o Ouvidor Agrário Nacional, Ipiaú-BA.
[67] Refere-se aos acampados do Carlos Marighella que estavam presentes na Audiência em outubro de 2007, Ipiaú-BA.

> uma forma pra resolver esse negócio, porque se não, doutor, eu tenho certeza que vai acontecer o pior naquela área, porque nós já temos muito tempo ali, muito sofrimento ali dentro. Eu tenho certeza que as pessoas não vão arredar o pé dali, entendeu? Então eu [...] peço encarecidamente que a gente resolva esse problema aqui hoje[68].

Na fala do coordenador, percebemos como as relações na região e no Acampamento Carlos Marighella estão tensas. A análise do coordenador regional do MST aponta a disposição do Movimento em dialogar acerca do processo de desapropriação do latifúndio; isso devido às condições de vida dos trabalhadores do Acampamento e dos longos anos de espera. O conteúdo político presente na fala do trabalhador nos apresenta a liderança e a sua direção ideológica, pois o mesmo, ao ser responsável por um grande número de Acampamentos na região, e estando neste momento cumprindo um compromisso do Movimento, questiona o Capital, o Estado, explicitando a tensão de classe, como também nos mostra as tensões no âmbito da Sociedade Civil.

Esse processo da Audiência Pública é acompanhado pelos trabalhadores do Acampamento na plenária, e o coordenador compreende que esse espaço é também de formação. É fato que essa área contribuirá para a produção e reprodução de muitas vidas na região do Baixo Sul da Bahia; no entanto, os empecilhos impostos pelo capital dificultam o desenvolvimento desse projeto.

Entendemos que há uma situação de impasse devido à dimensão "oligárquica" herdeira do Coronelismo e da lavoura de cacau, produto principal de exportação dessa região em meados do século XX na Bahia. Como em outras cidades do interior da Bahia, ainda existem os "coronéis", os famosos "donos das cidades". As suas relações, quer dizer, o capital social produzido no âmbito dessas cidades possibilita que elas fiquem limitadas a "desejos particulares", mantendo o secular monopólio da terra. Apesar desse contexto de dificuldades, evidenciamos que as negociações estão avançando na região, pois houve por parte do INCRA a intensificação do processo de desapropriação da referida fazenda. Em Audiência Pública[69], a última realizada na Comarca de Ipiaú/BA, ficou evidente o

[68] Fala do coordenador regional do MST, Bahia, audiência pública realizada em outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[69] Audiência Pública acerca do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos e da violência no campo na região do Baixo Sul da Bahia, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

interesse por parte do Estado em resolver o problema na forma da lei, visto que o laudo agronômico do INCRA sobre a Fazenda Dois Amigos a considera improdutiva. No entanto, por parte do proprietário parece que não há interesse no processo de desapropriação, mesmo a fazenda sendo considerada improdutiva pelo INCRA. Essa situação fica explicitada na passagem do diálogo entre o representante do INCRA e o Advogado do proprietário:

> Apesar de estar com as benfeitorias, conforme o laudo de avaliação, parte das benfeitorias [...] mais depreciadas do que no período anterior, e apesar de ter o passivo ambiental identificado, o valor do imóvel que o INCRA tem hoje [...] é de um milhão trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos; desse valor, seiscentos e setenta mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e dois centavos pagos em espécie em benfeitorias indenizáveis, seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos em ITDA[70].
>
> Com relação à proposta que tá sendo encaminhada em relação aos valores [...], inicialmente nós não temos como decidir porque eu estou na qualidade de advogado, representando um dos herdeiros, senhor Miguel Brito Pinheiro, que tá ausente por motivo de saúde, [...] o Espólio tem interesse na negociação dentro de valores justos, que preservem o equilíbrio entre as partes; agora, infelizmente, não podemos tomar decisões pelo espólio [...] porque eu estou na qualidade de advogado[71].

A ausência do proprietário da Fazenda Dois Amigos na audiência indica o desinteresse em realizar a negociação. Não apenas esse fato, mas também, no requerimento[72] encaminhado ao Ouvidor Agrário Nacional, o proprietário destaca que a propriedade ainda continua ocupada, por não ter havido a Reintegração de Posse; quer dizer, os trabalhadores já haviam desocupado a Fazenda Dois Amigos, no entanto, o comandante da Polícia Militar ainda não havia realizado a Reintegração de Posse, fato que, segundo o Advogado do proprietário da fazenda, deve ocorrer para o encaminhamento do processo. Sobre o assunto da reintegração, vamos identificar as tais relações no diálogo realizado em Audiência Pública (outubro de 2007), nos posicionamentos do Coronel da Polícia Militar, do Advogado e do Ouvidor Agrário Nacional:

---

[70] Fala do representante do INCRA – Sr. Paulo Coqueiro, em Audiência Pública, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[71] Fala do representante proprietário da Fazenda Dois Amigos, O Advogado Cláudio Pinheiro, em Audiência Pública, no dia outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[72] O requerimento do proprietário da Fazenda Dois Amigos foi encaminhado ao Ouvidor Agrário Nacional pelo seu Advogado. Trata-se de documento elaborado pelo proprietário justificando sua ausência na Audiência Pública e outros motivos.

[...] queria um esclarecimento aqui do nosso advogado. Escreveu aqui o proprietário: “entendemos que a propriedade continua ocupada, em virtude da falta de Reintegração de Posse”. [...] Embora despachada pelo excelentíssimo senhor doutor Juiz da comarca de Ipiaú, item nove da ata, o comando da Polícia Militar da cidade não recebeu qualquer ordem mandada do escalão superior. Nesse sentido, não houve ordem da Casa Militar para a desocupação. Está ocupada a fazenda?

Coronel, na última vez que nos reunimos, na presença do senhor Fulgêncio, inclusive, e na presença do doutor Gercino, houve um acordo para que a fazenda fosse desocupada, mas, na verdade, a reintegração, o ato reintegratório, ainda não se consumou.

Coronel - Exatamente isso que eu queria ouvir; então, eu vou apelar aqui para o nosso comandante, logo amanhã, pegar o oficial de justiça, verificar que está desocupada e encaminhar o ofício ao Juiz, ok? É essa a orientação.

Advogado - Coronel, só uma observação: é preciso que alguém esteja na fazenda para receber o mandado reintegratório.

Coronel - Exatamente, mas deve ter alguém lá.

Advogado - Só pra salientar, Coronel, que a reintegração é um ato pessoal, deverá ser feito na pessoa de um dos herdeiros e, melhor ainda, na pessoa do inventariante.

Coronel - Eu também acho, mas se vocês não quiserem comparecer lá?

Advogado - Não, ele não poderá deixar de comparecer porque ele tem que dá assistência ao imóvel rural dele. Agora, o senhor imagine o seguinte: ele se encontra em Salvador; o que o senhor pede é para amanhã; eu entendo ao pé da letra. Amanhã ele não se encontra na comarca, como se efetivaria esse ato reintegratório?

Coronel - Eles vão lá verificar que está desocupada e vão informar ao Juiz que não existe mais ocupação.

Advogado - A constatação da policia é perfeita, agora é preciso que o oficial de justiça...

Coronel - Ele também, ele vai constatar.

Advogado - Os dois oficiais de justiça acompanham a polícia e faça...

Coronel – É; mas se não tiver alguém lá, ele vai dizer que está desocupada; agora se o Juiz determinar que faça a intimação pra que ele compareça, aí tudo bem.

Advogado - O que eu tô discutindo com o senhor, apenas, é que é necessário que um herdeiro esteja lá para receber.

> Coronel - Pronto, eu tô comunicando ao senhor que ele vai lá amanhã constatar, ele e o Oficial de Justiça, que está desocupada. O herdeiro, se tiver ou não, ele vai comunicar ao Juiz; eu quero que o comandante comunique ao Juiz que não foi encontrado nem o proprietário nem ninguém do Movimento na fazenda; eu só quero isso.
>
> Advogado - Ah! Sim, pra efeito de que o senhor tá colocando, eu tô entendendo.
>
> Ouvidor Agrário - Doutor Cláudio, o senhor não tem poder pra estar lá na fazenda e receber essa comunicação da reintegração?
>
> Advogado - Não, não.
>
> Ouvidor Agrário - O senhor não é o advogado na causa?
>
> Advogado - Eu sou advogado, mas a minha procuração é limitada, não tenho poderes para tanto.
>
> Ouvidor Agrário - Não, mas para essa comunicação, se o senhor tem o poder pra movimentar o processo de reintegração, então, conseqüentemente, o senhor tem o poder para receber a comunicação de que o imóvel foi reintegrado.
>
> Advogado – Não, excelência, me perdoe o consequentemente. Não tenho poder para receber o mandado de reintegração e assinar e dar como reintegrada; eu não tenho poderes para tanto, eu não posso avançar naqueles poderes que não me foram constituídos pelo meu cliente. É aspecto processual, vossa excelência bem sabe disso. O que eu posso, viu coronel e doutor Gercino, o que eu posso salientar aqui é manter um contato com o Miguel no sentido de que ele venha a compor a comarca para ser reintegrado definitivamente, quando então os integrantes do movimento não estão na fazenda; aí sim, substancia o ato perfeitamente, sem problema nenhum[73].

Esse diálogo mostra como a Questão Agrária na região vem tencionando as relações entre o Estado e o próprio Capital, pois, apesar de o Estado assumir uma posição em defesa dos interesses do capital, historicamente, no Brasil, com as alterações de governo, este vem provocando – no que se refere à Questão Agrária no Estado da Bahia –, políticas que atenuam os conflitos no campo, viabilizando projetos de construção de assentamentos rurais, desenvolvendo o processo de entrega de títulos de terra, dentre outras ações. As falas mostram o impacto da luta social no âmbito da *Sociedade Política*.

[73] Diálogo entre Coronel da Polícia Militar, O Advogado do proprietário da fazenda e o Ouvidor Agrário, realizado em Audiência Pública acerca do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

A Luta pela Terra, nessas relações, produz um conteúdo de política e Direito Social que consubstancia o processo de formação humana dos trabalhadores. O espaço e tempo foi uma construção dos mesmos, e a sua dimensão pedagógica está na capacidade de produzir a todo momento novos espaços e tempos, produto de suas formas de resistência. Isso fica evidente na solicitação do proprietário para que na próxima reunião o MST não esteja presente: "nos reuniremos com o INCRA tantas vezes quantas sejamos convidados, não mais achando oportuna a presença do MST nas reuniões futuras para discutirmos o preço da Fazenda Dois Amigos"[74].

Em outro momento o Advogado protela, observando: "nós não podemos tomar decisões sem pelo menos a presença de um dos herdeiros; em momento algum o senhor Miguel me colocou qualquer outro herdeiro a resolver o problema agrário que se instalou aqui nessa região[75]. Nesse sentido, o mesmo afirma que os valores da avaliação não correspondem aos valores pagos na atualidade; no entanto, o representante do INCRA pede a palavra e observa os elementos do processo, criando uma tensão maior acerca da desapropriação:

> Quero fazer um breve comentário sobre o documento encaminhado pelo proprietário, o Miguel Brito Pinheiro. No que diz respeito aqui ao item 1A, especialmente, está colocado: não conseguimos entender como apresentar um novo laudo de avaliação, conforme correspondência da Ouvidoria Agrária, fax datado de vinte e quatro de outubro, se a nova avaliação não foi realizada, item 3/10 da ata aqui anexada. Veja, o técnico do INCRA Tomás esteve aqui no mês de setembro efetuando uma atualização dos preços. O laudo de avaliação, na verdade, não precisava ser feito todo novamente, ele já tinha todos os elementos, o que ele foi fazer foi uma atualização, [...] a partir desse trabalho, foi efetuado um novo laudo e por conta da questão da necessidade do reajuste foi [...] elaborado um outro documento com um grupo técnico composto por mais outros dois agrônomos, documento esse que justifica essa nova adequação. Esse documento foi elaborado no dia vinte e quatro de setembro pelos Engenheiros Agrônomos, [...], então é muito complicado, tem que ter muito cuidado com o que se coloca, principalmente numa Audiência Pública, principalmente quando se dirige a um órgão público colocando questões que são inverdades. Então é isso, nós estamos abertos para negociar, apesar de que o empenho do INCRA

[74] Requerimento do proprietário da Fazenda Dois Amigos encaminhado ao Ouvidor Agrário Nacional pelo seu Advogado na Audiência Pública acerca do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos e da violência no campo, outubro de 2007, Ipiaú/BA.

[75] Fala do Advogado do proprietário, Audiência Pública acerca do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos e da violência no campo, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

> é sempre no sentido da expropriação por conta do impedimento legal. Essa expropriação não pode correr da forma usual, e nós estamos, vou colocar aqui aberto, aberto a essa negociação. Esse valor total ele corresponde a [...] três mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos por hectare, então é um valor mais do que razoável pra os valores pagos por aqui pela região; então eu acho que a gente precisa ter o bom senso de colocar o seguinte aqui: o INCRA tá cedendo mais até do que ele pode; eu vou até colocar mais, o INCRA normalmente nessas questões, como essa, ele tem dificuldades, vou colocar assim, de como sentar com o proprietário, de quando observa por parte do proprietário uma certa intransigência, ainda assim, atendendo ao Ouvidor Agrário, atendendo aos Movimentos Sociais, a gente tá colocando aqui: nós estamos abertos à negociação[76].

Vimos uma situação de tensão entre Estado/Capital-Trabalho e entre o Estado e o Capital. Ao mesmo tempo em que o Estado se propõe a viabilizar o processo de desapropriação da fazenda, pressionando o seu proprietário, este está respaldado em leis que apenas beneficiam o Capital, leis produzidas pela forte influência que a bancada ruralista possui no poder Legislativo, no Congresso Nacional, como a Lei sobre a improdutividade ou produtividade de uma área agrária, citada anteriormente, como também, a lei que observa que a permanência dos trabalhadores no espaço ocupado dificulta o processo de desapropriação do latifúndio, devido ao "artigo 2º, § 6º, da Lei 8.629/93 (consoante alteração determinada pela Medida Provisória nº 2.183, de 24.08.2001), que proíbe procedimento de vistoria e desapropriação em terras 'invadidas'" (ARAÚJO, 2005: 133).

É evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária. "Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e violência, mas, claro, apenas sob intensa pressão dos trabalhadores"[77].

A dinâmica do processo de desapropriação, que, notadamente, aparece como tensão, como conflito de interesses diferenciados na esfera do Estado e da Sociedade Civil[78], fica evidente na fala do coordenador do MST:

---

[76] Fala do Representante do INCRA, Audiência Pública, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[77] Ver Fernandes (2000: 282).
[78] Ver Coutinho (1999).

> Nós dessa região, [...], daqui a pouco ela vai explodir pela questão de dois motivos, principalmente essa questão do cacau da região, onde gerava mais emprego e hoje tem muita gente que tá desempregado, que a gente vê como é que os conflitos estão se estabelecendo aqui nessa região. Nós do MST, nós ocupamos uma área em Itagibá, foi a Santo Antonio, e essa área foi considerada produtiva. Nós saímos de lá e ocupamos outras áreas, inclusive a Dois Amigos[79].

Tais relações são produzidas na tensão de classe, apresentando-se como aspectos determinantes no processo de formação humana do trabalhador. A percepção do trabalhador acerca da conjuntura política em que se dão as relações de luta social na região ficam explicitadas em sua fala: "Acho que hoje foi o veredicto final no sentido o quanto eles tão enrolando, [...] quando a gente fazia as ocupações dizendo que eles não queriam negociar, que a área [...] foi considerada noventa por cento improdutiva, e eles dizendo que queria negociar" [80]. E continua o trabalhador: "e, às vezes, a justiça dizia que a gente era inconveniente e hoje se confirmou que a inconveniência não é nossa, é deles [...], então eu acho que hoje foi assim bem claro, todo mundo que tava aqui hoje nessa Audiência e percebeu isso" [81]. Quando o pesquisador, logo após a Audiência Pública, pede para o trabalhador avaliar a postura do Estado frente à questão em debate, o mesmo faz uma consideração em relação à atitude do atual Governador da Bahia perante a situação de violência ocorrida no início do seu governo contra os trabalhadores:

> Olha, eu antes de falar hoje a postura do Estado, principalmente na figura da Casa Militar, o INCRA, eu quero lembrar o que aconteceu logo no início do governo Wagner, que isso tá acontecendo hoje aí porque nós tivemos uma área dentro da Pitanga [...] nós ocupamos a fazenda, nós negociamos com a polícia pra sair, jogaram uma bomba em cima do caminhão, prendeu vinte e um companheiros e fizeram barbaridades como meter faca na cabeça do companheiro, bateram até abrir a cabeça, meteram faca dentro, então o governo do Estado puxou a responsabilidade pra ele e hoje não dá mais despejo e toda vez que existe conflito ele manda algumas pessoas representantes da Casa Militar, Ouvidoria Agrária, enfim, pra vim resolver o problema. Então, com esse contato que nós tamos tendo, com todos os conflitos que aconteceu na Bahia, a postura do pessoal da Casa Militar é de não tá afim daquela questão que é contra os trabalhadores. Estão procurando uma forma de resolver o problema, porém vem se deparando com a questão burocrática do Estado e até mesmo a vontade dos fazendeiros de não querer ceder

[79] Fala do Coordenador Regional do MST- Bahia, Audiência Pública, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[80] Entrevista concedida pelo coordenador regional do MST, Bahia, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[81] Idem.

> as áreas pra reforma agrária. Eu não tô dizendo que a Polícia Militar mudou da água pro vinho, que não tem aquele pensamento ainda de defender a burguesia, de defender os ricos, não é isso, mas que eles tão com o tempo, com esse convívio que tá tendo, tentando resolver os problemas de conflitos, e também isso aí pode agravar a situação com o governo, de um governo que supostamente foi eleito pelos trabalhadores e tá pra resolver o problema dos trabalhadores; e ele sentiu na pele quando a própria polícia militar, que tá sob o comando do Estado, fez essas atrocidades contra os trabalhadores. Então, por isso, que eles estão com essa postura hoje, não tá querendo ver conflito, procurando uma forma pra resolver o problema[82].

Assim, identificamos na análise de conjuntura realizada pelo coordenador do MST uma percepção mais amena em relação ao governo do Estado, porém, não menos incisiva no que se refere aos objetivos do Movimento. A fala do trabalhador nos apresenta a postura do MST, em nível nacional, em relação aos governos "ditos" populares no Brasil, ou seja, apesar de continuarem na Luta pela Terra, as ações passaram a caminhar por um nível maior de diálogo. Esse fato, objetivamente, não vem contribuindo para a ampliação dos assentamentos no Brasil. O que nos apresenta é uma tentativa de institucionalizar os Movimentos Sociais, fragmentando, assim, as suas lutas. Tal perspectiva interfere diretamente na concepção de formação humana dos trabalhadores; pois a fragmentação das lutas leva a uma quebra na perspectiva do projeto mais amplo almejado pelos Movimentos Sociais, no caso do MST, o projeto histórico socialista.

A produção dos tempos e espaços sociais são unilateralizados, inviabilizando a produção cultural, a produção de conhecimento na luta e, fundamentalmente, a continuidade do processo de ampliação do movimento na região, fato que nos impulsionou para o desenvolvimento deste estudo. Esse contexto pode contribuir para o enfraquecimento da luta social na tentativa de trazê-los para a estrutura do Estado que, em sua essência, é burguês. A fala do trabalhador nos apresenta elementos que mostram uma postura crítica em relação a esse processo social, e isso é bastante significativo para a continuidade dessa luta.

No primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa buscamos evidenciar, do ponto de vista histórico, como se deu a produção do capitalismo no campo em níveis mais gerais. O fato da expropriação dos pequenos agricultores, transformados em trabalhadores

[82] Idem.

assalariados, não se caracteriza como um fato isolado na história da humanidade; este é determinante para a produção da vida no capitalismo, e impulsiona todo o seu desenvolvimento histórico. Em sua forma mais contemporânea, ainda não muito desenvolvida na região do Baixo Sul da Bahia, identificamos a terra como reserva de valor (MARX, 1999). Segundo Ianni (2004: 147), pouco a pouco as terras estão se transformando em monopólios, como "reserva de valor". "Se isso de fato está ocorrendo, podemos prever que breve estará esgotada a fronteira de expansão da sociedade brasileira. Então, uma nova realidade econômica, social e política pode se abrir[83] (IANNI, 2004: 147).

Interessa-nos a análise de Ianni e a relação que pode se estabelecer com o contexto mais atual da Questão Agrária na região do Baixo Sul da Bahia, quer dizer, em meados da década de 1980, período de produção da obra citada. A questão acerca da terra puramente como reserva de valor já estava em processos finais de concretização no Brasil (Região Sul e Sudeste), pois o processo de desenvolvimento econômico impulsionaria a produtividade desse meio de produção, inserindo nesse movimento outros meios que ampliariam a produtividade. No entanto, no nordeste esse processo ainda estava travado, tanto pelas formas culturais de relações que eram estabelecidas na realidade, por exemplo, as patrimonialistas, quanto pela grilagem de terras que ainda era freqüente nessa realidade, e ainda é, bem como pelo pouco ou quase nenhum desenvolvimento das forças produtivas na região.

Identificamos esse fato na região do Baixo Sul da Bahia como um empecilho para o desenvolvimento das relações em torno da Questão Agrária, pois, com a grande concentração de terras nessa região, muitos são os conflitos, as ocupações e as expropriações; estas últimas se materializam na atualidade pelo despejo ou pela manutenção da concentração de terras.

Em um panorama acerca da Questão Agrária no Brasil, Ianni aborda o assunto da seguinte forma:

---

[83] Repetimos trecho já citado neste texto por entender que o mesmo articula idéias centrais que dialogam com a realidade investigada.

> Essa expropriação se realiza através da grilagem, mas entendo grilagem não simplesmente como artimanha de papéis de cartório, de títulos falsos; a grilagem também como prática da violência privada, como uma técnica da apropriação econômica. Jagunço e pistoleiro fazem parte desse processo de transformação da terra devoluta, tribal, ocupada, em propriedade privada, com título jurídico formalmente correto. Nesse sentido temos, não simplesmente uma etapa final do processo da acumulação primitiva, mas talvez uma etapa final de esgotamento da fronteira interna (IANNI, 2004: 147)[84].

O fenômeno da expropriação refere-se ao processo histórico de "decomposição da economia camponesa, economia essa vista como uma forma peculiar de organização da produção; é um processo que se desenvolve de par em par com a criação do mercado interno para o capitalismo, para a indústria" (IANNI, 1978: 150). Tal processo é histórico e, por sua vez, desenvolve-se de diferentes formas em seu movimento.

A expropriação e violência contra o trabalhador do campo no Brasil é fato evidente ainda na realidade do Baixo Sul da Bahia. A expropriação é fato determinante na vida dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella, como observa o trabalhador:

> Olhe, o despejo ele veio assim, eu não sei dizer a data certa, mas logo depois, quando já estava todo mundo já com a rocinha já pronta, aí teve o primeiro despejo, [...] na época a gente não saía pra longe, a gente ficava na frente da fazenda onde tinha acesso as nossas roças [...] e não tinha essa dificuldade que a gente tem hoje; agora quando o fazendeiro entra na justiça, a gente tem que ficar dez quilômetros distante da fazenda[85].

No contexto da expropriação é produzida a violência com o homem do campo. Segundo o trabalhador, vários despejos foram violentos; no entanto, o décimo ou décimo primeiro foi extremo, pois as estratégias utilizadas foram as piores possíveis para a vida social em que estão inseridos na atualidade. Na fala do trabalhador podemos identificar tais aspectos:

> [...] a gente tinha que tirar as coisa, [...] só que ele determinou um horário, coisa que nunca existiu. Determinou um horário, falou assim: aquele barraco ali, aquele barraco tem que ser desmanchado até tal hora. E assim, se a gente não desmanchasse o barraco no horário, não tirasse as

[84]Repetimos trecho já citado neste texto por entender que o mesmo articula idéias centrais que dialogam com a realidade investigada.
[85]Entrevista concedida ao pesquisador pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

> coisas de dentro, o fazendeiro já estava com os meeiros dentro, junto com a polícia, e outra, a gente não podia tá encostado; pra você ver como era as coisa, a gente não podia ta lá encostado, era uma pessoa só que desmanchava e carregava as coisa, isso rodeado de polícia, e os meeiros já esperando tirar as coisas pra tocar fogo. Se não tirasse no horário podia sair de lá que o policial já arrastava o cara pelo braço, jogava pra cima, e os meeiros picavam o machado e tocava fogo com tudo dentro, inclusive a gente já tava com as galinhas tudo amarradinha, pra carregar pro lado de fora, e eles pegava as galinhas e jogava no fogo, queimou dezenas de galinha, tudo viva, amarradinha já pra tirar de dentro da área. Eles pegavam as galinhas e jogavam no fogo, e assim foi. Na época que a gente tinha o militante aqui dentro, na época a gente tava fraco, e a gente teve que recuar, a gente não tinha como partir pra cima, compreendeu? ou tirava as coisas de lá ou perdia, entendeu? a mesma coisa que já aconteceu também em Itagibá, de chegar até a tocar fogo em barraco com gente dentro. [Perdeu muita coisa? Questiona o pesquisador] Rapaz, teve gente que perdeu. Eu não perdi porque eu fui rápido, consegui tirar minhas coisas tudo a tempo, entendeu? mas teve gente que perdeu, perdeu mesa, perdeu fogão, perdeu um bocado de coisa, entendeu? por que os meeiros não esperava a gente tirar tudo, deu aquele horário e puxava assim – ei, você vem pra cá – aí puxava aquela pessoa e os meeiros metia o machado e tocava fogo no barraco[86].

Os trabalhadores destacaram que, dá última vez que fizeram o acordo com a Juíza da comarca de Ipiaú/BA, foram deslocados para a rodovia Ipiaú x Ubatã/BA, em uma localização que fica logo após a rodoviária de Ipiaú, esperando longos meses numa situação de miséria. Como os encaminhamentos acerca do processo de desapropriação do latifúndio não foram realizados, os trabalhadores reocuparam a sede da Fazenda Dois Amigos.

Na atualidade, os trabalhadores do Acampamento já estão no seu décimo oitavo despejo. No entanto, este último, por ter havido um acordo entre os trabalhadores e o Estado, não se caracterizara por despejo e sim por desocupação. Essa decisão foi tomada por meio de acordo em reunião com o Ouvidor Agrário Nacional, cuja Ata observa:

> Os trabalhadores rurais sem-terras, representados pelos coordenadores Oronildo Costa e Fulgêncio Cardoso de Novais, desocuparão a fazenda Dois Amigos até o dia 04 de julho de 2007, podendo ocorrer antes, desde que a Ouvidoria Agrária e o INCRA lhes disponibilizem as cestas de alimentos, as lonas e os veículos para a mudança, possibilitando, assim, a vistoria de avaliação descrita no item 01[87].

---

[86]Idem.

[87]Item dois da Ata da reunião dos representantes do MST com o Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador José da Silva Filho, contando com representantes da unidade avançada do INCRA de Itabuna/BA, da

Os trabalhadores afirmaram que a saída da fazenda, ocupada pela décima oitava vez, foi na esperança de resolver a questão na forma da Lei, pois, no âmbito legal, a permanência dos trabalhadores no espaço ocupado dificulta o processo de desapropriação do latifúndio, porque, como foi observado anteriormente, uma nova ocupação gera um novo mandado de Reintegração de Posse, que, por sua vez, gera um novo despejo, podendo desencadear prisões e violência de forma geral.

Na atualidade, as condições de vida desses trabalhadores no Acampamento Carlos Marighella são precárias: a alimentação é escassa, a água para o banho e para lavar os pratos é suja, a água para beber é "barrenta" [88].

Figura 05: Água utilizada pelos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella, outubro/2007.

Foto: Antonio Leonan Alves Ferreira

Com a ausência da produção do Acampamento, os homens saem para desenvolver outras formas de trabalho; o trabalho numa pedreira próxima ao Acampamento é uma forma que os trabalhadores estão encontrando para sobreviver. A "venda do dia"[89] para fazendeiros da região é outra forma de sobrevivência. Enquanto uns saem, outros

---

Superintendência Regional do INCRA e dos empregados da Fazenda Dois Amigos, no Fórum da Comarca de Ipiaú/BA, junho de 2007, às 10 horas,

[88]Definição sobre as condições da água no Acampamento Carlos Marighella realizada por trabalhador, na plenária da Audiência Pública, outubro de 2007, em Ipiaú/BA.

[89] Refere-se a uma diária da venda da sua força e trabalho para outrem.

revezam na segurança do Acampamento. Algumas mulheres cuidam das crianças, outras organizam uma pequena produção de bolsas, tapetes, almofadas, dentre outros utensílios, com a utilização de recortes de tecido, chamado, popularmente, de "fuxico". Há uma senhora do município de Ibirataia/BA que fornece a matéria-prima e os meios de produção para o desenvolvimento do trabalho. As trabalhadoras utilizam o espaço da escola para a realização desse trabalho[90].

As crianças em idade escolar vão à escola no município de Ipiaú/BA. Há um carro vinculado à Prefeitura desse município que as transporta do Acampamento (zona rural) para a escola e as trazem de volta às suas famílias no final da manhã e da tarde, de acordo com o turno estudado. A juventude do Acampamento pareceu-me ociosa, como boa parte dos trabalhadores adultos. Alguns deles cresceram no Acampamento e estão na luta com seus pais há alguns anos. A ausência de trabalho em fazendas da região dificulta, diante das condições atuais, a sobrevivência dos trabalhadores, pois essa seria uma estratégia utilizada para garantir, provisoriamente, as suas condições de vidas. Há, ainda, as famílias cadastradas no "Bolsa Família"[91], que recebem o dinheiro para manter os filhos na escola, para compra de fardamento, material escolar, e alimentação[92].

A escola está sem atividade há, pelo menos, vinte dias[93], pois o professor precisou retornar para as aulas presenciais no curso de formação de "Licenciatura em Pedagogia da Terra". Importante destacar que os professores do referido curso de formação possuem um tempo para estudos na Universidade e outro tempo na comunidade[94], momento em que estão nas escolas dos Acampamentos e Assentamentos da região[95].

Algo que nos chamou atenção foi a dificuldade com que vivem esses trabalhadores, na beira da rodovia passando por um processo de desumanização. Muito diferente da situação que ficam quando ocupam a terra, pois desenvolvem o trabalho, vendem a sua

---

[90] Diário de Campo, outubro de 2007.
[91] Programa Social do Governo Federal do Brasil.
[92] Diário de campo, outubro de 2007.
[93] Dias contados, tendo como referência a data: 31 de outubro de 2007.
[94] Sobre a formação de professores do MST, na Bahia, ver TITTON, Mauro. Organização *do Trabalho Pedagógico na Formação de professores do MST: Realidade e Possibilidades*. Dissertação de Mestrado (Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2006.
[95] Diário de campo, outubro de 2007.

produção, passam a viver a partir das condições materiais de produção da sua existência, do seu trabalho[96].

Um outro aspecto importante a ser destacado é o grande fluxo de famílias no Acampamento Carlos Marighella. Na atualidade, estão acampadas cerca de trinta famílias, sendo quarenta e sete homens, vinte e nove mulheres, trinta e nove crianças e dezenove adolescentes. Já chegou a aglomerar cerca de 50 famílias[97]. O fluxo se deve às péssimas condições materiais de existência no Acampamento, como podemos identificar na fala da coordenadora do MST: "então, nós não podemos permanecer ali mais, naquela Garganta, ali é desumano, [...], as pessoas que ali estão são seres humanos, gente, não são animais, nem os animais merecem esse tipo de tratamento"[98].

Diante disso, entendemos que a expropriação desorganiza todo o trabalho pedagógico em desenvolvimento no Acampamento, alterando os tempos e espaços de relações sociais e pedagógicas: desarticula os núcleos, os grupos, o trabalho político formativo, contribuindo para a desestruturação do trabalho orientado em desenvolvimento. O conteúdo que emerge dessas relações caracteriza-se pela sua potencialidade desumanizadora, pois a expropriação vai desconstruindo o processo educativo em desenvolvimento no Acampamento; trata-se da alienação no processo de apropriação e objetivação do trabalhador em suas relações sociais. A forma em que se dá tais relações está ligada ao processo histórico da violência com o homem do campo.

Em oposição a essa compreensão, são evidenciados elementos de superação – a resistência. Esta visa articular os conteúdos, os tempos e os espaços a partir da própria metodologia desenvolvida pelo movimento; trata-se de um processo de reconstrução e de reelaboração da realidade no pensamento, para sua posterior objetivação. É a retomada do movimento da apropriação e objetivação como dimensões humano-genéricas. Tal processo é consubstanciado pelo acúmulo de experiências que os trabalhadores foram construindo nesse processo de Luta pela Terra. Notamos, anteriormente, que as falas dos

---

[96] Idem.
[97] Idem.
[98] Entrevista concedida ao autor pela Coordenadora da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, regional Baixo Sul, MST.

trabalhadores são incisivas no que se refere à necessidade de retornar à terra, quer dizer, o conteúdo produzido na resistência impulsiona a retomada da luta social dos trabalhadores.

O movimento do Movimento num tempo e espaço histórico, atrelado às experiências anteriores, impulsiona a concretização das novas experiências e criam possibilidades para o desenvolvimento de outras. O espaço é ressignificado, pois o novo espaço não é mais aquele; trata-se de uma outra processualidade em desenvolvimento no movimento do Movimento de Luta pela Terra. A produção sócio-espacial caracteriza-se pela ampliação dos Assentamentos e Acampamentos na região; tem a ocupação como definidora desse processo (FERNANDES, 2000). Em nosso estudo evidenciamos a potencialidade educativa presente em tais relações sócio-espaciais.

3) Trabalho Útil–Trabalho Inútil

A relação entre a ocupação e o despejo é uma constante na vida dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella. Os despejos desarticulam o Acampamento, inviabilizando o desenvolvimento da sua produção, como também criando dificuldades para os trabalhadores, pois os produtos do seu trabalho ficam inviáveis ao consumo humano, perdem seu valor-de-uso e o valor no processo de expropriação.

Assim, no âmbito da expropriação é produzido o Trabalho Inútil (MARX, 2003), quer dizer, o trabalho que não possui valor-de-uso e nem valor, é o trabalho que é produzido e não utilizado. O intercâmbio do homem com a natureza é interrompido após o processo de *exteriorização* (LUKÁCS apud LESSA, 2002*)*. No entendimento de Marx, um valor-de-uso pode ser meio de produção de outro; participaram de sua feitura, como meios de produção, outros valores-de-uso, produtos de anteriores processos de trabalho. “[...] um valor-de-uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor-de-uso”[99]. No entanto, “ao servir de meios de produção em novos processos de trabalho, perdem os produtos o caráter de

[99] Ver MARX (2003: 216).

produto. Funcionam apenas como fatores materiais desses produtos”[100]. Somente “é através dos defeitos que os meios de produção, utilizados no processo de trabalho, fazem valer sua condição de produtos de trabalho anterior. Uma faca que não corta, um fio que se rompe etc”. [...]. “No produto normal, desaparece o trabalho anterior que lhe imprimiu as qualidades úteis”[101]. Tais reflexões sobre a utilidade do trabalho, contribuem para compreendermos o conceito de Trabalho Inútil.

Como vimos, a inutilidade do trabalho é um aspecto presente no cotidiano do processo de trabalho; porém, não se limita apenas a essa dimensão. A inutilidade do trabalho pode produzir relações que descaracterizam todo processo social mais amplo de produção cultural por meio do trabalho, pois pode se afirmar como um impedimento à produção do novo, inviabilizando o desenvolvimento da Reprodução Social. Percebemos em Marx (2003: 217) esta outra dimensão acerca da inutilidade do trabalho:

> Uma máquina que não serve ao processo de trabalho é inútil. Além disso, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora das forças naturais. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não se emprega na produção de tecido ou de malha é algodão que se perde. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes do seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção.

Portanto, a inutilidade do trabalho fica caracterizada na fala do trabalhador do Acampamento: “então, com essa brincadeira[102] a gente perde toda a produção que a gente tem lá dentro”[103]. A perda da produção caracteriza o Trabalho Inútil no Acampamento Carlos Marighella, pois trava o desenvolvimento do processo de trabalho para produção de novas objetivações, de novos produtos, como também impede a

[100] Ver MARX (2003: 216).
[101] Idem.
[102] Refere-se de forma irônica ao despejo.
[103] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, em Ipiaú-BA.

produção da subsistência do trabalhador, e, como conseqüência, inviabiliza a produção da sua própria força de trabalho, condições essenciais para o desenvolvimento de sua vida. “Trata-se do consumo produtivo que se distingue do consumo individual: este gasta os produtos como meios de vida do indivíduo, ao passo que aquele os consome como meios através dos quais funciona a força posta em ação pelo indivíduo”. O produto do consumo individual é o consumidor, e o resultado do consumo produtivo, um produto distinto do consumidor[104].

Na fala do trabalhador podemos identificar elementos que evidenciam a produção do Trabalho Inútil: “Olhe bem, o sentimento, quando a gente é despejado, [...] o que dói mesmo é a produção da gente que fica presa lá dentro, e eles chegam lá, panham, arrastam tudo, carregam tudo, [...], isso é o que dói mais” [105]. E continua: “[...] e outra, a gente quando tá despejado, a gente faz a ocupação, no outro dia a gente tem que entrar pra dentro da roça, organizar a produção de novo, [...] se tiver despejo naquele outro dia, o trabalho já está perdido [...]”[106].

No entanto, na fala do trabalhador, identificamos que o Trabalho Útil produzido por este é apropriado por outro, para não dizer saqueado, descaracterizando, nesses termos, o Trabalho Inútil, pois se torna útil a alguém; além do fato, que em sua narrativa deixa claro, que o produto do trabalho ainda não se transformou em uma utilidade, se tiver despejo naquele outro dia, o trabalho já está perdido, pois a produção da utilidade por meio do trabalho deve ser materializada em um produto, fato que no trabalho agrícola demora um pouco para se efetivar, ficando-se apenas à espera das leis da natureza.

Por sua vez, se formos refletir a partir do processo de produção da vida no âmbito singular do Acampamento, podemos afirmar, como o fizemos anteriormente, que esse trabalho caracteriza-se como inútil – trabalho que foi inviabilizado para o consumo humano –, pois impede o desenvolvimento do processo de trabalho no Acampamento, que, por sua vez, impede a Produção e Reprodução Social da vida desse trabalhador,

---

[104] Ver MARX (2003: 217).
[105] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[106] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

impossibilitando o seu intercâmbio com a natureza e o seu posterior desenvolvimento no processo de trabalho, quer dizer, a produção de outros objetos a partir dos produtos do próprio trabalho, e não apenas isso, também a produção da sua própria existência, da sua própria força de trabalho.

Tal reflexão se torna complexa na medida em que se trata de uma questão teórica do pensamento marxiano no âmbito do processo de trabalho. Entendemos que a inutilidade do trabalho fica evidenciada pela perda do seu valor-de-uso, quer dizer, o trabalho corporificado num objeto, num produto, não serve para ninguém; isso foi observado anteriormente a partir de Marx. Entretanto, quando Marx exemplifica: “o fio que não se emprega na produção de tecido ou de malha é algodão que se perde”, o mesmo observa que por meio da ação da natureza, o trabalho, que foi útil um dia, pode se tornar inútil, ou seja, como diz Marx, se a ação humana não apoderar-se dessas coisas e arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos de acordo com a finalidade que as move, não haverá como lhes emprestar vida para cumprirem suas funções sociais.

E mais, fica evidente nas argumentações que a interrupção desse intercâmbio do indivíduo no processo de trabalho, quer dizer, no processo de produção de algo novo a partir do produto de outros trabalhos, nos leva a inferir que, do ponto de vista da Formação Humana do trabalhador, esse trabalho é inútil, é Trabalho Alienado, é o homem alienando o próprio homem, não consubstanciando uma perspectiva de Formação Onilateral, pelo contrário, afirmando a unilateralidade das relações capitalistas de produção.

Porém fica evidente na fala do trabalhador que há um Trabalho Útil sendo produzido no Acampamento Carlos Marighella. Essa possibilidade nos faz refletir acerca da continuidade do intercâmbio promovido pelo trabalho. A retomada desse intercâmbio interfere diretamente na reestruturação do processo de apropriação e objetivação, contribuindo na formação humano-genérica do trabalhador; quer dizer, há um movimento de continuidade no processo de transformação de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos, caracterizando elementos superadores de contradições do ponto de vista da Formação Onilateral. O conteúdo, a forma, os espaços e tempos, como

podemos perceber, perpassa toda a dinâmica do processo de trabalho, tanto do ponto de vista da inutilidade como da utilidade.

4) Organização do Trabalho no Acampamento Carlos Marighella: Disciplina, Auto-organização, Organicidade, Preservação do meio ambiente.

No entanto, "o processo de trabalho em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana" (MARX, 2003: 218). Assim, a dialética Trabalho Útil-Trabalho Inútil se reafirma e se nega a todo momento na dinâmica do Acampamento e se apresenta como elementos internos do processo de Trabalho Pedagógico desenvolvido pelo Movimento, o trato com o conhecimento e o tempo-espaço pedagógico. Assim, no contexto das relações de trabalho no Acampamento são identificadas relações de trabalho coletivas e individuais. No que se refere às formas de produção, observa o trabalhador: "Olhe bem, a gente tinha duas formas de produção: a produção coletiva e a produção individual. A produção coletiva [...] colhia essa produção e vendia [...] e aquele dinheiro era colocado, em caixa, no coletivo"[107]. Com relação à produção individual, segundo o trabalhador "[...] cada um colhia e levava pra feira pra vender na feira individualmente [...] na frente da Cesta do Povo, ali já ficou separado pros Sem-Terra [...], e ali a gente botava a nossa mercadoria pra vender [...]. Assim funcionava o sistema de produção que a gente tinha"[108]. Acerca da organização do trabalho no Acampamento, após a primeira ocupação, a acampada observa:

> [...] aí veio a organização interna. Dividiram os grupos de família: cada grupo ou segunda ou terça tem a sua reunião; eles vai pra coordenação geral, aí depois da coordenação geral os grupos reuni seus brigadiano pra tá passando o que aconteceu ali na coordenação geral. Aí eles vai tirar o setor de disciplina naquele grupo de dez: tira o setor de educação, o setor de saúde, o setor de produção; cada grupo tem seu setores. Assim que ocupou, no outro dia já foi fazendo logo a organização: dividiu os grupo de dez, e cada dia era um grupo de trabalho[109].

[107]Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[108] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, em 29 de outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[109] Entrevista concedida por acampada do Carlos Marighella, outubro de 2007.

Vimos que os trabalhadores tinham uma forma de organização do trabalho; porém, uma forma de produção capitalista das relações não capitalistas de produção. No entanto, o ato da produção associada no Acampamento caracteriza um salto qualitativo no que se refere às relações de produção capitalistas. A inevitabilidade da produção do Trabalho Útil – como também a produção associada, num tempo e espaço atrelados à terra, ao trabalho, à produção de sua vida –, resulta em elementos que contribuem para a formação humana do trabalhador. O indivíduo é inserido num âmbito de relações onde há uma estrutura axiológica que impulsiona a tomada de posição. Algumas acampadas afirmavam nas entrevistas que elas nunca imaginaram assumir a "liderança de alguma coisa". E mais: destacavam o aprendizado na ação coletiva no Acampamento.

> Às vezes as pessoas falam assim: a pessoas só sabe alguma coisa se souber ler. Mas eu acho que não é isso; ler é a coisa mais importante da vida da gente, porque a pessoa que não sabe ler é ruim, mas as vezes se a gente souber conversar, ou saber tocar um trabalho pra frente, eu acho que também faz a mesma coisa daquele que sabe alguma coisa, né isso? Então eu, o meu início foi no setor de educação; a professora era eu quem coordenava, a merenda era eu que coordenava, a limpeza, quando a professora chegava a escola já tava arrumada. Então eu achava que no meu haver, eu não tinha capacidade de assumir nada disso; eu sou uma pessoa que não sei ler, no setor de educação pra quê? Se eu não sei ler como é que eu vou assumir aquele cargo, então eu vi que não foi assim tão difícil pra mim, então eu assumi esse papel, fiz esse papel. Depois é outro, porque todos têm que passar por aquele processo, por esse processo[110].

Essa percepção é a da produção da vida nas relações sociais de produção e reprodução em Acampamentos de Reforma Agrária. A trabalhadora apresenta na sua fala o processo de organização do trabalho no acampamento e sua importância para a formação de todos os trabalhadores.

Assim como na fala anterior, logo abaixo na narrativa do trabalhador, podemos identificar conteúdos apreendidos na Luta pela Terra, como a organização de uma produção, a preservação do meio ambiente, a disciplina, a diferença entre adubo orgânico e adubo químico e suas relações com a preservação da natureza e de suas vidas, como também a

[110] Entrevista concedida por acampada do Carlos Marighella, outubro de 2007.

capacidade de experimentação e constatação da relação entre o adubo orgânico e a melhoria do solo num tempo determinado:

> [...] a produção geral do Acampamento ele sempre englobava essa questão da produção coletiva e a produção individual. Se eu tivesse na minha roça e tivesse fazendo alguma coisa que o Setor de produção achasse que tava errado, eles vinham a mim, tá certo, tá errado, você pode fazer assim, assim que é melhor [...], e aí pegava o conselho e já mudava o sistema de trabalhar. [...] antigamente a gente usava muito o fogo, hoje em dia não existe mais isso; quem tocar fogo numa roça pode ser disciplinado, uma penazinha leve, mas é o intuito nosso [que tipo de pena Ednon?[111]] tipo assim: vamos supor, tem um dia coletivo de trabalhar [...], se ele falhasse ali, passasse por cima de alguma norma, pagava dois dias de coletivo; já tinha um normal e já pagava dois [...]. Então essa era a questão, tanto na roça individual como no coletivo, hoje em dia não usamos, tamos pregando assim, [...] não vai mais existir fogo em nossas áreas, porque o fogo em geral ele degrada a terra, e o máximo que a gente puder fazer pra não tocar fogo é melhor; e eu fiz isso e vi o resultado, parei de tocar fogo, porque aquele mato que você corta, que você arrumou ele ali, na outra safra ele serve de adubo, é só você espalhar ele na terra e pronto, é adubo. Então, fiz essa questão e deu certo[112].

Fica muito evidente a aprendizagem no processo de produção da vida na relação do homem com a natureza. A transformação da natureza humana é fato notório no processo de trabalho. É mais significativo para o “Ser” humano quando o trabalho constitui-se como socialmente útil, pois a consciência social produzida nessa relação extrapola a unilateralidade das relações de valor na sociedade capitalista.

A dimensão política do processo educativo fica demonstrada no aspecto referente à disciplina. Deve-se esclarecer que tais normas que precisam ser cumpridas são fruto de deliberações coletivas do Movimento em nível nacional. A preservação do meio ambiente é vital para a manutenção da vida desse trabalhador; no entanto, a punição deve ser algo repensado na realidade do Acampamento Carlos Marighella e, em posterior Assentamento, pois, a punição em dias de trabalho coletivo retrata uma contradição do Trabalho Pedagógico. Esta pode construir um sentimento negativo em relação ao coletivo. Assim, faz-se necessário repensar as punições e direcioná-las puramente a perdas individuais, quer dizer, a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo

[111] Fala do Pesquisador.
[112]Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

as suas possibilidades[113]. A ida para a roça coletiva como punição traz a perda individual – porque o mesmo não trabalhou na sua roça pessoal; porém, uma ação não deve negar a outra, mas sim, se consubstanciar uma na outra, quer dizer, extrapolar a dimensão unilateral presente no individualismo.

É inegável a produção de conhecimento, a produção de saberes, como também, a produção de novas relações sociais no âmbito da dinâmica do Acampamento. Entendemos que em termos de concepção de formação humana, o processo de trabalho evidenciado nas falas dos trabalhadores nos leva a aproximações com a perspectiva de Formação Onilateral. No entanto, a realidade num Acampamento de reforma agrária é muito inconstante, e isso dificulta a materialização de proposições que contribuam para a formação humana em uma perspectiva mais consistente para os trabalhadores.

Ao fazer a comparação entre a realidade anterior, em meados de 2004, e a realidade atual, o mesmo deixa evidente a potencialidade do trabalho e suas possibilidades de humanização; entretanto, ressalta o despejo como aspecto que desestrutura toda a dinâmica do Acampamento:

> Difícil, difícil, difícil, difícil, difícil. Porque antigamente nós tinha a nossa casinha de farinha, entendeu? que a gente começou ralando no ralo, na mão mesmo, na mão grande, e a gente conseguiu comprar uma prancha, conseguiu fazer a prensa, conseguimos comprar um motorzinho, [...] conseguimos fazer uns agidá pra fazer a farinha, e a gente tinha essa facilidade que a farinha de qualquer forma ajudava tanto pra comer quanto pra vender, [...] hoje em dia não temos mais essa casa de farinha, entendeu? então isso aí pra gente foi tipo quebrar as perna, no solo, entendeu? [...], então foi essa a questão, tanto na questão [...] da produção, como na casa de farinha que ajudava muito, muito mesmo, que a gente chegava a ter dois motor de gasolina, e quando um motor pifava colocava o outro, pelo menos isso a gente tinha. Hoje em dia, nem me pergunte mais porque eu não sei onde foi motor, onde foi agidá, parafuso de prensa, que era um parafuso... [isso foi perdido no...[114]] no despejo, o despejo é um desgaste tão grande, entendeu, que quando a gente entra pra fazenda a gente não pensa em comprar nada, é malmente colchão e pronto, roupa, porque quando se compra alguma coisa perde; não tem esse que diga que não perde, porque perde; não tem como você ficar pra cima e pra baixo com aquelas coisas, acaba gastando, entendeu? e, eu mesmo já não tenho nada, tirando o barraco eu só tenho

[113]Ver MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. End. http://www.culturabrasil.org/zip/gotha.rtf. Acesso em: 26 de março de 2008.
[114] Fala do Pesquisador.

> a roupa, a roupa e a tábua de fazer a cama e pronto. Eu não carrego mais nada; enquanto não falar assim – ganhou a terra – eu não me preocupo com cadeira, mesa, nada. A gente perde tudo [...][115].

Figura 06: Casa de Farinha, Acampamento Carlos Marighella, 2004.

Foto: Antonio Leonan Alves Ferreira.

Nesse contexto, a "utopística"[116] se faz presente na vida dos trabalhadores, quando almejam a materialização de necessidades históricas para a continuidade da produção de suas vidas, embasados na confiança que possuem no MST e na luta social:

> Primeiro é como eu falei; eu acredito na luta, eu quero ver acontecer, quero chegar assim amanhã e falar – saiu a reforma agrária, foi implantada a reforma agrária no Brasil. Então, esse é o intuito; muitas vezes a gente não pensa só na terra, [...], a gente pensa, sim, em ganhar, porque a gente sossega mais um pouquinho, mas a luta continua. Por que a luta continua? Porque esse é o intuito; é ver acontecer a coisa. Já pensou daqui a dois anos, três anos, for implantado a Reforma Agrária no Brasil [...][117].
>
> [...] porque eu sou semi-analfabeto mas eu leio um bocado, leio um bocado e vi o passado escrito nos livros, coisa que lá não ensina mais, a gente não aprende; são coisas que a gente conhece, que a gente fica escarafunchando; não é que não ensine lá fora, ensine a gente esse sistema de vida, esse modo de vida. A verdadeira cara do Brasil os livros não mostra, mas eu fico sempre futucando, lá no fundo do baú. De vez em quando eu consigo esses livros antigo. A gente vê o quanto essas pessoas sofreu pra esse Brasil hoje tá do jeito que ta. Então esse é o

[115]Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.

[116] Esse conceito é trabalhado por Wallerstein (apud Freitas, 2005: 41) que busca "revê o conceito de utopia e o substitui por 'utopística', considerando esta como o exame sério de alternativas históricas em termos de um juízo sobre a racionalidade material dos possíveis sistemas históricos alternativos".

[117] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.

> sistema, esse é, como se diz, é a base que eu tenho pra continuar lutando[118].
>
> [...] mesmo ganhando um pedacinho de terra eu vou continuar lutando [...]. Cada fazenda que a gente ganha na justiça, é gratificante pra gente, tá sofrendo por aquilo, tá correndo atrás, não fica sentado esperando por governo dar; a gente corre atrás[119].

É com base nesse conteúdo que defendemos haver uma dinâmica de formação humana no processo de Luta pela Terra em desenvolvimento no Acampamento Carlos Marighella. As noções de política e cidadania que identificamos na fala do trabalhador, como também a forma (trato com o conhecimento) de como é construído o processo de luta social sustenta a defesa de que há um Trabalho Pedagógico em desenvolvimento no Acampamento Carlos Marighella. Assim, "é dentro dessa compreensão que o sujeito humano em Marx [...], e posteriormente de forma ainda mais desenvolvida em Gramsci, é entendido não como sujeito individual, mas resultado de um processo histórico, de relações sociais concretas" (FRIGOTTO, 1998: 29-30).

Segundo Gramsci (apud FRIGOTTO, 1998: 29-30), esse processo de produção do ser humano resulta da unidade de três elementos fundamentais e diversos: natureza, indivíduo e relação social. Quer dizer, a natureza e a individualidade são produzidas pelo conjunto de relações sociais possíveis. Nesse sentido, faz-se necessário ser enfático:

> Pensar um sujeito humano fora das relações sociais ou separar o mundo da necessidade do mundo da liberdade, do trabalho e do não trabalho, é inscrever-se numa compreensão idealista de sujeito humano. Por outro lado, a subjetividade produz-se dentro de processos históricos e não pode ser, portanto, entendida como algo naturalmente emanado dos sujeitos (supra-históricos). A subjetividade que se materializa nas decisões históricas é ela própria um produto histórico-social (KOSIK, 1986, apud FRIGOTTO, 1998: 29-30).

A produção da subjetividade é fato marcante na construção social humana, e o processo crescente de desenvolvimento desse fato pode transformar a vida das pessoas; porém, como podemos perceber na fala do trabalhador, é necessário haver unidade e muita tenacidade:

---

[118] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.
[119] Idem.

> [...] mas a nível de Movimento eu cresci um bocado, [...] porque a pessoa cresce quando ele pensa diferente; não é aquela mente que eu tinha antigamente, a nível de Movimento; hoje em dia eu penso diferente a nível de Movimento, também, mas já sei chegar pra um companheiro aconselhar se tiver errado. Teve um que já passou pela disciplina geral pela quinta vez, disciplina geral do Acampamento [...]. Aí, a nível de Movimento eu cresci, [...] tô mais forte do que nunca, cada dia que passa eu ando mais[120].

A Organização do Trabalho no Acampamento, a Auto-organização dos Trabalhadores, a Disciplina, articulada a uma dimensão ética mais ampla (LESSA, 2007), a ética da necessidade de sobrevivência, a ética que almeja um fim, que, de forma imediata, aparece como individual; no entanto, quando adentramos à realidade, percebemos que há um processo de produção de uma ética coletiva, solidária. Essa ética é produzida na própria *práxis* dos trabalhadores, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente articulada à Organicidade, e ao Trabalho de Base. Além da consciência da sua existência, que identificamos como possibilidade para a alteração das relações sociais no processo de Luta pela Terra e que se consubstancia nesse processo, tem-se o conteúdo que apreende, a saber: a capacidade de fazer generalizações, de avaliar a conjuntura no Acampamento e suas relações com a forma de pensar das pessoas, como podemos observar na fala que se segue:

> Olhe bem, o que eu vejo hoje no Movimento Sem Terra eu fico alegre. Por que eu fico alegre? porque antigamente não se tinha informação, todas as pessoa que chegavam, era difícil, sabe, acho que antigamente era mais difícil de entender o sistema [...] que o próprio Movimento emprega dentro [...] dos Acampamentos, e hoje em dia você vê a formação diferente, todo mundo já chega e já se enquadra [...] nas coisas, nas lutas. No movimento é mais fácil pra gente tá liderando essas pessoas e assim, agora, em outras palavras, a gente fica triste porque, por outro lado, pouca gente tem resistência. Acredita no Movimento Sem Terra, mas não tem aquela resistência, não tem aquele espírito de luta; então essa é uma questão que é generalizada, muitas das maiorias das pessoas não têm aquele pensamento de falar assim: eu vou ficar aqui porque eu sei [...] acredito no Movimento Sem Terra. [...] muita coisa mudou de lá pra cá, principalmente na mente das pessoas, hoje em dia você faz uma reunião de grupo e você vê a diferença, as pessoas participam, cada um no grupo tem uma função, entendeu? é Setor de Saúde, é Setor de Produção, é Disciplina, todo mundo tem aquele cargozinho, e todos têm a obrigação de fazer naquela reunião.

---

[120] Idem.

> [...] esses dias tá meio parado porque tem muita gente trabalhando fora, mas a disciplina é dia de terça-feira. A disciplina também tá parada porque a maioria dos membros tá trabalhando fora. Disciplina dia de terça-feira, produção e coordenação dia de segunda; agora os outros é Saúde, Educação, esses, o dia que dá na telha eles fazem, mas a maioria, quer dizer, a produção, a disciplina e a coordenação tem dias específicos pra sentar, já os outros setores não. Aí quando tinha uma novidade, alguma coisa pra passar, eles aí fazia[121].

O destaque acerca do processo de Organização do Trabalho no Acampamento é algo essencial para o desenvolvimento da formação dos trabalhadores. Podemos perceber que, apesar dos problemas, o foco na formação é colocado pelo próprio trabalhador, mostrando a sua necessidade. Destaca, também, a possibilidade que o Movimento tem para reestruturar suas práticas a partir das problemáticas dos Acampamentos, aspecto que pudemos identificar em nível singular na fala do trabalhador, fato que já é evidenciado em nível mais geral (CALDART, 2004; MANÇANO, 2000).

A questão do trato com o conhecimento fica evidente, como também os tempos e espaços, quando o trabalhador destaca a questão dos dias de reuniões dos setores. Tais aspectos no possibilitam visualizar a produção da organicidade do Movimento: a estruturação dos setores, as reuniões freqüentes no Acampamento. Podemos ressaltar o enfoque do trabalhador nos setores que estão funcionando tenazmente no Acampamento, a saber: Produção e Disciplina; Coordenação Geral. Estes aparecem no Acampamento como elementos estratégicos devido às suas responsabilidades, quer dizer, são em termos de prioridade, as imediatamente mais vitais.

O conteúdo dessa sistematização de setores enriquece o trato com o conhecimento e altera tempos e espaços no Trabalho Pedagógico desenvolvido no Acampamento, pois trabalham com a perspectiva da autonomia e da descentralização de poder, além de manter a unidade enquanto direção política.

---

[121] Idem.

Nos cadernos de educação do MST (2005: 162-163), um dos princípios filosóficos apontados para orientar as ações do Movimento é a “Educação para o Trabalho e a Cooperação”:

> O que defendemos através deste princípio é a relação necessária que a educação e a escola devem ter com os desafios do seu tempo histórico. No caso das práticas educacionais que acontecem no meio rural esta relação não pode, hoje, desconsiderar a questão da luta pela Reforma Agrária e os desafios que coloca para a implementação de novas relações de produção no campo e na cidade.
>
> Para o MST, nesta perspectiva, uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas que vão aparecendo no dia-a-dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores e as trabalhadoras para o trabalho no meio rural, ajudando a construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população.
>
> Neste contexto destacamos a formação para a **cooperação,** como elemento estratégico para esta educação que vise a construção de novas relações sociais. O aprendizado de organização e de luta pela terra precisa se transformar numa nova mentalidade em relação às possibilidades de organizar a vida no meio rural, superando a própria oposição, que tradicionalmente se tem estabelecido entre o mundo rural e o mundo urbano. Por que cada família ter que sofrer para resolver sozinha os problemas que uma comunidade junta pode resolver com mais facilidade e menos tempo? Trabalho, comercialização, acesso às novas tecnologias, moradia, conquista de escolas, postos de saúde, construção de uma agroindústria, de uma área de lazer. São estas novas questões do dia-a-dia dos assentamentos que vêm criando as diversas formas de cooperação que defendemos. Só que muitas vezes elas esbarram na herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo que ainda carregamos. Por isso a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições da história da organização coletiva do trabalho.

A política é a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens a realizarem sua humanidade, sua natureza (GRAMSCI apud OLIVEIRA, 1996: 20). Segundo Oliveira (1996: 20),

> As possibilidades existentes atuais não são, portanto, meras constatações de fatos históricos e não estão livres de valores. Sua escolha adota uma perspectiva – uma determinada escolha de valores perante a história do homem. Esses valores escolhidos expressam, assim, uma positiva direção da história e fundamentam a possibilidade de sua concretização.

Essa positiva direção da história, a partir de condições de possibilidade, contribui para a produção da Organicidade do Movimento, quando o trabalhador destaca a articulação vital entre as Brigadas, para a existência do Movimento na regional Baixo Sul, como podemos apreender em sua fala:

> Cada um tem uma instância. A minha instância é frente de massa, [...] eu tenho um determinado número de área pra poder tá dando acompanhamento, inclusive quando a deficiência é grande, tá faltando verba. Cada um tem uma responsabilidade de um cargo pra dar conta, porque os cinco dedos da mão são cinco irmãos, mas se um adoecer os outros sentem. Mesmo assim, [...] se eu não fazer meu trabalho na brigada, o da regional sente uma deficiência minha. Aí, os encaminhamentos da minha brigada que eu não mando pra regional já prejudica os outros encaminhamentos das outras brigadas. Como eu te falei, eu vou com uma idéia fixa, mas o outro traz outra idéia, se junta e forma uma idéia melhor, [...] o nome já tem movimento, nós temos que tá movimentando; agora, porém, com integração; se não tiver integração, meu amigo [...][122].

5) Humanização – Desumanização

Por entender que o Latifúndio é terra de trabalho, é terra expropriada, inferimos que cada despejo é uma faceta da expropriação, impulsionando a dialética humanização-desumanização. A constatação na fala do trabalhador deixa evidente tal processo:

> [...] aqui na Marighella nós recebemos dezoito[123], fomos presos, inclusive eu fui um dos que foi preso, massacrado mesmo. Hoje em dia eu sou indignado com isso, você viu naquela hora, ali eu me alterei[124] porque realmente quando eu chego lá naquele Acampamento que eu vejo aquela situação; toda vez que eu chego lá o filho de fulano o carro parou quase em cima; eu tava com um galo de briga lá, a coisa mais linda, o carro pegou jogou pra mais de dez metros de distância. Isso deixa a gente indignado. Os animais tão lá tudo [...], que não têm o que comer e nós lá na terra tem lugar pros nossos bichos, lugar pra gente trabalhar, plantar, colher em paz [...] e vem também a questão das perseguições que nós lá já enfrentou pistoleiro. Ele disse que não tem ninguém dentro da fazenda,

---

[122] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella.
[123] Refere-se a despejos.
[124] Refere-se à sua manifestação exaltada da plenária na Audiência Pública, em 31 de outubro de 2007, Ipiaú-BA.

> mas tem; tão lá como o rapaz da CETA falou [...] eu mesmo fiquei até, como se diz assim, perplexo com a falação de vocês[125]. Estão cometendo um crime, e eu vou falar só rigorosamente, vou falar com delegado, acionar ele pra que puna, [...] é porque eles não abriram espaço pro pessoal da platéia, eu ia perguntar a ele: doutor, agora o senhor imagine, tem umas pessoas que tem nove anos numa fazenda, tão zelando dela, vai viver de quê? Gente que entra na terra, tem que viver da terra; aí porque não aconteceu o processo de desapropriação tem que deixar lá. Por exemplo, se a gente proíbe o dono de colher, a gente não colhe, o que vai acontecer com os frutos? tem perder lá. A gente olhando com a barriga vazia, passando fome, tem que tá lá, olhando pro fruto e deixar apodrecer, porque não pode colher. Que justiça é essa que o senhor pertence?[126]

O aspecto acerca da desumanização na sua relação com o Estado fica manifesto:

> [...] nessa questão [...] que eu citei do ser humano é porque nós somos cidadãos também e temos direitos, temos deveres, mas a questão vai além dessa questão apenas da cidadania, né? Tem essa questão da desumanização, porque lá nós já sofremos vários despejos e [...] eu falo nós porque eu também – praticamente fui acampada lá durante três anos. Agora eu tô em outra atividade, mas a gente se identifica como acampado também de lá, e não tem as condições necessárias de um ser humano sobreviver num local que eles estão, entendeu? não tem água potável e nem [...] uma água decente pra aquelas pessoas que ali estão beberem. você viu ali uns falando que bebem praticamente lama porque a água é muito barrenta, não tem rio perto, então, [...] rede de esgoto, nada, [...] essas coisa básicas pra sobrevivência de um ser humano está faltando lá, [...]. Inclusive água [...] que é crucial na vida do ser humano. Então é uma questão mesmo de [...] sobrevivência, que eles estão passando ali dificuldade pra sobreviver, [...], tem toda essa questão política, toda essa questão burocrática do Estado quando se refere à Reforma Agrária, mas enquanto seres humanos que estão lá sentindo na pele, entendeu? É que, sabe como é, e nada mais indicado de que uma pessoa que passou por lá e que a gente tá lá o tempo todo pra tá falando sobre isso, porque as crianças, aí eu falei das crianças, crianças na beira da pista [...]. As crianças pra estudar, então [...] tudo falta [...]. Estudar como? a criança passa hora de comer, pouca água pra beber, pra nutrir, vai ter condições psicológicas é, pra poder aprender? Psicológica pelo processo que elas estão passando lá[127].
>
> Nós aqui, não só no Acampamento Carlos Marighella, mas nessa região nossa aqui, nós já tamos há mais de dez anos tentando área pra gente assentar algumas famílias. Nessa área Dois Amigos, [...] Carlos Marighella, Acampamento, é mais simbólicas, onde nós ficamos a

[125] Refere-se à fala do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho, em Audiência Pública realizada em 31 de outubro de 2007, na cidade de Ipiaú/BA, acerca do processo de desapropriação da Fazenda Dois Amigos, Acampamento Carlos Marighella.

[126] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, regional Baixo Sul.

[127] Idem.

> princípio seis meses sem despejo. Depois de lá pra cá foi mais de dez despejo e a gente vê assim uma falta de interesse dos órgãos públicos, porque já deveria ter procurado a forma mais fácil pra resolver o problema, mas eles não fizeram, e isso vem acarretando questão de sofrimento [...][128].
>
> A questão de você não ter como se articular pra ganhar um dinheiro, pra comprar alimentação, essas coisas, entendeu? então é difícil, [...] minhas filhas moravam tudo aqui no Acampamento [você tem quantas filhas?[129]], tenho três, morava tudo comigo aqui [...] aí as coisas foram apertando, despejo em cima de despejo, [...] aí a mãe veio buscar, [...] tô sozinho aqui [...][130].
>
> Olhe bem, [...] a nível de Movimento eu cresci muito, compreendeu? mas pessoalmente eu caí um pouco, [...] porque você quando tem uma família e você larga a família, você já perdeu um bocado, [...] às vezes você bota a cabeça no travesseiro e pensa: poxa minhas filhas tão aonde?, poxa, tá lá em Salvador, e aí? [...] então é essa questão, você ganha de um lado e perde do outro, [...] eu só vejo minhas filhas de ano em ano na marcha, tá tudo moçona já; eu não vi o crescimento de minhas filhas. A outra tem cinco anos, tá crescendo e eu não tô vendo o desenvolvimento dela, não sei como é que tá, então a gente perde um pouco nessa parte [...], nessa parte aí eu caí um bocado; caí um bocado que a família faz falta. Eu mesmo tô no Movimento Sem Terra sem parente, sem inerente, vivo aqui sozinho, meus parente é a companherada; é que é os meus parentes, meus irmão tão tudo no mundo, e só vejo de ano em ano, quando eu vou nessa marcha em Salvador, [...]. Então, moralmente, pessoa, própria, eu caí um bocado, caí um bocado, [...][131].

Segundo Duarte (1999), a característica básica da desumanização é o distanciamento do homem do “Ser” humano, da espécie humana. A exploração do homem pelo homem gera essa condição. Nesse entendimento, a desumanização está relacionada à alienação. Duarte (1999: 61) observa que a alienação é antes de mais nada um processo objetivo,

> Um processo onde as relações sociais cerceam ou impedem que a vida dos indivíduos realize as possibilidades de vida humana. Que milhares de pessoas morram de fome atualmente, quando existem as condições materiais para que isso não ocorra, isso é alienação, pois decorre do submetimento dos seres humanos a relações de dominação, isto é, do submetimento dos homens a um produto da própria atividade humana.

---

[128] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador regional do MST, Bahia.
[129] Fala do Pesquisador.
[130] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.
[131] Idem.

Pelo contrário, o MST (2005: 164-165) aponta uma educação com/para valores humanistas e socialistas, e esse aspecto constitui um dos seus princípios filosóficos, a saber:

> A educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. Precisamos nos contrapor a isso cultivando, intencionalmente, com nossos educandos/nossas educandas novos valores; pelo menos aqueles que já conseguimos vislumbrar como necessários a uma nova ordem social. O próprio processo se encarregará de nos mostrar que outros valores, que outras dimensões também deverão ser aos poucos incorporadas.
>
> Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como ser de relações sociais que visem a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos. Alguns destes valores que acreditamos deveriam ser enfatizados nas nossas práticas educativas:
>
> - O sentimento de indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana;
> - O companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos;
> - A busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais;
> - A direção coletiva e a divisão de tarefas;
> - O planejamento;
> - O respeito à autoridade que se constitui através de relações democráticas e de coerência ética;
> - A disciplina no trabalho, no estudo e na militância;
> - A força/dureza necessária à militância política mesclada com a ternura e o respeito nas relações interpessoais;
> - A construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa;
> - A sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente;
> - O exercício permanente da crítica e da autocrítica;
> - A busca de formação em todas as dimensões e de superação dos próprios limites;
> - O espírito de sacrifício diante das tarefas necessárias à causa da transformação e do bem estar do coletivo;
> - A criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas;
> - O cultivo do amor pelas causas do povo, e o sentido internacionalista das lutas sociais;
> - O cultivo do afeto entre as pessoas;

- A capacidade permanente de sonhar e de partilhar o sonho e as ações de realizá-lo.

No entanto, a desumanização por que passam os trabalhadores no Acampamento Carlos Marighela é lastimável! Justamente em um país com uma dimensão tão ampla de terras. A concentração fundiária no Brasil é fato determinante do processo em que vivem os trabalhadores. Os dados acerca da concentração fundiária neste país são alarmantes:

> O Atlas Fundiário do Incra de 1996, com dados referentes ao ano de 1992, denota que as 2,8 maiores propriedades detinham 56,7% da área agricultável do país [...]. Cabe ressaltar que, em 1998, após quatro anos de ação do governo Fernando Henrique Cardoso, levantamento feito pelo próprio Incra indicava que as 2,9% maiores propriedades detinham 57,9% da área agricultável do país, fato que não se alterou muito na atualidade (FERNANDES, 2000: 14).

Diante disso, como vimos anteriormente, os despejos alteram os tempos e espaços de produção da vida no Acampamento. A dinâmica por que passam os trabalhadores do Acampamento nos apresenta aspectos significativos acerca do entendimento dessas relações em âmbito social. O despejo contribui para a alteração da própria dinâmica do Acampamento, impulsiona um movimento de transformação e o evento (despejo) é necessário para que tal dinâmica se desenvolva. No entanto, esse evento, nesse contexto, vem contribuindo para acelerar o processo de transformação das pessoas em "coisas" – *reificação –,* estando este em permanente movimento na sociabilidade capitalista, tanto em níveis mais gerais, quanto em níveis mais particulares e singulares (MÉSZÁROS, 2002).

Apesar de o evento ser uma condição necessária para se falar em espaço-tempo de relações, como algo que não é dado *a priori,* o evento "despejo" produz a desumanização dos trabalhadores no Acampamento, pois, fragmenta esse espaço-tempo de relações, unilateralizando-os a partir de circunstâncias que não são produzidas pelos trabalhadores. Como observa Heller (2004), as circunstâncias não são a totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção, "a 'circunstância' é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento". Assim, ao entendermos o tempo-espaço como relações que se desenvolvem num constante movimento produzido no âmbito de contradições e antagonismos, a partir da própria realidade dos trabalhadores no

Acampamento, a própria dinâmica social presente nesse espaço-tempo se altera, reproduzindo e produzindo um ‘novo” tempo-espaço de relações determinado pela necessidade. A reocupação da área agrária, em que foi realizado o despejo, é a evidência da retomada dessa dinâmica do ponto de vista da Luta pela Terra.

No entanto, tal dinâmica não se apresenta como um novo recomeço, mas sim como uma dialética de rupturas e continuidades no fluxo da prática social de produção e reprodução da vida no Acampamento. Se entendermos esse processo nessa perspectiva, compreenderemos tais relações como essencialmente educativas e, por sua vez, pedagógicas, como podemos perceber na fala dos trabalhadores, quando o pesquisador lhes pergunta sobre a aprendizagem na Luta pela Terra:

> É com a prática do dia-a-dia, meu amigo, com o sofrimento e também com as derrotas e com as vitórias. Agora [...] nós aprendemos mais com as derrotas no nosso caso aqui da Marighella porque vitória mesmo nós não tivemos muita não. Sempre fomos um povo lutador, agora com poucas vitórias; agora derrotas nós já teve muita. Prender companheiro e tal, como eu te falei no começo, é uma derrota que se torna, que tendo que aproveitar alguma coisa dela. Sempre a gente aproveita alguma coisa da derrota. Aí o pessoal aprendeu; tem meninos ali que quando entrou pra ali era como meu menino aqui, hoje em dia tá rapaz, pai de família que se casaram cedo, se juntaram, já se formaram, formaram família, que na hora que a gente falava Val vamos ali ele vai; já enfrentou pistoleiro. Eu tenho dois filhos mesmo [...], meus filhos que eu tenho aqui em Ipiaú eu considero assim perdido a nível de movimento porque eles não puderam ficar lá na Marighella devido esse tempo todo de luta e tal; aí a vó deles, que cria eles, se afastou, veio pra Ipiaú através também dos estudos deles, mas eles não tem mais aquela garra que tinha pelo movimento, mas meu filho pequeno com sete anos tá enfrentando a polícia. Minha filha tudo enfrentava a polícia, porque naquela época a gente ia pro enfrentamento mesmo; não era que, vai ter um despejo, eles avisavam, chamava a gente pra negociar, não; quando falava assim vai ter um despejo, ficava todo mundo apreensivo, todo mundo tenso, mesmo que trabalhasse, mas ficava com aquele medo e tal e quando a gente tava bem... chegava três, quatro ônibus de polícia, já chegava pra arrepiar mesmo, pra gente sair mesmo, e aí a gente ficava nessa tensão toda [...][132].
>
> Aprendi muita coisa importante, porque quando a gente às vezes vive lá fora,a gente não sabe o direito da gente, e quando a gente vive nesse mei, a gente sabe tudo que possa ser o direito da gente. Porque eu não sabia, às vezes eu trabalhava, mas eu não sabia que o direito da mulher tem que ser igual ao direito dos homens, eu não sabia que a gente precisava de ter um estudo melhor para os filhos da gente; então, hoje eu sei, eu me

[132] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, regional Baixo Sul, outubro de 2007.

> preocupo com isso, meus dois filhos agora vai fazer o primeiro ano; então é isso que eu aprendi, porque se eu tivesse lá fora eu não sabia de nada, porque eu não vivia no meio da sociedade, a gente fica mais fora do meio da sociedade, a gente não vive no meio da sociedade, então eu dentro do Movimento eu vivo dentro da sociedade, porque quando eu saio a gente conhece várias pessoa de todos lugares, de todos os Estados do Brasil; cada pessoa que a gente conhecia passava umas palavra boa pra gente[133].

Em hipótese alguma queremos inferir que enfrentar a polícia é humanizar-se, nem mesmo que é pedagógico. O que destacamos nesse processo é a construção de uma identidade de coletivo e de solidariedade, identidade de classe orientada pela necessidade de sobrevivência. É a isso que definimos como continuidade, como tempo-espaço de relações pedagógicas.

No entanto, diante da expropriação do trabalhador, do processo de produção do Trabalho Inútil, identificamos elementos de resistência que contribuem para uma reestruturação do Trabalho Pedagógico, dos seus tempos e espaços, consubstanciando elementos significativos de uma perspectiva de formação humana que extrapola a linear e unilateral formação desenvolvida no âmbito da sociedade capitalista. Podemos observar, na narrativa do trabalhador logo abaixo, a metodologia, o conteúdo, os tempos e espaços de resistência na Luta pela Terra, quando o mesmo relata aspectos acerca da libertação de Acampados, presos pelo Estado (polícia militar) devido à Luta Social:

> E quando chegou o tempo da juíza dar o parecer pra soltar a companheirada, a gente foi direto pro complexo, [...], pegou o povo todo e levou pro complexo, e chegou lá, graças a Deus, conseguimos soltar os companheiros da gente, sem precisar, [...] quer dizer, o intuito nosso era entrar e tirar [...], que não tinha condições, [...] porque ladrão rouba, vai preso, e no outro dia está solto; nós que ocupamos a terra, uma coisa por direito, tá escrito na constituição, [...], então a gente achou isso um pouco absurdo, [...], aí teve o pessoal que tava organizando, que falou assim, a gente tira ou não tira? aí falou assim: se depender de mim já era, pra ter tirado que eles tão aí mas não são ladrões, não, [...], não são ladrões, não, se depender de mim, a gente vai agora tirar, [...], ai nessa pressão, [...], que a gente deu lá, lá, lá na assembléia, como foi que eu te falei que a gente fazia várias assembléias por dia, [...], e aí a gente conseguiu sensibilizar ela, [...], e também a comunidade de Ipiaú, que ajudou muito na época, em alimentação – teve alimentação – em remédio, [...], nessas coisas tudo, na época ajudou muito, a população de Ipiaú[134].

---

[133] Entrevista concedida por acampada do Carlos Marighella, outubro de 2007.
[134] Entrevista concedida pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.

No processo de reprodução da vida é produzido muito conhecimento novo. Tais conhecimentos têm como referência a luta social dos trabalhadores, impulsionados pela necessidade vital da terra. Segundo Marx (2003: 217), “primitivamente, o processo de trabalho ocorria entre o homem e a terra tal como existia sem sua intervenção, e hoje continua a lhe servir de meios de produção coisas diretamente fornecidas pela natureza”. Perante as dificuldades encontradas nessa relação do homem com a natureza – com a terra, ainda na atualidade – algumas famílias desistem no processo material e espiritual de Luta Social, saindo do Acampamento. No entanto, outras ainda continuam resistindo:

> [...] **c**om as famílias, a esperança de muitos já acabaram. Saíram do Acampamento, outros ainda continuam resistindo, mas eu acho que a questão mais positiva disso tudo é que as pessoas tão resistindo e as pessoas que conhecem o movimento sem terra é... é... vê aquela área ali o símbolo de resistência nosso aqui nessa região, e nós tamos ali. Acho que seria importante ressaltar que famílias foram construídas ali dentro, crianças hoje já são pai de família, tão morando ali no Acampamento Carlos Marighella, mesmo com esse despejo, prisão, com tudo isso, mas as pessoas continuam ali e a esperança viva de ter uma assentamento, não só ali no Carlos Marighella, mas na região, porque aquelas pessoas tão ali, também eles saem dali, vão ajudar a outras pessoas conquistar terra em outros lugares, mesmo a terra deles não saindo, mas eles tão ali e ajuda outras pessoas. Eu acho que isso foi conseguir implementar na consciência das pessoas que tão lá, muito conseguimos também criar uma relação muito boa com várias entidades dentro do município aqui e eles começaram, também, a respeitar a questão da luta pela reforma agrária; tudo isso é fruto daquela área ali que é o Carlos Marighella, que é a Fazenda Dois Amigos, que representa tudo isso aqui na nossa região. Então, pra nós tem uma simbologia muito grande e com certeza nós vamos conquistar aquela área ali, e, depois que a gente conquistar, a gente vai ratificar essa questão dessa simbologia que é o assentamento Carlos Marighella[135].

A fala do coordenador destaca, entre outras coisas, a singularidade do Carlos Marighella na região, como já havíamos observado anteriormente, pois, segundo os trabalhadores em geral, esse Acampamento faz parte de suas vidas.

Assim, podemos inferir que a resistência contribui para a reestruturação do Trabalho Pedagógico no Acampamento, reorganizando os tempos e espaços e o trato com o conhecimento, como podemos perceber na fala do trabalhador:

[135] Entrevista concedida ao autor pelo coordenador regional do MST, Bahia.

Olhe, despejo, todos eles são difíceis [...]. Olhe, eu vou relatar um [...], teve um despejo que a gente já estava esperando, [...] o que foi que fizemos? nós fechamos a pista, botamos pedra, pneu, madeira, entendeu? e esperamos o batalhão chegar; quando a gente viu que não ia segurar o batalhão, a gente tocou fogo. Tocamos fogo nos pneu, fechamos tudo, já tinha o pessoal da coordenação pra conversar com o comandante, e foi aquele futuqueiro mesmo, e a gente falou assim: desta vez a gente vai preso [...]. Os policial vieram tudo pra cima, só que eles respeitaram um limite do fogo pra lá e do fogo pra cá – os home respeitaram esse limite –, prendendo até o promotor, quer dizer, prendendo não, ele tava preso, já porque não podia passar pro outro lado, e depois começaram a conversa de negociação e propôs: você vai lá chama a juíza pra juíza vir aqui conversar com a gente e ver a nossa situação. Esse era nosso intuito. Naquela época, a juíza era carrasca, e assim ele fez, só que ele queria passar com o carro dele, – não, com o carro não, com o carro aí vai ficar difícil, pega uma viatura aí e vai. E assim ele fez; ele pegou a viatura entrou com os policiais, foi lá, mas não conseguiu trazer a juíza, mas, quando chegou, já chegou com ordem então pra retirar; aí ele falou assim – vocês vão desobstruir a pista, e a gente vai embora. Assim eles fizeram, pegaram o batalhão, foram embora. A gente fez um cálculo assim por alto, tinha pra mais de cento e vinte policial. A gente desobstruiu a pista, mas quando ele voltou, no outro despejo, já foi truculento, ele já chegou já com tática de guerra, já entrou por lá fechando o Acampamento todo, entrou no Acampamento. E se a pessoa olhasse pra cara de um policial daquele já bafava e já jogava assim em cima do caminhão. Inclusive ele, esse coroa, esse coroa que tava aqui, foi preso, na época, Albérico, entendeu, e nessa época foram vinte e duas pessoas presas, entendeu? só que tinha pessoas de menor no meio, e só ficou acho que dezesseis presa, e foi pra Jequié, e pra Itabuna, e de lá trouxeram pra Ipiaú, e na época a juíza pediu dois mil reais por pessoa pra tirar da cadeia, e a gente não tinha condições, a gente não tinha condições e tivemos que articular, fazer articulação do pessoal, entendeu? das regiões mais perto daqui e justamente pra fazer pressão pra sensibilizar ela pra ela soltar o pessoal; e assim nós fizemos. [e aí vocês fizeram o quê?[136]] A gente articulamos o povo, fizemos um Acampamento na frente da Câmara de Vereadores, aí em Ipiaú. Fizemos esse Acampamento em torno de quinhentas pessoas. Eu não me lembro bem dessa faixa de pessoas. E a equipe de negociação conversando e nós acampados fazendo pressão[137].

É por isso que a gente fala que despejo pra nós [...] não é problema, é solução, que muitas vezes o cara dá despejo na gente pensando que vai acabar com a gente, tá abrindo espaço pra que aconteça o processo de desapropriação. Aqui na Marighella nós recebemos dezoito[138], fomos presos, inclusive eu fui um dos que foi preso, massacrado mesmo; hoje em dia eu sou indignado com isso [...][139].

---

[136] Fala do Pesquisador.
[137] Entrevista concedida pelo coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.
[138] Refere-se ao despejo.
[139] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella.

Enfim, apesar de identificarmos no movimento histórico do Movimento no Acampamento Carlos Marighella o Trabalho como produtor de valores-de-uso, como também, a Formação Político-ideológica em dimensões mais ampliadas, ambos não vêm sendo desenvolvidos de forma sistemática, isso devido aos despejos, como também devido à localização atual do Acampamento. As falas dos trabalhadores são freqüentes com relação à perda da produção no processo de Expropriação; quer dizer, a produção do Trabalho Inútil[140] é inevitável. Isso vem impossibilitando, além dos aspectos citados anteriormente, o desenvolvimento da produção no Acampamento.

Quanto à Formação Político-ideológica, encontramos evidências de processos em desenvolvimento, e, assim, com seus limites, materializam-se apenas no âmbito da prática; mas, por essa prática ter uma dimensão de fins, de *telos,* afirmamos que esta se consubstancia na organização do trabalho no Acampamento, como também na Resistência – ocupação e mobilização, elementos mais presentes no Acampamento, devido ao processo de Luta pela Terra em desenvolvimento.

6) Trabalho de Base

Todo esse processo de organização inicia-se com o Trabalho de Base. Mas o que é esse Trabalho de Base? Como é desenvolvido? Qual o seu conteúdo interno? Todas essas questões serão respondidas passo-a-passo na fala do trabalhador:

> [...] eu vim pra Ipiaú: quando eu cheguei aqui, passado um ano de permanência, eu conheci o MST e aí nós ocupamos uma área. Fomos pra outro lugar e dela não deu certo. Foi quando surgiu o pessoal fazendo trabalho de base em Itagibá. De Itagibá nós viemos pra Marighella[141]
>
> [...] o pessoal já tinha olhado essa área aqui em Ipiaú; aí, no momento oportuno, o coordenador me chamou: “oh, Adailton, tem uma área em Itagibá e tem uma no município de Ipiaú, você quer a qual? mas eu já sei qual você quer ficar”, aí eu falei: “oh, Cláudio, eu sou do município de Ipiaú, então eu quero ficar em Ipiaú”, aí pegou separou as famílias, botou

[140] Trabalharemos este conceito mais adiante com base em Marx (2003).
[141] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella.

> nos carros e disse: “esse aqui é de Ipiaú; esse aqui de Itagiba;” e aí a gente [...] um tanto ocupou Itagibá e um tanto ocupou aqui em Ipiaú.[142]
>
> A função do Setor de Frente de Massa é tá fazendo trabalho de base na periferia da cidade, organizando as famílias pra encaminhar pra terra, pra fazer as ocupações, né? [143]

Segundo Fernandes (2000: 283), “os trabalhos de base são realizados em diferentes lugares e em distintas condições. Acontecem por meio da construção do espaço de socialização política”. Destaca o autor que esse trabalho possui três dimensões, a saber: a comunicativa, construída desde as primeiras reuniões – é o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos –; a interativa, que se realiza antes, durante ou depois da ocupação da terra – o seu sentido está nas trocas de experiências – e a política, geradora de militância que fortalece a organização social. Na narrativa abaixo, acerca do Trabalho de Base, o trabalhador continua sua apresentação sobre como se deram as relações no Acampamento Carlos Marighella e como vêm se dando na região:

> Trabalho de base a gente forma uma equipe [...] uma certa quantidade de pessoa e saímos. Não é um trabalho de política partidária, Saímos batendo de porta em porta e explicando o que é a Reforma Agrária, o que é o movimento MST, o porquê de nós estarmos ali e também aconselhando as pessoas que até mesmo que eles não vão pra terra, mas que eles tomam uma noção do atual sistema político desse país. Não adianta ir lá pra chegá lá e pegar a pessoa e nós temos uma terra e vamos ocupar que eles falam logo que é invadir. Quando a gente fala assim: vamos ocupar uma terra, aí ele fala assim: mas como é que é? Aí a gente tem que começar pelo atual sistema político do Estado, do município, do país, pra poder tentar conscientizar essas pessoas que o caminho certo é a ocupação de terra, é o voltando pra terra, vai ver que o êxodo rural de hoje em dia tá grande, todo mundo só se fala em São Paulo, só fala em capital, mas o foco mesmo é São Paulo, e aí se a gente não tiver junto fazendo esse trabalho, vamos dizer que a comissão da Frente de Massa não consegue resgatar essas famílias pra terra, [...], e não tem quem traga eles pra roça porque o próprio fazendeiro só usufrui da **força de trabalho** da pessoa. Chegou naquela época aí não serve mais pra eles, aí eles joga lá, quando ainda tem um que ainda faz muito, [...] aposenta por pessoa e tem outros que não, pega e paga assim uma mixaria dizendo que fez um acordo e joga as pessoas pra a periferia da cidade e fica lá a morrer e à mercê do sistema atual[144].

Elegemos o trabalho de Base como a determinação mais elementar do processo de Formação Humana do trabalhador do MST no Acampamento Carlos Marighela, pois esse

[142] Idem.
[143] Idem.
[144] Idem.

orienta a luta social em meio a contradições, antagonismos e relações de poder. Identificamos na fala do trabalhador a exposição de conceitos que a própria "academia" não conhece em suas formas fundamentais, como por exemplo o conceito "força de trabalho". Assim, a narrativa do trabalhador deixa evidente a necessidade de retomarmos a discussão acerca da categoria trabalho para entendermos os fundamentos do processo de desumanização do homem pelo homem em nossa sociedade, pois, se assim fizermos, estaremos contribuindo com a luta social mais ampla em defesa de melhores condições de vida para os trabalhadores. O MST é uma possibilidade para o desenvolvimento dessa luta; a resistência, seu conteúdo e forma, construída na Luta pela Terra, pode impulsionar processos mais ampliados de intervenção. O Trabalho de Base em desenvolvimento pelo Movimento pode, também, ser uma das possibilidades. Mas de que forma o Trabalho de Base orienta a luta social?

O Trabalho de Base articula o trato com o conhecimento e os tempos e espaços pedagógicos como relações sociais, orientado por uma concepção de Formação que tem suas práticas aproximadas à perspectiva de Formação Onilateral. Segundo o MST (2005: 163),

> A palavra onilateral vem de Marx, que usava a expressão 'desenvolvimento Onilateral do ser humano', para chamar atenção de que uma *práxis* educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar. Ou seja, uma educação **onilateral** se opõe a uma educação **unilateral,** que se preocupa só com um lado ou dimensão da pessoa humana, ou só com um lado de cada vez; só o intelecto, ou só as habilidades manuais, ou só os aspectos morais, ou só os políticos.

Para o melhor entendimento do trabalho de Base, buscamos reconstruir a lógica do processo de produção de um Acampamento a partir do Acampamento Carlos Marighella. Entendemos, a partir da fala do trabalhador, que o Trabalho de Base começa com a organização das famílias de comunidades circunvizinhas ao Acampamento que será produzido com a posterior ocupação. Nesse processo, que antecede a ocupação, são levados às comunidades conhecimentos acerca da realidade social brasileira e baiana em relação à Questão Agrária, e, especificamente, acerca da concentração de terras na região. Tais informações são orientadas por ideologias que fundam as bases do

Movimento, as quais vêm sendo apresentadas no decorrer deste trabalho, e que se faz necessário retomá-las, a saber:

- Lutar para construir uma sociedade sem exploradores nem explorados;
- Lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda a sociedade;
- Lutar pela garantia de trabalho para todas as pessoas com justa distribuição de renda e das riquezas;
- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- Difundir os valores socialistas nas relações sociais e pessoais;
- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovens e crianças;
- Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo (MST, 2005).

Após a organização e sensibilização dos trabalhadores, dá-se início à organização para a ocupação. É importante destacar que boa parte dos trabalhadores que participam de ocupações, não, necessariamente, são impulsionados pelos ideais do MST, tanto que vários desistem no percurso da ocupação e posterior à esta, quando se deparam com a vida “dura” do trabalhador no Acampamento. Contudo, a possibilidade de sonhar com uma vida mais digna, com a possibilidade de produzir a sua vida por meio do seu Trabalho Útil, leva os trabalhadores ao início do processo educativo desenvolvido pelo Movimento.

A possibilidade de sair dessa condição é a impulsionadora de todo o processo de formação humana. Aqui identificamos elementos que aproximam o Trabalho de Base de uma perspectiva de Formação Onilateral: no Acampamento são desenvolvidas novas formas de convivência, como uma espiral que vai se constituindo a partir do movimento da própria realidade, a partir do movimento do Movimento no Acampamento. Neste são estabelecidas diretrizes, orientações para o desenvolvimento do trabalho, a disciplina, os primeiros princípios da Auto-organização: a participação autônoma, coletiva, ativa e

criativa (PISTRAK, 2003). Pistrak entendia a auto-organização como a constituição de coletivos a partir da necessidade de realizar determinadas ações práticas. Assim, a Organização Coletiva do Trabalho deve se assentar em tais princípios.

a) **Os Objetivos**[145]

Vimos aqui elementos que nos levam a entender a formação atrelada ao Trabalho. O trato com o conhecimento acerca da luta social que emerge da realidade agrária – o conteúdo acerca do processo de Luta pela Terra; o espaço/tempo social onde se desenvolve a produção das suas vidas – consubstanciam a formação do trabalhador. O Trabalho Pedagógico em desenvolvimento é determinante na vida dos trabalhadores do Acampamento.

Identificamos que a formação como *telos* é central, tanto nos documentos do Movimento acerca da educação[146], como na realidade em que se faz a Luta pela Terra. As evidências indicam a articulação da formação humana do trabalhador ao trabalho, à prática, à ação; no entanto, como observa o trabalhador, "não é só a prática, [...], prática, teoria; além da teoria e a prática, colocamos ação, colocamos nossa força de vontade de realizar. Não adianta, você vai lá e faz uma coisa só por fazer. Não fazemos isso, temos objetivo e [...] é sempre o melhor"[147]. Sobre o aprendizado no Movimento, o trabalhador faz a seguinte observação: "eu aprendi muita coisa no movimento, [...] eu lá fora [...] era um cara leigo, eu não conhecia os meus direitos, [...], e aqui é a realidade da vida"[148]. Quer dizer, o trabalhador detecta a necessidade de articular a educação à prática social, aspecto central no âmbito das tendências que vem influenciando a Educação Brasileira na atualidade. Os Movimentos Sociais estão aí para nos ensinar como fazer a educação em uma perspectiva mais ampla, e nós precisamos sistematizar esse conhecimento enquanto coletivo, para transformá-lo em força material.

---

[145] A categoria Objetivo emerge na pesquisa a partir do trabalho de campo. Trata-se dos Objetivos como atividade orientada a um fim. No âmbito do Trabalho Pedagógico os Objetivos podem ser compreendidos como um dos elementos constitutivos do processo de trabalho, assim como os meios e objetos do trabalho (MARX, 2003: 212).
[146] Ver caderno de Educação MST, nº 08.
[147] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, regional Baixo Sul.
[148] Idem.

Na seqüência, o trabalhador, apresentando o conteúdo da Luta pela Terra, ensina-nos como se aprende: "[...] a gente vê aí o Movimento Sem Terra andando, crescendo, do jeito que tá crescendo, e ninguém sabe o porquê dessa luta, e a gente passa a saber o porquê dessa luta. Quantos já morreram no passado pra esse Brasil estar do jeito que está [...]?"[149]. Importante destacar a relação entre Formação e Luta Social, entre conhecimento da realidade e Luta Social. E afirma: "o que que vai fazer pra esse Brasil mudar a conjuntura? a gente tem que dá continuidade nessa luta, pra [...] filhos, netos, bisnetos falar: olhe, meu Pai morreu, mas lutou [...], o Brasil tá do jeito que tá porque teve gente que lutou no passado[150].

As falas acima nos apresentam as formas e alguns conteúdos internos do processo de formação humana do trabalhador. Identificamos a questão dos objetivos como elemento bastante significativo do ponto de vista da formação humana, do próprio desenvolvimento do Trabalho Pedagógico, pois evidencia a dimensão de fins, central no processo pedagógico. Tal dimensão se amplia quando percebemos que esses objetivos são construídos a partir de necessidades vitais.

O conteúdo crítico e com base histórico-social desenvolvido pelo trabalhador acerca da conjuntura política, como também as suas relações com o seu processo de aprendizagem no Movimento e a dimensão material em que sua análise de conjuntura está fundada, evidencia a luta social como a possibilidade para a construção de condições para as gerações futuras. Trata desse conhecimento de forma consistente, baseado no acúmulo de experiências que vem adquirindo no MST.

A evidência de que há um Trabalho Pedagógico em desenvolvimento na dinâmica do Acampamento Carlos Marighella é inegável; como também o fato da identificação da forma e do conteúdo da Luta pela Terra, quer dizer, de como são produzidas as mobilizações políticas dos trabalhadores, de como é realizada a resistência, dos seus tempos e espaços pedagógicos, do trato com o conhecimento, da perspectiva do trabalho

[149] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, regional Baixo Sul.
[150] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Disciplina do Acampamento Carlos Marighella.

como processo de *exteriorização* com uma dimensão de fins. A elaboração da realidade no pensamento é fato bastante significativo nesse processo, para usar um termo do próprio trabalhador do Acampamento: é a ação com objetivo[151].

Importante ressaltar que toda essa dinâmica faz parte de um processo prático, mas não "uma prática pela prática"[152], como afirmou um dos coordenadores do MST no Acampamento Carlos Marighella, mas uma prática orientada a um fim, uma prática com objetivo. Essa fala nos esclarece um dos conteúdos internos do processo de formação do trabalhador: o trabalho é orientado a um fim, há uma dimensão de projeto. Esse conteúdo, quer dizer, o Objetivo, é um aspecto central para o entendimento do processo social em que vivem os trabalhadores, mas, fundamentalmente, nos apresenta a própria forma de desenvolvimento de uma lógica no âmbito da sua formação humana, um processo cognitivo, exclusivamente subjetivo. Esse é o elemento interno orientador do Trabalho Pedagógico no Acampamento Carlos Marighella.

Nesse processo vai se desenvolvendo a "nucleação"[153] das famílias no Acampamento e a formação dos "grupos"[154]. O setor de produção desenvolve a organização do trabalho de forma geral, como também produz as hortas que serão de fundamental importância para garantir a subsistência dos trabalhadores, e dar sustentação aos próximos desafios que estarão por vir. Desenvolve-se o trabalho formativo, no qual está presente a responsabilidade, a autonomia e a solidariedade, que impulsionarão a Luta pela Terra. No sentido de uma possível estruturação desse Trabalho de Base, organizamos o seguinte quadro.

---

[151] Entrevista concedida ao autor pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella.
[152] Idem.
[153] Idem.
[154] Idem.

Quadro 01: Lógica reconstruída do Trabalho de Base coordenado pela Brigada Ojefesson Santos – Regional Baixo Sul da Bahia.

Trabalho Pedagógico: objetivos – trato com o conhecimento – tempo e espaço pedagógico – concepção de formação

TRABALHO DE BASE – Organização das Famílias – Ocupação – Acampamento – Nucleação – Grupos – Produção.

Tais elementos constituem o Trato com o Conhecimento no processo de produção de um Acampamento, os seus tempos e espaços de relações sociais e aproximações com a concepção de Formação Onilateral. Vimos que em relação ao trato com o conhecimento há uma sistemática que é seguida pelos militantes do MST e produzidas outras a partir de necessidades da própria realidade do Acampamento. Os tempos e espaços são construídos a partir de coletivos, de ações coletivas; são tempos e espaços de aprendizagem que possibilitam ao trabalhador a construção de formas de ver e pensar o mundo, algumas ainda não experimentadas pelos mesmos, como podemos observar:

> Praticamente nós [...] estamos parado; agora se você chegar lá hoje, acompanhado, eu vim aqui que eu preciso de dez companheiros pra ir ajudar o pessoal lá de Jitaúna, uma questão lá que vai ter um despejo e tal pra ajudar o povo, encaminhar o povo pra se deslocar dentro da área até tal ponto pra fazer barraco, essas coisas, o pessoal já tem uma prática, meu amigo, [...] o pessoal se dispõe na hora, entendeu? Isso que é a nossa prática, teoricamente dizendo tá parado, mas se você chegar lá e solicitar ajuda todo mundo se dispõe, aí é um trabalho que já vem sendo feito [...] dia após dia, e quando a gente tá dentro da área, melhora, porque a gente pára, a gente faz estudo, palestra, a gente ouve o povo, porque não adianta a gente chegar lá e querer colocar na cabeça das pessoas que tem que ser assim, o tempo todo, e não ouvir eles, porque a gente aprende muito com o povo. Muitas vezes você tá com uma idéia aqui fixa, tem que ser assim, quando você chega lá uma pessoa te dá um

> conselho, uma idéia tão maravilhosa que você rejeita a sua [...], você vai refazer sua idéia e sai bem melhor[155].

As reflexões acerca da Linguagem são emergentes na atualidade, pois aparecem como determinantes nos processos sociais em que vivemos. A fala anterior do trabalhador apresenta a linguagem como aspecto interno da luta social na Luta pela Terra. É possível identificar relações de comunicação/dialógicas, tendo como referência a necessidade de sobrevivência, quer dizer, um conteúdo que altera as relações sociais no próprio Acampamento. Os debates na área Trabalho, Educação e Formação Humana ganharam novo ânimo com a defesa do professor Nosella (2007)[156] acerca da linguagem como reveladora de relações essenciais da vida humana, negando a possibilidade de haver uma categoria estruturante, como afirma:

> Defende-se a tese de que a linguagem humana é sempre expressão histórica reveladora de intencionalidades e interesses práticos e, portanto, instrumento essencial para a conquista da hegemonia. Nesse sentido, "formação politécnica" expressou uma posição teórica historicamente ultrapassada. [...] o texto esclarece que a proposta marxista para a formação dos trabalhadores se encontra contida no conjunto da fórmula marxiana de "instrução intelectual, física e tecnológica". Essa fórmula não permite eleger um ou outro elemento como sua categoria estruturante (NOSELLA, 2007: 180).

A partir dos elementos identificados na realidade do Acampamento Carlos Marighella, não teríamos condições de afirmar ou negar a possibilidade de uma categoria ser ou não estruturante do processo social, e não é esse o nosso objetivo; no entanto, podemos constatar que, na dinâmica interna do Trabalho Pedagógico desenvolvido no Acampamento, a linguagem aparece aos nossos sentidos como uma forma de objetivação do gênero humano, sendo necessária a sua apropriação para a continuidade do processo social de Luta pela Terra; não diria a categoria determinante, porém necessária no âmbito da dinâmica em que vem sendo produzida as relações na sociedade "contemporânea", e emergente do ponto de vista da técnica em suas facetas mais desenvolvidas. Na fala do trabalhador fica evidente o papel que a linguagem exerce no contexto da luta:

---

[155] Idem.

[156] Primeiramente o trabalho foi exposto numa Conferência realizada no I Encontro Internacional de Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores, em 2006, e depois em periódico especializado da área da Educação.

> Não, são vários, [...]. Tem a Frente de Massa, tem articulador político, o principal, articulador político, [...]. Aí arruma aquela equipe de cinco, de seis, de dez. Depende da quantidade de pessoas que tiver, é pegar aquelas pessoas mais capacitadas pra conversar, negociar [...], se eu não me engano, a gente passou na faixa de uns dez dias na frente da Câmara acampados [...].

b. **Escola**

A Escola do Acampamento é bastante significativa para a nossa análise, pois identificamos, para além das relações materiais, elementos imateriais, tais como a simbologia que perpassa os espíritos[157] dos trabalhadores. A dimensão simbólica em relação à Escola é regularmente identificada em suas falas. Abaixo apresentamos algumas fotografias da Escola do Acampamento e de seu desenvolvimento em ordem decrescente de tempo-espaço:

Figura 07: Escola do Acampamento Carlos Marighella, outubro/2007.

Foto: Antonio Leonan Alves Ferreira.

[157] Refiro-me a espírito no sentido de subjetividade.

Figura 08: Escola do Acampamento Carlos Marighella quando da reocupação da Fazenda Dois Amigos, sede, 2005.

Foto: Arquivo coletivo do Acampamento Carlos Marighella.

Figura 09: Escola do Acampamento Carlos Marighella quando da reocupação da Fazenda Dois Amigos, sede, 2005.

Foto: Arquivo coletivo do Acampamento Carlos Marighella.

Figura 10: Escola do Acampamento Carlos Marighella à beira da rodovia Ipiaú/BA x Ibirataia/BA, 2004.

Foto: Antonio Leonan Alves Ferreira.

As fotografias nos revelam as relações de tempo e espaço no âmbito da Escola do Acampamento. A Escola passa por alterações significativas no Acampamento Carlos Marighella, pois a mesma acompanha o Movimento no movimento na Luta pela Terra. A Educação Escolar emerge como espaço e tempo bastante significativo para os trabalhadores. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, a Escola é produto material dos trabalhadores, e assim faz parte da dimensão de formação humana dos mesmos. São construídas simbologias acerca da escola e de sua função socialmente útil. Nesse espaço e tempo, mesmo com as dificuldades constantes do Acampamento, os trabalhadores se inserem no mundo da escrita, das primeiras letras, formas de expressão de seus sonhos.

Segundo Cordeiro (2007), cerca de 15 acampados do Carlos Marighella se declaram analfabetos, mas estão em processo de alfabetização; no entanto, já possuem um acúmulo de experiências que se expandem ao se vincular às do MST. Alguns elementos acerca do conteúdo do Trabalho Pedagógico expresso na forma Escola do MST ficam indicados no diálogo:

> uma grande vitória que nós temos aqui é que desde o segundo mês foi segundo mês de estadia na terra. Nós começamos implantar uma escola e você viu lá[158].
>
> Mesmo naquele Acampamento na beira da pista; mas tem escola. Essa vitória ninguém nunca conseguiu tirar da gente debaixo de repressão, porrada, arma, tiro[159].
>
> Mesmo quando a gente sai, a escola a gente carrega. A gente montou uma escola com uma estrutura maravilhosa, linda, de madeira, e eles foram lá e não conseguiram rancar a escola; serraram de moto-serra, tiraram o telhado, arrancaram, mas a gente levou ela no nosso coração, na nossa mente e ela tá viva até hoje, porque, quando a gente retornar, nós vamos já, é, já vai ter o prédio que é o espaço físico lá e tal, a estrutura, mas na nossa mente a gente vai montar a mesma estrutura, a mesma escola, o mesmo esquema, o mesmo ensino e tal e aí eles não consegue tirar isso da gente e no máximo que eles fique ali tentando enganar o povo[160]. Mas a gente tá com um sentimento de vitória firme,

[158] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella, outubro de 2007, Ipiaú-BA.
[159] Idem.
[160] Refere-se à Audiência Pública de 31 de outubro de 2007.

> que não abre cada dia, que o sonho nosso não morre, pelo contrário, a chama da liberdade tá acessa[161].

Entendemos a Escola do MST, neste trabalho, como mais uma forma de Reprodução Social dos trabalhadores; no entanto, não tivemos a intenção de analisá-la, pois o objetivo foi evidenciar a formação na prática social do trabalhador, fora do espaço/tempo da escola.

[161] Entrevista concedida pelo Coordenador do Setor de Frente de Massa da Brigada Ojefesson Santos, da qual faz parte o Acampamento Carlos Marighella.

4. Considerações Finais

Esta pesquisa investigou em que medida as formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella (MST) vêm consubstanciando a perspectiva de Formação Onilateral – defendida pelo MST em seus cadernos de Educação. Para responder tal questionamento de tamanha complexidade, faz-se necessário uma observação: é impossível a Formação Onilateral se desenvolver plenamente na sociedade capitalista. Assim, a compreensão do real na particularidade do Acampamento Carlos Marighella nos mostra limites, mas também possibilidades.

A análise dos dados mostra que as formas de Reprodução Social dos trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella ao mesmo tempo em que consubstanciam a perspectiva de Formação Onilateral, a nega. Consubstanciam a Formação Onilateral na medida em que as formas de Reprodução dos trabalhadores do Acampamento negam a unilateralidade presente nas relações sociais capitalistas, afirmando o Trabalho Útil, a Organização Coletiva do Trabalho: Disciplina, Auto-organização, Organicidade, Preservação do Meio Ambiente, a Ocupação de latifúndios improdutivos, a resistência no contexto da expropriação, a humanização. O Trabalho de Base: Objetivos, a linguagem, a Escola no movimento do Acampamento, a identidade de coletivo. O trato com o conhecimento e o tempo e espaço pedagógico nessas relações são ressignificados na medida em que possibilitam uma aprendizagem atrelada à vida produtiva dos trabalhadores.

Por outro lado, negam a perspectiva de Formação Onilateral na medida em que, no âmbito dessas relações, é produzido o Trabalho Inútil, a expropriação (despejo) e violência, as relações de cumplicidade entre Estado/Capital (Latifundiário) e a desumanização a partir das condições objetivas de vida no Acampamento. Tais aspectos desorganizam o trato com o conhecimento, seus tempos e espaços pedagógicos, pois, ao ter suas formas de produção e reprodução da vida destruídas, incapacitando o trabalho para a transformação de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais, impossibilitando o intercâmbio com a natureza, avançam no processo de desumanização,

fato que impede com que tais práticas consubstanciem a perspectiva de Formação Onilateral defendida pelo MST, inviabilizando-criando as condições para a mesma se desenvolver.

Em nossa análise buscamos identificar as formas de Reprodução Social da vida dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella no sentido de analisá-las a partir da categoria Trabalho Pedagógico. No entanto, à medida que foi se desenvolvendo a análise, passamos a identificar as formas de Reprodução Social como categorias da realidade em estudo, entendendo-as como "graus de desenvolvimento do conhecimento e da prática social" (CHEPTULIN, 1982).

A Ocupação caracteriza-se como tempo e espaço de uma processualidade do Trabalho Pedagógico, na medida em que o movimento de produção da realidade faz-se a partir de seu próprio movimento; quer dizer, o reconhecimento do espaço e a sua inserção no tempo como produtos da Luta pela Terra gera uma percepção diferenciada em termos de formação humana nos trabalhadores. A noção de que a ampliação de mais um Acampamento significa avanço da Luta pela Terra na Região, a sua inserção na produção, na comercialização dos produtos possibilita a projeção, a inserção na luta, a produção de valores e sua revalorização. Com esse processo, os conteúdos são construídos a partir das relações de produção da sua própria vida, da sua própria existência, pois é no referido processo que eles se apropriam do conteúdo Luta, Política, Direito, Latifúndio, Desigualdade Social. A forma é a ação prática na realidade estrategicamente elaborada pelo Movimento: a organização dos barracos, a organização dos setores, dos grupos, o desenvolvimento da produção. A inter-relação entre o conteúdo e a forma cria a possibilidade material e imaterial do vir a ser de cada trabalhador, do seu devir.

As relações entre Estado/Capital-Trabalho – em meio à tentativa do primeiro em regularizar a questão fundiária na região – cria uma certa tensão entre esses. No entanto, como as leis relativas à questão fundiária foram produzidas para atender aos interesses do capital, tal processo de regularização não cria os instrumentos necessários ao desenvolvimento de Assentamentos na região, em especial o Acampamento Carlos

Marighella. Assim, as relações entre Estado/Capital-Trabalho caracterizam-se, explicitamente, como tensões de classe, pois defendem interesses antagônicos: o primeiro, a propriedade privada da terra, e o segundo, a propriedade coletiva da terra.

No que se refere aos trabalhadores do Acampamento, a consciência de classe não se caracteriza pela compreensão e assunção do processo histórico que produziu tais relações, quer dizer, pela clareza das condições materiais de produção da sua existência em sociedade. A compreensão dos interesses antagônicos acerca da concentração de terras, da pobreza no campo, da expropriação do trabalhador cria uma identidade enquanto classe entre os trabalhadores, impulsionando processos mais ampliados de luta social. Com isso, não queremos dizer que a experiência cotidiana é a responsável pela produção dessa identidade, pois, como foi observado no decorrer da análise, há uma organização em termos de processo educativo, de forma e conteúdo, tempos e espaços pedagógicos em desenvolvimento no Acampamento.

A expropriação desorganiza todo o trabalho pedagógico em desenvolvimento no Acampamento, alterando os tempos e espaços de relações sociais e pedagógicas: desarticula os núcleos, os grupos, o trabalho político formativo, contribuindo para a desestruturação do trabalho orientado em desenvolvimento. O conteúdo que emerge dessas relações caracterizam-se pela sua potencialidade desumanizadora, pois a expropriação vai desconstruindo o processo educativo em desenvolvimento no Acampamento. Trata-se da alienação em desenvolvimento no processo de apropriação e objetivação do trabalhador em suas relações sociais. A forma em que se dão tais relações está ligada ao processo histórico de violência com o homem do campo.

Em oposição a essa compreensão, são evidenciados elementos de superação – a resistência. Esta visa articular os conteúdos, os tempos e espaços a partir da própria metodologia (forma) desenvolvida pelo próprio Movimento em um processo de reconstrução e de reelaboração da realidade no pensamento para sua posterior objetivação. É a retomada do movimento de apropriação e objetivação como dimensões humano-genéricas. Tal processo é consubstanciado pelo acúmulo de experiências que os

trabalhadores foram construindo na Luta pela Terra. O conteúdo produzido na resistência impulsiona a retomada da luta social dos trabalhadores.

O movimento do Movimento num tempo e espaço histórico, atrelado às experiências anteriores, impulsiona a concretização das novas experiências e criam possibilidades para o desenvolvimento de outras. O espaço é ressignificado constituindo-se como uma outra processualidade em desenvolvimento no movimento de Luta pela Terra. A produção sócio-espacial se caracteriza pela ampliação dos Assentamentos e Acampamentos na região, tendo a ocupação como determinante desse processo.

A produção do Trabalho Inútil no Acampamento aparece como fato determinante da sua formação e desenvolvimento. A medida em que se vai desenvolvendo a expropriação em seu processo histórico de formação vai-se produzindo o Trabalho Inútil. Tal perspectiva de trabalho inviabiliza a produção de conhecimento e a conseqüente formação humana dos trabalhadores na medida em que estes são impedidos de estabelecer o intercâmbio com a natureza para a produção de valores-de-uso. Tal forma de desenvolvimento acelera o processo de desumanização no contexto da Luta pela Terra.

No entanto, a produção do Trabalho Útil contribui para a retomada desse intercâmbio interferindo diretamente na reestruturação do processo de apropriação e objetivação, contribuindo na formação humano-genérica do trabalhador. Quer dizer, há um movimento de continuidade no processo de transformação de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos, caracterizando-se como elementos superadores de contradições do ponto de vista da Formação Onilateral. O conteúdo, a forma, os espaços e tempos perpassam toda a dinâmica do processo de trabalho, tanto do ponto de vista da inutilidade como da utilidade, humanizando o trabalhador ou desumanizando-o.

O destaque acerca do processo de Organização do Trabalho no Acampamento é algo essencial para o desenvolvimento da formação dos trabalhadores. A Organização do Trabalho no Acampamento, a Auto-organização dos Trabalhadores, a Disciplina, articulada a uma dimensão ética mais ampla, a ética da necessidade de sobrevivência, a ética que almeja um fim, que, de forma imediata, aparece como individual, no entanto,

quando adentramos à realidade, percebemos que há um processo de produção de uma ética coletiva, solidária. Essa ética é produzida na própria *práxis* dos trabalhadores, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente articulada à Organicidade e ao Trabalho de Base.

A inevitabilidade da produção do Trabalho Útil, como também a produção associada, num tempo e espaço atrelado à terra, ao trabalho, à produção de sua vida, produz elementos que contribuem para a formação humana do trabalhador. O indivíduo é inserido num âmbito de relações onde há uma estrutura axiológica que impulsiona a tomada de posição.

O Trabalho de Base articula o trato com o conhecimento e os tempos e espaços pedagógicos como relações sociais, orientado por uma concepção de Formação que tem suas práticas aproximadas à perspectiva de Formação Onilateral, a saber: no Acampamento são desenvolvidas novas formas de convivência, como uma espiral, que vai se constituindo a partir do movimento da própria realidade, a partir do movimento do Movimento no Acampamento. Neste são estabelecidas diretrizes, orientações para o desenvolvimento do trabalho, da disciplina, os primeiros princípios da Auto-organização, a participação autônoma – auto-determinação, coletiva, ativa e criativa.

Diante desse contexto, duas ordens de possibilidades são necessárias para pensar a aproximação das formas de Reprodução Social dos trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella à perspectiva de Formação Onilateral: as possibilidades reais e as possibilidades formais (CHEPTULIN, 1982).

As possibilidades reais identificadas com a pesquisa são: a construção do Assentamento Carlos Marighella com a manutenção da luta social; a estruturação do trabalho pedagógico na Escola a partir do processo histórico de formação e desenvolvimento do próprio Acampamento, tendo o trabalho como determinante na vida dos trabalhadores; o desenvolvimento em escala mais ampliada do Trabalho Produtivo associado – pois não podemos esquecer que os trabalhadores vivem numa sociedade capitalista –, levando à ampliação das relações não capitalistas de produção; a manutenção do Trabalho de Base

e sua estruturação; a alfabetização dos trabalhadores para a apropriação de instrumentos do conhecimento necessários à luta social e ao desenvolvimento social/humano.

A possibilidade formal que identificamos no movimento do próprio Acampamento, na sua relação com as reflexões teóricas, é a necessária relação entre Ciência e Trabalho/Produção, aspectos centrais para a construção do Projeto Histórico defendido pelo MST – o projeto Socialista. Tal possibilidade nos impulsiona a novos caminhos investigativos acerca da educação em Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do MST na Bahia, pois a nossa hipótese é que a articulação entre Ciência e Produção/Trabalho pode levar o Movimento a patamares superiores em termos de conteúdo e forma, de tempos e espaços pedagógicos e, conseqüentemente, de concepção de formação humana, potencializando a luta social expressa na forma de Luta pela Terra do MST, impulsionando novas formas mais amplas de relações entre Estado e Desenvolvimento Social/Humano. Os nexos entre Ciência e Trabalho/Produção, Estado e Desenvolvimento Social/Humano podem nos levar à compreensão dos determinantes mais gerais e singulares acerca dos limites e das possibilidades da luta social em seu movimento de rupturas e continuidades. Tais relações abrem possibilidades para o aprofundamento em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clóves dos Santos. *O judiciário e os conflitos fundiários no Brasil*. Brasília: UnB, 2005. (Dissertação de Mestrado).

ARROYO, Miguel. "Educação, Trabalho e Teoria Pedagógica". IN: FRIGOTTO, G. (org). Educação e Crise do Trabalho – Perspectivas de Final de Século. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. "Revendo os vínculos entre trabalho e educação – elementos materiais da formação humana". IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org). Trabalho, Educação e Prática social. ARTMED: SP, 1999.

_____. O "Direito do Trabalhador à Educação". In: GOMEZ, C. M. et al. Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. "Educação, Crise do trabalho assalariado e desenvolvimento: teorias em conflito". IN: FRIGOTTO, G. (org). Educação e Crise do Trabalho – Perspectivas de Final de Século. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem Terra aprende e ensina: um estudo sobre as práticas formativas e educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - 1979 -1998.* Campinas, SP: UNICAMP, 1998. (Dissertação de Mestrado).

CALDART, R. S. *Educação em Movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *A Pedagogia da Luta pela Terra: o movimento social como princípio educativo.* Porto Alegre: 23ª Reunião Anual da ANPED, 2000.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*.São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CORDEIRO, Tarcízio. *Vozes do campo: a experiência dos sem-terra no Acampamento Carlos Marighella em Ipiaú (Bahia).* Santo Antônio de Jesus, Bahia: UNEB, 2007. (Dissertação de Mestrado).

COUTINHO, Carlos Nélson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DUARTE, Newton. *A individualidade Para-si – Por uma teoria histórico-social da formação do indivíduo.* Campinas, SP: UNICAMP, 1993. (Tese de Doutorado).

_____. *A individualidade Para-si – Por uma teoria histórico-social da formação do indivíduo.* RJ: Autores Associados, 1999.

FERNANDES, B. Mançano. *Formação do MST no Brasil*. Ed:Vozes, 2000.

FERREIRA, Antonio Leonan Alves. “A institucionalização das Lutas e Movimentos sociais e/ou Terceiro Setor em Questão”. Anais do I Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores. Fortaleza, CE: 2005.

_____. “Prática Social Formação Humana nos Movimentos sociais num contexto de ‘certeza das incertezas’”. Anais do I Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores. Fortaleza, CE: 2005.

_____. A Dialética Formação Onilateral/Reprodução Social dos Trabalhadores do MST no Acampamento Carlos Marighella (Ipiaú/BA) – 1999-2006. Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, AL: 2007.

FREITAS, Luiz Calos de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Uma pós-modernidade de libertação – reconstruindo esperanças.* Autores associados, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Capitalismo Real*. 5ª edição - São Paulo: Cortez, 2003.

GARCIA, Fátima Morais. *Formação Omnilateral e os Desafios da Escola do MST em Acampamentos e Assentamentos no Sudoeste da Bahia, Jequié*. Jequié: UESB, 2004, 3 p. (Relatório Técnico de Pesquisa).

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e novos atores sociais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A luta pela Terra***.** Petrópolis: Vozes, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Ed: 5ª - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acássia. “Desafios Teórico-metodológicos da relação trabalho e educação e o papel social da escola”. IN: FRIGOTTO, G. (org). Educação e Crise do Trabalho – Perspectivas de Final de Século. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEHER, Roberto. “Movimentos sociais, Democracia e Educação”. IN: SEMERARO, Giovani (orgs.).Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

LESSA, Sérgio. *Ontologia de Lukács***.** 2ª edição. Maceió: Alagoas: Edufal, 1997.

_____. *Mundo dos Homens – Trabalho e ser social*. Campinas, SP: Boitempo, 2002.

_____. *Crítica ao Praticismo “Revolucionário*”. s/l: s/e, 2005 (mimeo).

_____. *Lukács: Ética e Política*. Chapecó: Argos, 2007.

MACHADO, Ilma Ferreira. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. Campinas, SP: Unicamp 2003. (Tese de doutorado).

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. 3a Edição. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Ed.vozes, 1995.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Editora da UNICAMP-Boitempo editorial, 2002.

KONDER, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Práxis*. SP: 1992.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Abril cultural, 1978.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital.* Livro I, Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1985.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital.* Livro I, Volume II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. SP: Martin Claret, 2003a.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital.* Livro I, Volume I, Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital*. Livro I, Volume II, Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003c.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política – o processo de produção do capital.* Livro III, Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003d.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política - O Processo Global de Produção Capitalista.* Livro III, Volume VI, Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Martin Claret: SP, 2002.

_____. *A Ideologia Alemã*. Disponível em http://www.jahr.org. Acessado em: 10 de maio 2004.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª ed. São Paulo, Hucitec, Rio de Janeiro, Abrasco, 1999.

MONTAÑO, Carlos. “Das ‘lógicas do Estado’ às ‘lógicas da Sociedade Civil’: Estado e ‘terceiro setor’ em questão”. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XX, N. 59, Março.

NOSELLA, Paolo. “Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica”. Rev. Bras. Educ. [online]. 2007, vol. 12, nº. 34 [citado 2008-04-09], pp. 137-151. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.

OLIVEIRA, Betty. *O trabalho educativo: Reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento educacional brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção polêmica do nosso tempo).

PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. SP: Expressão Popular, 2003.

Rev. Nós e Vós. “Terra, terra, por mais distante o errante navegante, quem jamais te esqueceria”. – pela prática da liberdade. Ano I, N° 01 – 2° semestre/2002.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. SP: autores Associados, 1991.

SEMERARO, Giovani (orgs.).*Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

SERPA, Felipe Perret. *Diálogos: Tempo e História.* Salvador: Rascunho digital da Universidade Federal da Bahia, sem data.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22 ed. São Paulo:Cortez, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Trabalho, Educação e Prática social*. ARTMED: SP, 1999.

TOSTA, Suzane Souza et all. *Reforma Agrária na Região Sudoeste da Bahia: Organização, Desenvolvimento, Gestão e Qualidade de Vida nas Áreas de Assentamentos.* Digitado, 2000.

DOCUMENTOS:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Princípios da Educação no MST* **-** Cadernos de Educação nº 08. ANCA, São Paulo, 1996.

_____. *O que queremos com as escolas dos assentamentos*. Caderno de Formação nº. 18. São Paulo, MST, 1999.

_____. *Nossos Valores - Pra Soletrar a Liberdade*. no. 01. ANCA, São Paulo, 2000.

_____. *Como fazemos a escola de educação fundamental*. Caderno de Educação nº. 09. 2ª Ed.

_____. *Dossiê MST Escola – documentos e estudos 1990 – 2001***.** Cadernos de Educação n° 13, 2° edição, 2005.

OFÍCIO/INCRA/GAB/BA/Nº 4596/2006. Assunto: *Criação de projeto de Reforma Agrária.* Salvador, 17 de outubro de 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – DAPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS. *Ata de reunião realizada em Ipiaú*, Estado da Bahia, na Câmara dos Vereadores, no dia 31 de outubro de 2007.

_____. *Ata de reunião realizada em Salvador*, Estado da Bahia, na sede do INCRA, no dia 20 de junho de 2006.

_____. Ata *de reunião realizada em Ipiaú*, Estado da Bahia, no Fórum da Comarca de Ipiaú, no dia 19 de junho de 2007.

APÊNDICE 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA 01: ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES DO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA

ENTREVISTA: (semi-estruturada)
OBJETIVO: Produzir uma visão histórica, mais específica, do Acampamento Carlos Marighella, destacando o seu processo de construção e sua realidade atual.
PÚBLICO-ALVO: Trabalhadores do Acampamento Carlos Marighella, especialmente aqueles que estão desde a primeira ocupação.

QUESTÕES:
Tema: Luta pela Terra
Título: Formação e Desenvolvimento do Acampamento Carlos Marighela

1. RESISTÊNCIA

OCUPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO:

1. Fale sobre a luta pela terra no Acampamento Carlos Marighella, desde a sua primeira ocupação (extrair a forma – como se deu a ocupação; e o conteúdo – o que os trabalhadores aprenderam):
    a. Como se deu a luta?
    b. Vocês aprenderam alguma coisa? O que vocês aprenderam?
2. Fale sobre o processo anterior à ocupação?
3. Como se deu a organização do Acampamento, após a ocupação?
4. Como se deu a organização do trabalho no Acampamento, após a ocupação?
5. Quais instrumentos de trabalho vocês utilizavam?
6. Qual a matéria-prima (semestres, adubos, etc) vocês utilizavam?
7. O que vocês produziam no Acampamento?
8. Como vocês organizavam o espaço de trabalho? Cada um tinha uma responsabilidade?
9. E como vocês organizavam o tempo de trabalho? Era dividido? Cada qual tinha o seu tempo individual? Ou o tempo era coletivo?
10. Vocês receberam algum curso, qualificação, para o desenvolvimento do trabalho?
11. Como você vê a sua participação no Acampamento Carlos Marighella?

EXPROPRIAÇÃO:

1. Conte-me como foram os despejos, desde o início?
2. Houve resistência de vocês?
3. Quais as formas de resistência?
4. Houve mobilizações, manifestações? Como eram organizadas essas manifestações e/ou mobilizações? Descreva uma mobilização?

FORMAÇÃO POLÍTICA:

1. Houve formação política?
2. Como era realizada?
3. O que vocês aprenderam?
4. O que era discutido na formação?

APÊNDICE 02

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02: ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO ACAMPAMENTO CARLOS MARIGHELLA

Entrevista: (semi-estruturada)
Objetivo: Produzir uma visão histórica, mais específica, do Acampamento Carlos Marighella, destacando o seu processo de construção e sua realidade atual.
PUBLICO-ALVO: Coordenação do Acampamento Carlos Marighella

QUESTÕES:

Tema: Luta pela Terra
Título: Formação e Desenvolvimento do Acampamento Carlos Marighella

1. RESISTÊNCIA

OCUPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO:

1. Fale sobre a luta pela terra no Acampamento Carlos Marighella, desde a sua primeira ocupação (extrair a forma – como se deu a ocupação) – e o conteúdo - o que os trabalhadores aprenderam:
    a. Como se deu a luta?
    b. Vocês aprenderam alguma coisa? O que vocês aprenderam?
2. Fale sobre o processo anterior à ocupação?
3. Como se deu a organização do Acampamento, após a ocupação?
4. Como se deu a organização do trabalho no Acampamento, após a ocupação?
5. Quais instrumentos de trabalho vocês utilizavam?
6. Qual a matéria-prima (semestres, adubos, etc) vocês utilizavam?
7. O que vocês produziam no Acampamento?
8. Como vocês organizavam o espaço de trabalho? Cada um tinha uma responsabilidade?
9. E como vocês organizavam o tempo de trabalho? Era dividido? Cada qual tinha o seu tempo individual? Ou o tempo era coletivo?
10. Vocês receberam algum curso, qualificação, para o desenvolvimento do trabalho?
11. Como você vê a sua participação no Acampamento Carlos Marighella?

EXPROPRIAÇÃO:

1. Conte-me como foram os despejos, desde o início?
2. Houve resistência de vocês?
3. Quais as formas de resistência?
4. Houve mobilizações, manifestações? Como eram organizadas essas manifestações e/ou mobilizações? Descreva uma mobilização?

FORMAÇÃO POLÍTICA:

1. Houve formação política?
2. Como era realizada?
3. O que vocês aprenderam?
4. O que era discutido na formação?

APÊNDICE 03

<u>ROTEIRO DE ENTREVISTA 03:</u> ROTEIRO ESPECÍFICO PARA ENTREVISTA COM OS SETORES

ENTREVISTA: (semi-estruturada)
OBJETIVO: Produzir uma visão histórica do desenvolvimento dos setores no Acampamento Carlos Marighella e sua realidade atual.
PÚBLICO ALVO: Coordenação dos Setores no Acampamento Carlos Marighella

QUESTÕES:

Tema: Luta pela Terra
Título: Formação e Desenvolvimento do Acampamento Carlos Marighella - Setores

- **SETOR DE FRENTE DE MASSA**

  <u>Resistência: ocupação e mobilização</u>

  1. Como foi a organização para a ocupação e formação do Acampamento Carlos Marighella?
  2. Como se deu a organização para a ocupação da terra?
  3. Como se dá o desenvolvimento do Acampamento posterior à ocupação da terra? Vocês aprenderam alguma coisa na ocupação?
  4. O que vocês aprenderam na ocupação?
  5. Como está a situação do setor hoje no Acampamento?
  6. E a situação atual do Acampamento?
  7. Vocês acham que conquistaram alguma coisa durante todo esse tempo? O quê?

- **SETOR DE PRODUÇÃO**

  <u>Processo de trabalho:</u>

  1. Como se deu a organização do trabalho no Acampamento, após a ocupação?
  2. Quais instrumentos de trabalho vocês utilizavam?
  3. Qual a matéria-prima (semestres, adubos, etc) vocês utilizavam?
  4. O que vocês produziam no Acampamento?
  5. Como vocês organizavam o espaço de trabalho? Cada um tinha uma responsabilidade?
  6. E como vocês organizavam o tempo de trabalho? Era dividido? Cada qual tinha o seu tempo individual? Ou o tempo era coletivo?
  7. Vocês receberam algum curso, qualificação, para o desenvolvimento do trabalho?

- **SETOR DE FORMAÇÃO**

  <u>Trabalho Político Formativo:</u>

  1. Houve formação política?
  2. Como era realizada?
  3. O que vocês aprenderam?
  4. O que era discutido na formação?

APÊNDICE 04

ROTEIRO DE ENTREVISTA 04: ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS COORDENADORES E DIRETORES DO MST NA REGIONAL BAIXO SUL

ENTREVISTA: (semi-estruturada)
OBJETIVO: produzir uma visão histórica, mais geral, acerca do Acampamento Carlos Marighella, destacando o seu processo de construção e sua realidade atual.
PÚBLICO-ALVO: coordenação e direção da Regional Baixo Sul do MST

QUESTÕES:

Tema: Luta pela Terra
Título: Formação e Desenvolvimento do Acampamento Carlos Marighella – Aspectos históricos e realidade atual

1. Como se deu a escolha da Fazenda Dois Amigos?
2. Como se deu a ocupação da fazenda?
3. Fale um pouco sobre a história da luta do Marighella?
4. Como vocês analisam a situação do Acampamento Carlos Marighella durante esses oito anos de luta?
5. Façam uma comparação entre os primeiros momentos, seu desenvolvimento e a atualidade da Luta no Acampamento Carlos Marighella?

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA
E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Telefones (61) 2191.9904/9906 e fax (61) 2107.0025/0026

ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM IPIAÚ, ESTADO DA BAHIA, NA CÂMARA DOS VEREADORES, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 13 HORAS, PARA FALAR SOBRE A VIOLÊNCIA NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE IPIAÚ, PRINCIPALMENTE OS CONFLITOS AGRÁRIOS NA FAZENDA DOIS AMIGOS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ, QUANDO FICOU CONSIGNADO O SEGUINTE:

1. O chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra, doutor Paulo Luiz Coqueiro Andrade, apresentou o laudo de avaliação da fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú, com o preço de um milhão trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais vinte e um centavos, com passivo ambiental estimado em quatorze mil oitocentos e setenta quatro reais, totalizando um milhão trezentos e cinqüenta mil quatrocentos reais e vinte e um centavos, e para possível incorporação da mencionada propriedade ao programa de reforma agrária do governo federal e conseqüente assentamento dos trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, recentemente despejados do aludido imóvel, sendo o valor de três mil novecentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos por hectares.

2. O procurador Cláudio Pinheiro esclareceu que não tem poderes específicos para discutir a questão do preço da fazenda Dois Amigos para possível incorporação do imóvel ao programa de reforma agrária, cujo inventariante é o senhor José Ailton Pinheiro, e propôs nova reunião no dia 1º de novembro de 2007, em Salvador, na sede do Incra, o que deverá ser confirmado diretamente com o senhor Miguel Brito Pinheiro.

3. Considerando a reclamação do procurador Cláudio Pinheiro no sentido de que até hoje os oficiais de justiça não certificaram nos autos processuais a reintegração do proprietário na posse da fazenda Dois Amigos, o coordenador técnico do Conselho de Operações da Polícia Militar, coronel Edgar Francisco Aires dos Santos Neto, esclareceu que a Polícia Militar comparecerá à fazenda Dois Amigos

no dia 1º de novembro de 2007, o que deverá ser feito na presença de representantes do Poder Judiciário e do proprietário do mencionado imóvel, para o esclarecimento de que a fazenda se encontra desocupada e que o proprietário seja formalmente reintegrado na sua posse, devendo o comandante da 55ª CIPM/Ipiaú, major Wilson Teixeira dos Santos, procurar o magistrado competente e esclarecer sobre a necessidade de agilizar a reintegração de posse em tela.

Ipiaú, 31 de outubro de 2007.

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional

Coronel Edgar Francisco Aires dos Santos Neto
Coordenador Técnico do Conselho de Operações da Polícia Militar

Doutor Paulo Luiz Coqueiro Andrade
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra da Bahia

Doutor Marcos Antônio Silva Nery
Chefe da Unidade Avançada do Incra de Itabuna/BA

Major Wilson Teixeira dos Santos
Comandante da 55º CIPM/Ipiaú

Major Jassilandro Nunes da Costa Santos
Representante do Conselho de Operações da Polícia Militar

Hamilton Carlos Santos
Coordenador do Movimento Ceta Sul

Eliézer Martins de Oliveira
Coordenador de Assuntos Políticos – Ceta Sul

Hamilton Britto
Coordenador do Movimento Ceta Sul

Doutor José Carlos Mastique de Castro Filho
Delegado de Polícia Civil da 9ª COORPIN/Barra do Rocha

Doutor Fabrício Nascimento de Souza
Advogado da Assessoria do Gabinete Executivo da CDA/SEAGRI

Doutor Cláudio M. Pinheiro
Advogado do Espólio da Proprietária da Fazenda Dois Amigos

Hilário Miranda
Procurador de Miguel Brito Pinheiro –
Proprietário da Fazenda Dois Amigos

Ana Claudia Oliveira Gonçalves
Direção da Brigada do MST Gefferson Santos

Juarez Araújo
Diretor Regional Estadual do MST

Fulgêncio Cardoso de Novais
Diretor do MST no Baixo Sul da Bahia

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA
E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Telefones (61) 2191.9904/9906 e fax (61) 2107.0025/0026

ATA DA REUNIÃO DO OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL, DESEMBARGADOR GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, NO FÓRUM DA COMARCA DE IPIAÚ, ESTADO DA BAHIA, NO DIA 19 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10 HORAS, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DA UNIDADE AVANÇADA DO INCRA DE ITABUNA, DA POLÍCIA MILITAR, DOS PROPRIETÁRIOS DA FAZENDA DOIS AMIGOS, DO MST, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA E DOS EMPREGADOS DA FAZENDA DOIS AMIGOS, QUANDO FICOU CONSIGNADO O SEGUINTE:

1. Os proprietários da fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú, representados pelo herdeiro Miguel Britto Pinheiro e pelo advogado Cláudio Pinheiro, autorizam o Incra a fazer a vistoria de avaliação da referida propriedade para possível incorporação ao programa de reforma agrária do Governo Federal no Estado da Bahia.

2. Os trabalhadores rurais sem-terras, representados pelos coordenadores Oronildo Costa e Fulgêncio Cardoso de Novais, desocuparão a fazenda Dois Amigos, até o dia 04 de julho de 2007, podendo ocorrer antes desde que a Ouvidoria Agrária e o INCRA lhes disponibilizem as cestas de alimentos, as lonas e os veículos para a mudança, possibilitando, assim, a vistoria de avaliação descrita no item 01.

3. Uma vez desocupada a fazenda Dois Amigos pelos trabalhadores rurais sem-terras, ligados ao MST, e terminada a greve dos servidores do INCRA, o Superintendente Regional do INCRA, DR. José Vieira Leal Filho, fará a avaliação na mencionada propriedade.

4. Haverá nova reunião no Fórum da Comarca de Ipiaú assim que o ICRA concluir a vistoria de avaliação da fazenda Dois Amigos, quando o INCRA apresentará aos proprietários da referida propriedade o valor do laudo de avaliação para a sua possível aquisição e conseqüente incorporação ao programa de reforma agrária.

5. Havendo acordo entre o INCRA e os proprietários da fazenda Dois Amigos no que se refere ao valor para a sua aquisição, os seus proprietários, representados pelo herdeiro Miguel Britto Pinheiro e pelo advogado Cláudio Pinheiro, remeterão correspondência solicitando que o Prefeito de Ipiaú manifeste a sua concordância com a criação de um projeto de assentamento do INCRA na fazenda Dois Amigos.

6. Os trabalhadores rurais sem-terras, representados pelos coordenadores Oronildo

Costa e Fulgêncio Cardoso de Novais, montarão novo acampamento na margem da Rodovia que liga a cidade de Ipiaú/Ibirataia, distante 05 quilômetros da fazenda Dois Amigos, no local conhecido como Garganta, onde aguardarão a conclusão da negociação entre o INCRA e os proprietários da fazenda Dois Amigos para a sua incorporação ao programa de reforma agrária e o conseqüente assentamento dos aludidos sem-terras.

7. Os trabalhadores rurais sem-terras, representados pelos coordenadores Oronildo Costa e Fulgêncio Cardoso de Novais, assumiram o compromisso de não turbar, nem esbulhar, nem furtar cacau na fazenda Dois Amigos ou praticar qualquer outra ilegalidade na mencionada propriedade enquanto o INCRA e os proprietários estiverem no processo de negociação da referida propriedade.

8. Se os trabalhadores rurais sem-terras descumprirem o comando emergente do item 7, o Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho, remeterá correspondência ao INCRA sugerindo a exclusão dos mesmos do Plano Nacional de Reforma Agrária em qualquer unidade da Federação, com base no artigo 2º, parágrafo 7º, da Lei 8.629/93.

9. O processo de desocupação da Faz. Dois Amigos, pelos trabalhadores rurais Sem Terra, será acompanhado pela Polícia Militar, conforme compromisso assumido pelo Cap. PM Milton Cosme Martins Filho.

10. O Superintendente Regional do INCRA, Dr. José Vieira Leal Filho, esclareceu que a avaliação da Faz. Dois Amigos será feita com base em cirtérios previstos na legislação agrária em vigor, e deverá ser acompanhada por representantes técnicos dos proprietários da Faz. Dois Amigos e do MST.

11. O Ouvidor Agrário Nacional, Des. Gercino José da Silva Filho, descentralizará recursos financeiros para o INCRA adquirir lonas e alimentos para as oitenta famílias de trabalhadores rurais Sem Terra que desocuparão a Faz. Dois Amigos, bem como para possibilitar o transporte dos mesmos para o novo acampamento.

12. O representante dos empregados/parceiros agrícolas da Faz. Dois Amigos, Sr. Manoel Paulo Cardoso, assumiu o compromisso de criar uma associação e indicar área rural para o INCRA vistoriar e assentar os empregados/parceiros agrícolas atuais da Faz. Dois Amigos.

13. O Superintendente Regional do INCRA, Dr. José Vieira Leal Filho, esclareceu que a avaliação da Faz. Dois Amigos será concluída no prazo de 30 dias após o término da greve dos servidores do INCRA, quando será realizada nova reunião no Fórum da Comarca de Ipiaú-Bahia.

Ipiaú, 19 de abril de 2007.

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da

C: Maraísa Carvalho/Atas/Bahia/Ata da reunião no fórum de Ipiaú_MST, às 10 horas. 19-06-2007

Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo

Marcos Antônio Silva Nery
Chefe da Unidade Avançada do Incra de Itabuna

Capitão Milton Cosme Martins Filho
Chefe da Seção Administrativa do Consop

Miguel Brito Pinheiro
Herdeiro da fazenda Dois Amigos

OAB/BA-26166
Cláudio Pinheiro
Advogado do Espólio de Rosalino Astrogildo Pinheiro

Manoel Paulo Cardoso
Empregado/parceiro agrícola da fazenda Dois Amigos

Oronildo Costa
Direção Estadual do MST

Jorge Luiz de Azevêdo Silva
Engenheiro Agrônomo do Incra/CDA

Fulgêncio Cardoso de Novais
Direção Estadual do MST

José Vieira Leal Filho
Superintendente Regional do Incra

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
SBN, Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento,
9º andar, sala 921, CEP 70057-900, Brasília-DF

FAX/AUD/DOAMC/Nº 272	DATA: 30/06/2006	Nº PÁGINAS: 01
Destinatário: Ilustríssimo Senhor Fulgêncio Cardoso de Novais Coordenador Estadual do MST Salvador – Capital do Estado da Bahia	**Remetente:** Des. Gercino José da Silva Filho Ouvidor Agrário Nacional Brasília – Distrito Federal	
Fax nº (73) 9982 6187	Fax nº (61) 2107.0025/0026	
Se a mensagem não for bem recebida, favor contactar (61) 2191.9904/9906		

Senhor Coordenador,

Tenho a elevada honra em dirigir-me a Vossa Senhoria visando encaminhar-lhe cópia da ata da reunião realizada em Salvador, na sede do Incra, no dia 20 de junho de 2006, às 09 horas, que contou inclusive com a sua presença.

Atenciosamente,

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da
Comissão Especial de Combate à Violência no Campo
gercino.filho@mda.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA AGRÁRIA
E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
Telefones (61) 2191.9904/9906 e fax (61) 2107.0025/0026

ATA DA REUNIÃO DO OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL, DESEMBARGADOR GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, NA CIDADE DE SALVADOR, ESTADO DA BAHIA, NA SEDE DO INCRA, NO DIA 20 DE JUNHO DE 2006, ÀS 9 HORAS, PARA DISCUTIR OS CONFLITOS AGRÁRIOS NA FAZENDA DOIS AMIGOS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ, E NA FAZENDA LINDA FLOR, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BUERAREMA, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA POLÍCIA MILITAR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA, DO MST, DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA E DAS FAZENDAS SUPRAMENCIONADAS, QUANDO FICOU CONSIGNADO O SEGUINTE:

1. O representante da Polícia Militar, coronel Ivo Silva Santos, informou que a Polícia Militar decidiu criar o Gabinete de Gestão de Conflitos Agrários e Gerenciamento de Crises, cuja portaria já está pronta e deverá ser assinada brevemente pelo comandante-geral da Polícia Militar. (Não tem encaminhamento do Doamc).

2. O procurador da fazenda Dois Amigos, doutor Joaquim Pinto Lapa Neto, autorizou a Superintendência Regional do Incra vistoriar e avaliar a fazenda Dois Amigos, localizada no município de Ipiaú, para possível incorporação ao Plano Nacional de Reforma Agrária, mediante o processo regulado pelo Decreto 433/92, para assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra recentemente despejados da mencionada propriedade, o que deverá ocorrer no prazo aproximado de 110 dias, sendo 30 dias para a vistoria, 15 dias para a lavratura do laudo de avaliação, 15 dias para realizar a audiência pública prevista no Decreto 433/92, 10 dias para a manifestação da Procuradoria-Regional da SR-05, 10 dias para a manifestação da Procuradoria-Geral do Incra, 10 dias para a manifestação da Consultoria-Jurídica do MDA, 10 dias para a manifestação da Casa Civil e 10 dias para a Procuradoria-Regional da SR-05 ajuizar a ação de desapropriação. (Não tem encaminhamento do Doamc).

coronel Antônio Jorge Ribeiro de Santana, com o pleito em tela).

8. O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, assumiu o compromisso de participar da audiência pública que o Incra fará no município de Ipiaú para viabilizar a aquisição da fazenda Dois Amigos conforme dispõe o Decreto 433/92. (Não tem encaminhamento do Doamc).

9. Os trabalhadores rurais sem-terra despejados da fazenda Dois Amigos, representados pelos coordenadores do MST, senhores Fulgêncio Cardoso de Novais, Nelson Ribeiro dos Santos e Jailson Santos Sena, reclamaram que somente os acampamentos Antônio Conselheiro IV, Eldorado, São Francisco, Nova Geração e Che Guevara receberam lonas da SR-29, enquanto que a descentralização de recursos financeiros feita pela Ouvidoria Agrária deveria contemplar todos os acampamentos discriminados na ata da reunião realizada em Petrolina, na sede do Incra, no dia 29 de março de 2006. (Memo/Doamc nº 133, datado de 30 de junho de 2006, ao superintendente nacional de desenvolvimento agrário do Incra, doutor César José de Oliveira, informando a descentralização de R$ 15.000,00, para atender o pedido em tela).

10. O proprietário da fazenda Linda Flor, doutor Rivadávia Alves de Macedo, concordou com a permanência do acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra, ligados ao MST, no citado imóvel até que o Incra desaproprie e seja imitido na posse da fazenda Eldorado, localizada no município de Una, o que deverá ocorrer no prazo aproximado de 70 dias, quando os mencionados trabalhadores rurais serão remanejados da fazenda Linda Flor para a fazenda Eldorado. (Não tem encaminhamento do Doamc).

11. Os trabalhadores rurais sem-terra, representados pelos coordenadores do MST, senhores Fulgêncio Cardoso de Novais, Nelson Ribeiro dos Santos e Jailson Santos Sena, assumiram o compromisso de mudar o acampamento da fazenda Linda Flor antes do término do prazo de 70 dias se o Incra disponibilizar a fazenda Eldorado ou outro imóvel na região de Buerarema. (Não tem encaminhamento do Doamc).

Salvador, 20 de junho de 2006.

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da
Comissão Especial de Combate à Violência no Campo
Gercino.filho@[illegible]

3. Os trabalhadores rurais sem-terra despejados da fazenda Dois Amigos, representados pelos coordenadores do MST, senhores Fulgêncio Cardoso de Novais, Nelson Ribeiro dos Santos e Jailson Santos Sena, decidiram remover, no dia 26 de junho de 2006, o acampamento que se encontra localizado nas margens da rodovia que liga a cidade de Ipiaú à cidade de Ibirataia. (Não tem encaminhamento do Doamc).

4. O procurador da fazenda Dois Amigos, doutor Joaquim Pinto Lapa Neto, concordou com a permanência do acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra em frente da fazenda Dois Amigos até o dia 26 de junho de 2006 e ficou encarregado de comunicar a sua anuência ao Juiz de Direito da comarca de Ipiaú, doutor Francisco de Oliveira Bispo, sendo que o representante da Polícia Militar, coronel Ivo Silva Santos, ficou ciente de que não deverá cumprir o mandado supramencionado até o próximo dia 26. (Não tem encaminhamento do Doamc).

5. O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, descentralizará recursos financeiros para a SR-05 comprar lonas para a construção de novo acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra, bem como para comprar combustível que será usado nos veículos que farão a mudança do acampamento, que ocorrerá no dia 26 de junho de 2006, conforme descrito no item 3, assim como fornecerá cestas de alimentos aos mesmos. (Fax/Aud/Doamc/nº 265, de 30 de junho de 2006, ao superintendente regional da SR-05 comunicando a descentralização de recursos financeiros para aquisição de lonas e a disponibilização de cestas de alimentos fornecidas pela Conab).

6. O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, descentralizá recursos financeiros para a Superintendência Regional do Incra alugar uma viatura para a Polícia Militar fazer a segurança pública no local em que será montado o novo acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra despejados da fazenda Dois Amigos. (Fax/Aud/Doamc/nº 266, de 30 de junho de 2006, ao superintendente regional da SR-05 comunicando a descentralização para atender o pleito em tela).

7. O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, solicitará que a Polícia Militar garanta a integridade física dos trabalhadores rurais sem-terra, bem como a segurança pública no local em que será montado o novo acampamento dos trabalhadores rurais sem-terra despejados da fazenda Dois Amigos. (Fax/Aud/Doamc/nº 267, de 30 de junho de 2006, ao comandante-geral da Polícia Militar da Bahia,

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA – SR-05
Av. Ulisses Guimarães, 640 – Centro Administrativo da Bahia. CEP. 41746-000.
Fone.(71) 3206-6467 Fax. (71) 3371-6467

OFÍCIO/INCRA/GAB/BA/Nº 4596/2006

Salvador, 17 de outubro de 2006

Ilmo. Senhor
José Andrade Mendonça
Prefeito Municipal de Ipiaú
Praça Alberto Pinto, n.º 1 - Centro
Ipiaú - Bahia
CEP. 45.570-000

Assunto: **Criação de Projeto de Assentamento**

Senhor Prefeito,

Informamos a Vossa Senhoria, que esta Superintendência Regional do INCRA/ BA estará requerendo junto ao CRA – Centro de Recursos Ambientais, o LICENCIAMENTO AMBIENTAL para a criação de Projeto de Assentamentos a ser implantado na Fazenda Dois Amigos, de propriedade do Sr. Rosalino Astrogildo Pinheiro (ESPÓLIO), situada nesse município, com área registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Ipiaú - BA de 800.0000 ha (oitocentos mil hectares) e área medida de 734.6649 ha (setecentos e trinta e quatro hectares, sessenta e seis ares e quarenta e nove centiares).

Para tanto, solicitamos declarar através de Certidão, se o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo vigente desse Município.

A certidão deverá ser encaminhada a Superintendência Regional do INCRA – Gerência de Desenvolvimento Territorial, à Avenida Ulisses Guimarães, 640 – CAB, CEP 41.213-000, ou através do fax (71) 3206-6467 e/ou 3371-1747.

Atenciosamente,

José Vieira Leal Filho
Superintendente Regional